



LUTAS ANTICAPITAL

Marcos Del Roio

# MARX E A LUTA POLÍTICA

A massa trabalhadora hoje é muito numerosa, com tendência a abarcar a enorme maioria da humanidade, mas é muito complexa nos seus componentes, fragmentada, muito diversificada na ocupação e na qualificação, incluindo uma parcela significativa com grau de cultura e qualificação que a intelectualiza.

O desafio é então o de construir a nova classe operária, muito maior, mais qualificada e flexível, mais capaz de dar início a revolução comunista. As dificuldades são imensas, mas o espírito de cisão, a autonomia e o antagonismo social e cultural devem ser a marca das novas organizações que se postem na luta contra o capital, aqui, agora.

MARCOS DEL ROIO | UNESP - MARÍLIA

MARX E A LUTA POLÍTICA



LUTAS ANTICAPITAL

Marcos Del Roio

No ano em que comemoramos o bicentenário do nascimento de Karl Marx, o debate sobre a atualidade de sua obra nos é imposto, mais uma vez, como irremediável urgência histórica.

As análises propostas por Marcos Del Roio em “Marx e a Luta Política” apontam para elementos fundamentais do processo de constituição categorial da obra de Marx, capturando os conceitos essenciais de sua teoria social, em sua inextirpável vinculação à realidade do proletariado, resultado direto de sua práxis política revolucionária.

Evidenciando grande maturidade intelectual e profundo rigor analítico, a obra que agora nos é apresentada por Marcos Del Roio repõe a necessidade histórica de organização política do proletariado, a partir da Filosofia da Práxis desenvolvida por Karl Marx.

ANDERSON DEO | FFC - UNESP - MARÍLIA

Marcos Del Roio é Professor Titular de Ciências Políticas da FFC - UNESP - Marília. Formou-se em História e Ciências Sociais na USP, onde também fez doutorado em Ciência Política. O mestrado em Ciência Política foi realizado na UNICAMP. Fez estágios pós doutorais na Itália. É autor de diversos livros entre os quais “Gramsci e a emancipação do subalterno” (Editora da UNESP, 2018)

# **MARX E A LUTA POLÍTICA**

MARCOS DEL ROIO



Marcos Del Roio

# **Marx e a Luta Política**

1ª edição  
LUTAS ANTICAPITAL  
Marília - 2018

**Editora LUTAS ANTICAPITAL**

**Editor:** Julio Okumura

**Conselho Editorial:** Andrés Ruggeri (Universidad de Buenos Aires - Argentina), Bruna Vasconcellos, Candido Giraldez Vieitez (UNESP), Dario Azzellini (Cornell University – Estados Unidos), Édi Benini (UFT), Fabiana de Cássia Rodrigues (UNICAMP), Henrique Tahan Novaes (UNESP), Julio Cesar Torres (UNESP), Lais Fraga (UNICAMP), Mariana da Rocha Corrêa Silva, Maurício Sardá de Faria (UFRPE), Neusa Maria Dal Ri (UNESP), Paulo Alves de Lima Filho (FATEC), Renato Dagnino (UNICAMP), Rogério Fernandes Macedo (UFVJM).

**Projeto Gráfico e Diagramação:** Mariana da Rocha Corrêa Silva e Renata Tahan Novaes

**Atualização das citações:** Filipe Bellinaso

**Capa:** Mariana da Rocha Corrêa Silva

**Impressão:** Renovagraf

Del Roio, Marcos.  
D364m Marx e a luta política/ Marcos Del Roio. -  
Marília: Lutas anticapital, 2018.  
157p.  
Inclui Bibliografia.  
ISBN 978-85-53104-08-6  
1. Karl Marx - 1818 -1883. 2. Friedrich Engels- 1820-  
1895. 3. Comunismo. I. Título.  
CDD 320.532

Ficha elaborada por André Sávio Craveiro Bueno CBR 8/8211  
FFC – UNESP – Marília

1ª edição: novembro de 2018  
Editora Lutas anticapital  
Marília –SP  
[edlutasanticapital@gmail.com](mailto:edlutasanticapital@gmail.com)  
[lutasanticapital.com.br](http://lutasanticapital.com.br)

## Sumário

Apresentação.....	7
I - Os tempos do <i>Manifesto Comunista</i> .....	9
II - Luta de classes e luta revolucionária em Marx.....	29
III - Marx e a Internacional: o problema da educação das massas.....	51
IV - Marx e a questão do Oriente.....	83
V - Engels e a origem do marxismo.....	119
VI - Referências.....	153



## Apresentação

Este livro é produto da junção de cinco ensaios sobre Karl Marx (e também sobre Friedrich Engels) escritos em tempos diferentes e com motivações diferentes. Perfazem, no entanto, um conjunto que aborda as concepções de Marx sobre a natureza da política e sobre a ação política. Enfim, o fio condutor dos textos é a práxis revolucionária.

O capítulo sobre o *Manifesto Comunista* tenta indicar como esse documento tem permanente atualidade, ao menos enquanto durar a luta de classes própria da ordem burguesa. Por suposto mesmo a espessa nuvem de poeira que se levantou diante de nossos olhos nas últimas décadas, com o objetivo encobrir a visão da luta de classes, não parece capaz de empanar a atualidade do *Manifesto*. Certo é que essa atualidade permanente fica muito mais visível quando de épocas e situações revolucionárias, que não estão no horizonte imediato.

O texto subsequente parte de um momento precedente da trajetória de Marx, quando começa a fazer a crítica do Estado e da Política, ainda sem ter nítida a contradição da sociedade civil que demanda e gera o Estado. Ao atentar que a contradição que move a sociedade civil é a luta entre capital e trabalho, identificadas em burguesia e proletariado, Marx pode comprovar como se trava a luta de classes e como a luta revolucionária demanda a mudança nas relações sociais de produção e a anulação do poder político da burguesia que se expressa no Estado. Já na análise crítica do processo revolucionário na França (1848-1851), Marx se dá conta que o desenvolvimento da contradição gera supra estruturas, organizações que operam a luta de classes.

A exposição seguinte aborda a participação de Marx na Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1876) e a importância crescente que ganha a educação / organização das massas desde esses anos de enorme expansão e difusão do capitalismo, que teve, como marco fundamental, de



enfrentar o levante popular de Paris. A emocionante análise de Marx sobre os acontecimentos franceses fizeram que avançasse muito na sua reflexão sobre a política revolucionária em oposição ao Estado burguês. O período da AIT foi marcado ainda pela publicação do primeiro volume de *O Capital*, pela guerra franco-prussiana, pela unificação da Alemanha e pela fundação do partido social democrata alemão. Nesse período Marx amplia as suas vistas para fora do Ocidente europeu, para os Estados Unidos e para a Rússia.

Na verdade, Marx já tinha um olho voltado para o colonialismo inglês desde os anos 50. Os estudos direcionados à compreensão da particularidade histórica do capitalismo fizeram que Marx estudasse as formas sociais arcaicas do Oriente, mas foi o contato com intelectuais revolucionários russos e as gritantes contradições do gigantesco império obrigaram-no a se deter com atenção maior. Os acontecimentos revolucionários do século XX no Oriente mostraram o acerto de Marx na importância desses estudos.

Marx é ainda hoje, por incrível que possa parecer, um autor pouco conhecido. A lenta edição de suas obras completas, junto com os escritos de Engels, começa agora a dar uma dimensão mais exata do imenso significado do que produziu. O primeiro impulso para que Marx fosse mais conhecido foi dado pelo amigo de toda a vida Friedrich Engels. Foi quem fez publicar dois volumes de *O Capital*, de textos inéditos e outros antes publicados. Engels serviu como uma espécie de consultor para quem quisesse saber mais sobre a concepção teórica de Marx (e de Engels). Enfim foi quando se difundiu a expressão marxismo e foi-lhe dado um conteúdo, que, percebe-se hoje, não tão fiel ao pensamento de Marx. Parte desse espinhoso problema foi abordado no último capítulo deste pequeno volume oferecido ao leitor.

## I – Os tempos do *Manifesto Comunista*

### 1. Introdução

Há sentido em se falar hoje do *Manifesto do Partido Comunista*, assinado por Karl Marx e Friedrich Engels, como um documento dotado de atualidade ou esse não passa apenas de um interessante material de estudo das ideias e lutas sociais do século XIX? Essa pergunta se desdobra em outra que exige que se responda sobre a atualidade de se lutar pela superação do capitalismo, pela revolução comunista, cujo sujeito fundamental seria, ontem e hoje, a classe operária.

Muitos intelectuais e agentes políticos que se colocam no campo da esquerda responderão, sem parar para refletir, de forma negativa. Mas essa é a resposta que diferencia aqueles que são ainda hoje comunistas daqueles outros que se postam no campo da esquerda, mas que não são comunistas, pelo menos na acepção que Marx e Engels atribuíram a essa categoria científica.

Que sentido há em se falar em comunismo se a própria existência do proletariado está colocada em dúvida até mesmo no campo das esquerdas? Pode haver movimento e partido comunista sem que exista o proletariado? Afirmar a atualidade do Manifesto do Partido Comunista exige a demonstração teórica e prática da existência do proletariado, da sua constituição enquanto classe e da sua expressão política enquanto partido revolucionário, pelo menos enquanto possibilidade. Entender o momento histórico atual e vislumbrar as suas perspectivas exige um balanço - que aqui não poderá ser feito - da trajetória do movimento comunista, até para que se possa aventar a atualidade do Manifesto do Partido Comunista.

A pré-história do movimento comunista se desborda da própria revolução burguesa original (Inglaterra, EUA, França), mas particularmente de revolução francesa, com o

jacobinismo. O comunismo, na origem, é uma variante à esquerda do jacobinismo, onde se destaca o nome de Felippo Buonarroti, seguidor de Babeuf. A rigor, o movimento comunista surge nos anos 1830, ao mesmo tempo em que se pode falar da construção da classe operária, pelo menos na Inglaterra e na França. As ideologias da nova classe, ou que a ela se referiam, eram muito diversificadas. Uma dessas tendências e agrupamentos era a Liga dos Justos, formada em Paris por exilados alemães. Marx tinha simpatia com esse grupo, mas só veio a se filiar no começo de 1847, juntamente com Engels, quando a organização enfrentou grave crise e aceitou mudar o nome para Liga dos Comunistas. Na verdade, em toda a Europa, havia a difusa premonição de que uma explosão revolucionária estava para ocorrer.

## **2. O tempo da redação do *Manifesto***

Em 1847, Engels escreveu *Princípios do Comunismo*, que serviu de base para a redação do Manifesto, cuja tarefa havia sido atribuída a Marx pela Liga, em novembro desse mesmo ano. O texto só ficou pronto em fevereiro de 1848, quando as trombetas da revolução já soavam forte. Assim, o *Manifesto do Partido Comunista* era o programa da Liga dos Comunistas, uma das organizações do movimento operário na sua primeira fase de construção. Mas era (e é) muito mais do que isso: é uma síntese preciosa da visão materialista e dialética da história dos homens e, em particular, do capitalismo e sua necessária superação no comunismo, como possibilidade de uma humanidade emancipada.

O texto informa que por história se entende a época que surge com a divisão social do trabalho e com o Estado, mas insiste na particularidade do capitalismo, uma ordem social emersa das entranhas da sociedade feudal e que representa o ápice da sociedade dividida em classes: “Mas a moderna propriedade privada burguesa é a última e a mais perfeita expressão do modo de produção e apropriação

baseado nos antagonismos de classes, na exploração de uns sobre os outros”.<sup>1</sup>

Marx e Engels destacam como a época burguesa tende a simplificar os conflitos de classe, como desenvolve as forças produtivas, como unifica o mercado, mas também como gera crises sempre maiores, de acordo com a grandeza da riqueza produzida e que precisa ser destruída para que a crise seja superada. Vemos no *Manifesto* uma descrição sucinta de como a burguesia revolucionou o mundo e como “a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno”.<sup>2</sup>

O fundamental, no entanto, é que o capital -- que a burguesia personifica -- depende da geração de proletários, de homens expropriados dos seus meios de subsistência, mas livres para venderem a sua força de trabalho. De início, o proletariado é produto da ação do capital que os aglomera na fábrica, quando de imediato começa a sua luta contra a burguesia e a sua constituição como classe. A dispersão inicial é superada ainda pela ação do capital, pois com o desenvolvimento da grande indústria necessita de uma massa aglomerada maior de operários, o que facilita a sua organização e a sua luta, que reforça a união. Os meios de comunicação facilitam os contatos e a organização dos operários de várias localidades até que se configure uma luta de classes. Mas pelo fato de viverem sob o domínio do capital e de serem -- enquanto força de trabalho -- mercadoria, a concorrência enfraquece ou destrói a organização da classe operária, pois “a condição de existência do capital é o trabalho assalariado. Esta se baseia exclusivamente na concorrência dos operários entre si”.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo, Boitempo editorial, 1998, p. 52.

<sup>2</sup> Idem, p. 42.

<sup>3</sup> Idem, p. 51.

Por outro lado, “o movimento proletário é o movimento autônomo da imensa maioria em favor da imensa maioria”.<sup>4</sup> Aqui é que entra a questão da relação entre o comunismo e o movimento proletário. A característica distintiva do comunismo está no seu internacionalismo e no considerar a classe como um todo e não uma sua parcela qualquer. É seu objetivo imediato a “constituição do proletariado em classe, [a] derrubada da supremacia burguesa, [a] conquista do poder político pelo proletariado”<sup>5</sup>, com a finalidade de suprimir a propriedade privada, que na época burguesa se move no antagonismo entre capital como poder social e trabalho assalariado.

Assim, “a primeira fase da revolução operária é a elevação do proletariado à classe dominante, a conquista da democracia”, quando então o Estado se identificará com o proletariado como classe dominante, o qual terá que promover “intervenções despóticas no direito de propriedade e nas relações de produção burguesas”.<sup>6</sup> Ainda que não esteja presente no texto, o conceito de ditadura do proletariado está implícito, como pode ser percebido, entendendo-se democracia como poder operário, poder da maioria que trabalha.

O comunismo é a negação / superação / transposição desse antagonismo social gerado pela divisão social de trabalho, pelas relações sociais capitalistas de produção, pela propriedade privada dos meios de produção. O fim do poder social do capital permite que o trabalho reverta para os interesses vitais dos próprios trabalhadores e logo da humanidade. Não há dúvida que no comunismo se “trata efetivamente de abolir a individualidade burguesa, a independência burguesa, a liberdade burguesa”.<sup>7</sup>

Enfim, “quando, no curso do desenvolvimento, desaparecerem os antagonismos de classes e toda a produção

---

<sup>4</sup> Idem, p. 50.

<sup>5</sup> Idem, p. 51.

<sup>6</sup> Idem, p. 56.

<sup>7</sup> Idem, p. 53.

for concentrada nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá o seu caráter político. O poder político é o poder organizado de uma classe sobre outra”, mas o proletariado destrói a sua própria dominação como classe e “surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é o livre desenvolvimento de todos”.<sup>8</sup>

Para bem marcar a sua posição diferenciada, no *Manifesto*, Marx e Engels fazem a crítica de todo o pensamento socialista presente no cenário político e cultural do tempo. Assim podem demarcar as alianças políticas possíveis, sem deixar de acentuar que “os comunistas lutam pelos interesses e objetivos imediatos da classe operária, mas, ao mesmo tempo, defendem e representam, no momento atual, o futuro do movimento”.<sup>9</sup>

A análise concreta está presente no *Manifesto* de uma maneira muito clara na política de alianças propostas para circunstâncias diferentes. Na França é proposta a aliança com o reformismo pequeno burguês; na Alemanha, que estava próxima de uma revolução burguesa, a aliança com a burguesia era possível sempre que essa agisse de forma revolucionária e contribuísse para a construção da democracia; na Polônia dever-se-ia lutar pela libertação nacional. Embora não esteja dito, para a Inglaterra, onde a classe operária era numerosa e havia se organizado no promissor movimento cartista, as esperanças de Marx eram bastante otimistas, apesar da derrota de 1847-48. De modo, que “em resumo, os comunistas apoiam em toda a parte qualquer movimento revolucionário contra a ordem social e política existente”.<sup>10</sup>

Percebe-se como no *Manifesto* se enreda, em um mesmo pensamento, a análise científica da História, a previsão e o programa político, o que exprime a própria práxis, cuja atualidade e permanência é indiscutível. Mas esse

---

<sup>8</sup> Idem, p. 58-59.

<sup>9</sup> Idem, p. 68.

<sup>10</sup> Idem, p. 69.

documento notável, como já foi sugerido, foi exarado em um determinado momento da história, um momento crucial da época da revolução burguesa, que exigia de Marx e Engels um programa e uma previsão pensada para um prazo mais curto, quase imediato, como é o tempo da eclosão revolucionária.

Marx e Engels supunham a ocorrência de uma revolução proletária internacional conduzida pela classe operária anglo-francesa e que arrastaria todo o continente. Na Inglaterra, como a classe operária tendia a ser maioria, a conquista da democracia coincidiria com o poder operário; na França, cuja industrialização era menor, a classe operária precisaria de aliados de outras camadas sociais; na Alemanha a revolução burguesa não conseguiria se estabilizar, sendo logo ultrapassada pela revolução proletária, num processo de revolução permanente, mas também nesse caso a classe operária precisaria de aliados na conquista da democracia. Nessa acepção, para Marx e Engels, a democracia não podia ser outra coisa que uma conquista revolucionária da classe operária e seus aliados, nunca uma obra completa da burguesia liberal, de modo que a democracia se identificaria com a ditadura do proletariado.

No jornal *Nova Gazeta Renana* pode ser acompanhada as posições de Marx e Engels durante o processo revolucionário, particularmente numa série de três artigos escritos nos primeiros meses de 1850, onde surge a expressão ditadura do proletariado.<sup>11</sup> A derrota da revolução e a subsequente extinção da Liga dos Comunistas, em 1852, não implicaram a diminuição da importância do *Manifesto*. Esse texto, originalmente escrito em alemão, logo conseguiu traduções em inglês e francês, as línguas da classe operária em revolução, por assim dizer, mas foi se difundindo aos poucos, sem parar, para outros países, para outras línguas.

---

<sup>11</sup> MARX, Carlos & ENGELS, Federico. *Las revoluciones de 1848*. México, Fondo de Cultura Económica, 1989.

### 3. O tempo da Associação Internacional dos Trabalhadores

O tempo da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1876), particularmente na sequência da Comuna de Paris (1871), foi momento propício para a recuperação do *Manifesto*. Os próprios autores, nos prefácios para algumas edições, destacaram algumas lacunas ou aspectos superados do *Manifesto*. Depois da experiência da Comuna de Paris, Marx e Engels passaram a oferecer maior ênfase na necessidade de se destruir a máquina do Estado existente (1872). Em seguida notaram a tendencial mudança no espaço da revolução, assim como a mudança de posição na combinação das áreas capitalistas, destacando o crescimento dos EUA e das possibilidades revolucionárias latentes na Rússia (1882), o que esvaziava a supremacia da Europa ocidental, até então incontestada. De fato, “a Rússia forma a vanguarda da ação revolucionária na Europa”<sup>12</sup>

A partir da morte de Marx, em 1883, não só o *Manifesto*, mas o conjunto da obra marxiana ficou com a responsabilidade de Engels, no que se refere à organização, publicação, divulgação e sistematização. A II Internacional fora fundada em 1889, e Engels se tornara a sua principal referência teórica, ainda que seja impossível afirmar que o movimento operário alemão ou europeu pudesse ser considerado -- de algum modo qualquer que fosse -- seguidor do pensamento marxiano. De modo bastante otimista, Engels escrevia na edição inglesa de 1888, referindo-se ainda à sua ação na AIT, que “para o triunfo decisivo das ideias formuladas pelo *Manifesto*, Marx dependia unicamente do desenvolvimento intelectual da classe operária, o qual deveria resultar da unidade de ação e discussão”.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> MARX, K. & ENGELS, Friedrich. Prefácios de Marx e Engels. In: *Manifesto Comunista*. São Paulo, Boitempo editorial, 1998, p. 71 a 73.

<sup>13</sup> Idem, idem, p. 76.



A última iniciativa que Engels se propôs nesse trabalho de garantir para a posteridade à monumental obra de Marx, para a qual tanto ele próprio contribuira, foi a organização de um pequeno volume contendo os três os artigos da *Nova Gazeta Renana*, do começo de 1850, chamados “De 1849 a 1850”, aos quais foi juntado um artigo posterior, já da revista com o mesmo nome.<sup>14</sup>

A esse volume ao qual foi dado o título de *As lutas de classes na França*, Engels redigiu uma *Introdução* que ganhou uma repercussão que não podia ser esperada por ele mesmo. Engels, por suposto, não poderia saber que a morte o apanharia muito pouco tempo depois e que esse texto seria consagrado como sendo seu testamento político. Nesse escrito, devido à situação difícil em que se encontrava o partido socialdemocrata alemão, acuado pela ameaça de ser jogado na ilegalidade, Engels fez algumas concessões pontuais, que tiveram sérias implicações no debate subsequente a sua morte e que permanecem até hoje.

A leitura desse texto chama atenção para um possível objetivismo ou mesmo economicismo de Engels. A importância dada ao desenvolvimento da economia industrial desde 1850 é facilmente percebida. A crítica funda à concepção teórica política que alimentava os comunistas naquele então sugere que o *Manifesto* poderia estar ultrapassado, assim como a tática jacobina da revolução permanente e até a ditadura do proletariado. Engels destaca como era ilusória a visão de que o capitalismo e o poder burguês estavam a ponto de enfrentar a sua hora final. Em comparação indica o quanto a indústria capitalista havia crescido nas últimas décadas, o quanto o poder político da burguesia havia avançado em força e complexidade, em poder repressivo, em poder institucional e ideológico. Todo esse poder se manifestava em formas institucionais liberais democratizadas pelo “sufrágio universal”.

---

<sup>14</sup> MARX, Karl. *As lutas de classes na França (1848-1850)*. São Paulo: Boitempo, 2012.

Por outro lado, o proletariado vinha se fortalecendo em número concentrado e pela própria ação do capital. De sua parte, o proletariado se organizava enquanto classe em sindicato e partido, além de cooperativas e associações de cultura. O texto de Engels sugere que a classe operária, ainda que bem mais forte do que em 1848-1850, ainda contava com uma correlação de forças desfavorável. Ainda faltava muito para que a classe operária se propusesse como novo Estado, não só por organização como por ideologia. Tratava-se ainda de organizar e educar a classe operária para a revolução utilizando as instituições autônomas que vinha criando, mas também a institucionalidade burguesa, mormente o “sufrágio universal” e o parlamento. Diante da força do poder burguês, Engels notava que só uma imensa força revolucionária que integrasse e disciplinasse a classe operária poderia ser bem sucedida e isso quando uma crise capitalista abrisse brechas que pudessem ser aproveitadas.

A dialética da História apresentada no *Manifesto* está muito presente, apenas que com outros números, com outras massas, com outras combinações. A dinâmica do capital fortalece a classe operária e não consegue contornar indefinidamente as suas crises. De fato, Engels sabia que o capitalismo arrastava já uma longa depressão desde meados dos anos 70 e alimentava a expectativa de que a virada do século pudesse apresentar eventos revolucionários de monta, na Alemanha ou na Rússia. A importância dada a *Introdução* fez com que fossem esquecidos outros escritos da mesma época e que esse fosse utilizado para sinalizar um Engels iniciador, ele mesmo, do reformismo, quando, em verdade, ele apenas anotou a necessidade de uma estratégia diferenciada para a construção da classe operária e para a revolução, não deixando de enfatizar ainda que tratasse da particularidade alemã.

Na verdade, Engels pensava um processo revolucionário do qual a grande maioria do proletariado seria agente consciente e organizado, avaliando como superada a

tática jacobina do blanquismo. No entanto, mesmo ao arrepio da vontade de Engels, seu texto foi utilizado para justificar à tática que priorizava a ação dentro da institucionalidade liberal-burguesa, com o intuito de democratizá-la. Mas, a rigor, bem analisada a obra engelsiana, principalmente dos seus últimos vinte anos de vida, é possível mesmo perceber uma forte intrusão cientificista e naturalista na sua elaboração teórica, que indubitavelmente contribuiu para a formação e legitimação do reformismo.<sup>15</sup>

#### **4. O tempo da II Internacional**

A primeira edição italiana do *Manifesto Comunista*, com prefácio de Engels, foi publicada em 1893, pouco depois da fundação do Partido Socialista Italiano. Nessa época o principal correspondente de Engels na Itália era Antonio Labriola, com quem mantinha contato desde 1890. Em 1895, no momento em que Engels organizava a edição de *As lutas de classes na França – 1848-1850*, Labriola escrevia um denso ensaio denominado *Em memória do Manifesto dos Comunistas*. Notável como Labriola passava a incorporar a reflexão teórica de Marx e de Engels no mesmo momento que ganhava sempre mais força o debate sobre a crise do marxismo e o revisionismo.

O escrito de Labriola é quase uma exaltação do *Manifesto Comunista* e do cinquentenário do movimento operário e socialista, que na sua interpretação se iniciara com aquele documento e com a eclosão revolucionária de 1848. É possível notar não só a coincidência dos tempos, mas também da ideia geral de um balanço de época, que se exprimem na *Introdução* de Engels quanto no *Em memória do Manifesto dos Comunistas* de Labriola. Na verdade, é muito bem enfatizado que com o *Manifesto* e com a Liga dos Comunistas tinha início

---

<sup>15</sup> Ver Capítulo 5 deste livro.

o socialismo *moderno*, mas que a identificação mis correta seria mesmo a de *comunismo crítico*.

As origens culturais e intelectuais de Labriola estavam fincadas no hegelianismo napolitano dos irmãos Spaventa e sua conversão ao socialismo de inspiração marxista ocorreu em medida decisiva por seu contato com Engels. O resultado é que Labriola pode se tornar um pensador marxista no melhor senso da palavra, ou seja, mantinha a concepção dialética e assimilava a construção do marxismo feita por Engels, com as suas particulares características. Labriola saúda o marxismo como filosofia e ciência da história, mas clarifica também como o comunismo crítico “não dirigia palavras de louvor ou de exaltação, ou de evocação e de lamento às duas deusas da mitologia filosófica que são a Justiça e a Igualdade”.<sup>16</sup> Mais a frente aprofunda a questão ao observar a insuficiência abstrata do princípio da igualdade. Nesse sentido é que “o Manifesto surge como decidida negação do princípio de igualdade, assim tão ingênua e toscamente compreendida”. Isso porque o socialismo é uma necessidade histórica e o Manifesto:

No ato em que anuncia como inevitável a abolição das classes na futura forma de produção coletiva, fala destas mesmas classes como um fato, como são, como nasceram, como se tornaram – um fato que não é a exceção e nem derroga a exceção a um princípio abstrato, mas, pelo contrário, é o próprio processo da História.<sup>17</sup>

Em síntese estupenda, Labriola dizia sobre o Manifesto que:

O cerne, a essência, o caráter decisivo deste escrito consiste inteiramente na nova concepção histórica

---

<sup>16</sup> LABRIOLA, Antonio. Em memória do Manifesto Comunista. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. “Prefácios de Marx e Engels” In: *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo editorial, 1998, p. 89-90. (cotejado com o original em italiano)

<sup>17</sup> Idem, idem, p. 100.

que fundamenta e que ele mesmo em parte explica e desenvolve, quando não aponta, refere ou apenas supõe. Por essa concepção, o comunismo, cessando de ser esperança, aspiração, lembrança, conjectura ou subterfúgio, encontrava pela primeira vez a expressão adequada na consciência da sua própria necessidade; isto é, na consciência de ser a saída e a solução das atuais lutas de classes. <sup>18</sup>

Labriola também deixa muito claro que o darwinismo social, o evolucionismo spenceriano e o positivismo devem ser vistos não como aliados, mas como “nossos adversários declarados e decisivos.” <sup>19</sup> Uma nota de rodapé indica também outro sério adversário a ser enfrentado e Labriola o apresenta dizendo que

É preciso insistir sobre a expressão de *democrática socialização dos meios de produção*, porque a outra, de *propriedade coletiva*, além de conter certo erro teórico quando troca o expoente jurídico pelo fato real econômico, na mente de muitos se confunde com o incremento dos monopólios, com a crescente estatização dos serviços públicos, e com todas as outras fantasmagorias do sempre renascente *socialismo de Estado*, cujo segredo é o de aumentar os meios econômicos da opressão nas mãos da classe dos opressores. <sup>20</sup>

Para Labriola, o Manifesto e “a sua doutrina é antes de tudo a luz teórica levada ao movimento proletário; o qual, de resto, se era gerado e continua a gerar-se independentemente da ação de qualquer doutrina”<sup>21</sup>. Assim, o Manifesto contém ele próprio uma história e uma circunstância, que era fundamentalmente a situação política e ideológica do

---

<sup>18</sup> Idem, idem, p. 91.

<sup>19</sup> Idem, idem, p. 93.

<sup>20</sup> Idem, idem, p. 91 (nota de rodapé)

<sup>21</sup> Idem, idem, p. 97.

proletariado anglo-francês em fins dos anos 40. Labriola percebia então que o espaço e o tempo da revolução socialista, quase meio século depois, eram outros. O capitalismo havia aprofundado o seu domínio como havia tomado conta de muitos outros territórios, de modo que o proletariado era maior, mas a revolução seria um processo mais complexo e não imediato.

O balanço que Labriola faz da segunda metade do século XIX recebeu o influxo de Engels e de seu escrito quase concomitante, que foi a *Introdução*. Porém o texto de Labriola é maior, mais complexo e mais dialético. Labriola sugere que depois de passada a crise de 1848-1850, Marx e Engels voltaram as costas aos “revolucionários de profissão”, pois “entender a reação nas suas repostas causas econômicas era tudo que os comunistas críticos poderiam fazer; porque, pelo momento, entender a reação era como continuar a obra da revolução”.<sup>22</sup>

Assim Labriola se refere à dedicação de Marx em estabelecer a crítica da ideologia constitutiva da época burguesa que era (e è) a Economia. Labriola resgata também a atividade teórica e prática de Marx e Engels na época da Associação Internacional dos Trabalhadores, assim como no desenvolvimento da socialdemocracia alemã. Para ele, enfim,

o comunismo crítico não fabrica as revoluções, não prepara as insurreições, não arma as sublevações. De fato ele forma um todo único com o movimento proletário; mas observa e sustenta esse movimento na plena compreensão das conexões que tem, ou pode e deve ter, como conjunto de todas as relações da vida social. Resumindo: não é um seminário no qual se forma o estado maior dos capitães da revolução proletária, mas é apenas a consciência de tal revolução e, sobretudo, em determinadas contingências, a consciência de sua dificuldade.<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> Idem, idem, p. 112.

<sup>23</sup> Idem, idem, p. 112.

As leis sobre o trabalho e o sufrágio universal, enquanto necessidades para a preservação do domínio burguês tornaram a ação do movimento operário mais complexa e difícil, e assim também o comunismo crítico, que se tornara *ciência*, conforme raciocinava Labriola. Mas o avanço do movimento operário a partir dos precedentes 30 anos havia possibilitado uma organização e auto-educação autônoma do proletariado. Na verdade,

a partir da contenda política que o proletariado se habitua, lhe democratiza os hábitos, antes a faz uma verdadeira democracia; a qual a longo termo não poderá mais adequar-se à atual forma política, que, como órgão da sociedade da exploração, é uma hierarquia burocrática, uma burocracia julgadora, uma associação de mútuo socorro entre os capitalistas, e é o militarismo em defesa das taxas protetora, da renda perpétua do débito público, da renda da terra, e assim por diante pelo interesse do capital em qualquer outra forma.<sup>24</sup>

Labriola aprofunda a reflexão de Engels sobre a tática que deveria desenvolver o movimento operário nas novas circunstâncias. Antes de tudo é importante tomar ciência de que o ritmo do movimento é mais lento e diversificado, por conta mesmo da ampliação do capitalismo. Com a luta de classes e criação de seus institutos próprios -- mormente o sindicato, o partido, as cooperativas -- a massa proletária “fez e faz a sua própria educação democrática”.<sup>25</sup>

Para Labriola, como para Engels, a luta revolucionária não poderia ser conduzida apenas por pequenos grupos bem organizados e dotados de força de vontade agindo em nome de classe operária, pois

---

<sup>24</sup> Idem, idem, p. 114.

<sup>25</sup> Idem, idem, p. 116.

Essa, a massa proletária, em suma, ou sabe, ou esta prestes a entender que a *ditadura do proletariado*, a qual deverá preparar a socialização dos meios de produção, não pode proceder de um levante de uma turba guiada por alguns, mas deve ser e será o resultado dos próprios proletários, que seja, já, em si, e por longo exercício, uma organização política. <sup>26</sup>

O objetivo não poderia ser outro que a realização do *socialismo integral*. A esse corresponderia

à abolição do assalariamento; que só uma forma de sociedade torna possível, e mesmo necessária, a eliminação das classes: ou seja, a associação que não produz mercadorias; e que tal forma de sociedade não é mais o *estado*, mas o seu oposto, ou seja, a direção técnica e pedagógica da convivência humana, o *selfgovernment* do trabalho. <sup>27</sup>

Labriola, nesse seu texto *Em memória do manifesto dos comunistas*, portanto, indica a importância histórica desse documento, mas garante a sua atualidade em circunstâncias históricas e políticas diferentes. A presença de Engels é patente, mas também aquela da conjuntura política italiana e européia.

## 5. O tempo da revolução socialista falhada

Quando a revolução socialista internacional arrebentou em 1917, na Rússia, se espalhando em seguida pela Europa, Alemanha em particular, em um discurso no congresso de fundação do Partido Comunista da Alemanha – KPD, na virada do ano de 1918 para 1919, Rosa Luxemburg fez uma relação dialética entre a *Introdução* de Engels e o *Manifesto*, entre dois momentos históricos diferentes, ainda

---

<sup>26</sup> Idem, idem, p. 116.

<sup>27</sup> Idem, idem, p. 117.



que não conhecesse o texto original de Engels de 1895, que fora publicado truncado pelo editor. Ao debater o programa do novo partido que se formava, afirmava Rosa,

retomamos assim a trama urdida por Marx e Engels no Manifesto Comunista há precisamente 70 anos. Como vocês sabem, o Manifesto Comunista considera o socialismo, a realização dos objetivos socialistas, a tarefa imediata da revolução proletária.<sup>28</sup>

Rosa afirmava a atualidade imediata, prática, do *Manifesto Comunista*, pois nesse estão expostas

as mesmas tarefas com que hoje imediatamente nos defrontamos: a execução, a realização do socialismo. Setenta anos de desenvolvimento capitalista separam o atual momento do tempo em que esse programa foi estabelecido; e a dialética histórica levou-nos de volta, hoje, à concepção que Marx e Engels haviam abandonado por considerá-las errada.<sup>29</sup>

O contraponto feito então por Rosa é com o programa da SPD estabelecido em Erfurt, em 1891, o qual entendia ser o socialismo um objetivo relativamente distante. O escrito de Engels, ao modo de *Introdução* ao livro de Marx *As lutas de classes na França – 1848-1850*, reforçava essa perspectiva. Depois de citar passagens do escrito de Engels, enuncia:

e aqui Engels começa uma crítica detalhada da ilusão segundo a qual, nas modernas condições do capitalismo, o proletariado poderia obter qualquer coisa nas ruas, com a revolução. Na medida em que estamos em plena revolução, uma revolução de rua, com tudo que ela comporta, penso que já é tempo de polemizar com uma concepção que oficialmente até o

---

<sup>28</sup> LUXEMBURG, Rosa. “Discurso sul programa”. In: *Scritti politici*. Roma, Editori Riuniti, 1976, p. 607.

<sup>29</sup> Idem, p. 609.

último minuto era habitual na socialdemocracia e que é co-responsável pelo que passamos em 4 de agosto de 1914.<sup>30</sup>

A concepção que predominou, porém, não era a de Engels, pois uma das partes suprimidas do texto de Engels, conforme escrito originalmente, dizia respeito às condições dos combates de rua. Então, dizia Engels, na passagem suprimida pelo editor (com sua concordância), sobre tal tipo de combate, que “no início de uma grande revolução ela ocorrerá mais raramente do que em seu decurso e terá de ser empreendida com efetivos bem maiores”.<sup>31</sup>

Rosa tenta absolver Engels de uma pretensa falha passando a responsabilidade para a fração parlamentar do partido, que, de fato, já era predominante. O que Kautski fez depois, como principal teórico do SPD, foi se subordinar ao predomínio dos sindicatos e dos parlamentares. O argumento de Rosa busca respaldo na dialética histórica, afirmando que ainda que fosse verdade que a partir de 1848 o capitalismo tinha muito a se desenvolver, não era tanto quanto o texto de 1895 de Engels deixava entrever, pois “setenta anos de grande desenvolvimento do capitalismo bastaram para que pudéssemos pensar seriamente em eliminar o capitalismo da face da Terra”.<sup>32</sup>

De Engels, no entanto, Rosa preservou elementos importantes tais como a concepção de quem a classe se faz partido e se educa a si mesma, assim como prepara a nova sociedade. A revolução socialista internacional de 1917-1921, mudou muita coisa do ponto de vista teórico e prático, mas foi derrotada, tendo ficado isolada numa Rússia devastada. A derrota na Alemanha foi decisiva, pois marcou a derrota da revolução nos centros imperialistas pelo resto do século XX.

---

<sup>30</sup> Idem, p. 610.

<sup>31</sup> ENGELS, Friedrich. Prefácio. In: MARX, Karl. *As lutas de classes na França*. Cit., 2012, p. 26

<sup>32</sup> LUXEMBURG, Rosa. Cit. p. 614.

Um cenário revolucionário na Europa, como 1848 e 1918, não mais se reproduziu. O *Manifesto Comunista* e a Liga dos Comunistas inspiraram abertamente a fundação, em 1919, da Internacional Comunista e continua referência do movimento comunista contemporâneo, por mais debilitado que esse se encontre nos dias que correm. O *Manifesto Comunista* nunca foi esquecido, continuando a ser difundido e publicado em praticamente todo o mundo, mas podemos ainda clamar pela sua atualidade? Em que termos?

## **6. O tempo atual**

Antes de tudo não é possível deixar de considerar que em 1848, derrotada foi uma determinada classe operária, ainda muito vinculada ao artesanato e manufatura. Uma nova classe operária se formou no decorrer da chamada grande depressão do século XIX, organizada em sindicatos e partidos, a qual teve no SPD e na II Internacional o seu pólo ideológico aglutinador. Parte dessa classe operária se decidiu pela revolução quando da crise gerada pela guerra imperialista de 1914, mas foi também ela derrotada.

A ação do capital destruiu aquela classe operária, cujo perfil indicava certo grau de qualificação e capacidade de autogestão, e tentou compor uma massa trabalhadora mais subsumida ao seu domínio por meio do chamado taylorismo/fordismo. Essa massa só conseguiu aos poucos se compor como classe, mas sem ultrapassar o horizonte reformista da maioria operária do início do século XX. A pressão operária e a crise de acumulação que se apresentaram em seguida a 1968, não foram suficientes para gerar uma nova crise revolucionária nas dimensões de 1848 e 1918, mas fez sentir ao capital a necessidade de uma grande ofensiva capaz de desconstruir aquela classe que mais uma vez oferecia resistência e colocava em risco o seu domínio.

Assim, as últimas décadas da luta de classes têm se caracterizado por uma forte concentração do poder capitalista

visando destruir a classe operária enquanto tal, suas instituições sociais e políticas, sua cultura, sua memória e deixá-la reduzida a uma enorme massa amorfa de trabalhadores disponíveis para as necessidades da acumulação, sem qualquer capacidade de defesa. São muitas as armas para a consecução desse escopo: mudança na organização da produção e no gerenciamento do trabalho, retirada de direitos, regressão da “democracia”, indução de conflitos entre os explorados, etc. Mesmo assim o capital não tem conseguido superar a sua crise, que tudo indica ser estrutural ou orgânica, como se prefira, agravando a barbárie já presente na vida social.

A atualidade do *Manifesto Comunista* não está no apontar a proximidade da revolução, ainda que essa seja mais necessária que nunca, mas na indicação da necessidade de se construir a classe operária, uma nova classe e um novo movimento político do trabalho, que lute pelo comunismo, pela emancipação humana. Uma classe que se construa em claro antagonismo ao capital e que seja internacional, tal como indicava o *Manifesto*, pois esse é um problema muito mais concreto que em 1848, considerando que o capital estendeu o seu domínio a cada rincão do planeta. A massa trabalhadora hoje é muito numerosa, com tendência a abarcar a enorme maioria da humanidade, mas é muito complexa nos seus componentes, fragmentada, muito diversificada na ocupação e na qualificação, incluindo uma parcela significativa com grau de cultura e qualificação que a intelectualiza.

O desafio é então o de construir a nova classe operária, muito maior, mais qualificada e flexível, mais capaz de dar início a revolução comunista. As dificuldades são imensas, mas o espírito de cisão, a autonomia e o antagonismo social e cultural devem ser a marca das novas organizações que se postem na luta contra o capital, aqui, agora.



## **II - Luta de classes e luta revolucionária em Marx**

### **1. Introdução**

Marx dedicou a maior parte da sua vida intelectual ao desenvolvimento de uma teoria do capital, sem que tivesse concluído a sua obra e sem ao menos que estivesse satisfeito com o que fizera. De fato, essa teoria em construção deveria dar conta da contradição em processo na sociedade civil desde que o capital ganhara autonomia e subsumira o Estado e o trabalho e passasse a ser o elemento determinante do conjunto das relações sociais.

O conhecimento científico da contradição que orientava o movimento da sociedade civil era um momento imprescindível para que a práxis revolucionária pudesse se desenvolver. Assim que se pode perceber como o conjunto da obra teórica/prática de Marx sempre buscou articular os elementos componentes da práxis, de modo a configurar uma filosofia da práxis. No texto que se segue a prioridade será a de expor os momentos principais nos quais a ação política de Marx se conjuminou com a elaboração teórica.

Antes, porém, ainda que de modo rápido, será necessário examinar como o problema da contradição na sociedade civil tomou corpo até se tornar uma teoria do capital. Certo que a compreensão do movimento do capital exigiria a captação de suas contradições internas e de suas contradições em relação ao trabalho e também ao Estado.

### **2. A cisão da sociedade civil**

Em 1843, já tocado pelas proposições de Feuerbach e em franca rota de ruptura com Bruno Bauer, Marx escreve uma crítica ao livro *Sobre a questão judaica*, deste último, que fora uma sua referencia por algum tempo. Bauer entendia que a emancipação política dos judeus da Prússia passaria pela

superação da religião como elemento definidor do caráter do Estado. Marx indicou que a existência de um Estado laico seria insuficiente para que não só os judeus, mas todos os homens se emancipassem. Seria imprescindível à conquista da liberdade, da superação da cisão que dera vida ao domínio da burguesia, a cisão da sociedade civil burguesa projetada no Estado<sup>33</sup>.

A cisão da sociedade civil se expressava na existência do real do individuo egoísta com interesses privados concretos, que se faz representar de maneira ideal no cidadão do Estado. Tudo se passaria então como se a vida social estivesse desdobrada em duas facetas: da vida privada e da vida pública, do burguês e do cidadão, da sociedade civil e do Estado, tudo isso consubstanciado pelo Direito. A emancipação política promovida pela revolução burguesa cindia então o homem egoísta e o homem moral feito cidadão político.

Assim é que se construía e se desenhava o mundo burguês que se desenvolve na contradição da sociedade civil: como ilusão, como ideologia de um Estado representativo do conjunto dos cidadãos livres, iguais e proprietários. A dissolução desse Estado, da política, da cidadania, do direito, da ideologia, de tudo enfim que se desdobrava da contradição da sociedade civil -- dos interesses privados concretos --, junto com a transposição da própria contradição, teria o significado da real emancipação da vida social dos homens que se encontram fora da sociedade civil, nesse caso, a contradição externa a ser captada por uma dialética inclusiva.

Mas – afirma Marx -- a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu

---

<sup>33</sup> MARX, *Karl. Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo editorial, 2010.

trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver organizado suas forças propes, como forças sociais e, em consequência, não separar mais de si mesmo a força social na forma de força política<sup>34</sup>.

Afinal, com quem a sociedade civil, como construção burguesa, se confrontava? A resposta, de algum modo era dada pelos próprios intelectuais da ordem: a plebe, as classes perigosas, os homens sem propriedade e sem cultura, os trabalhadores manuais. O problema era aquele de descobrir como a contradição efetivamente se colocava. Não bastava, por suposto, anotar como a sociedade civil da burguesia criava as suas representações políticas, jurídicas, ideológicas. Era preciso conhecer os fundamentos da sociedade civil, desvendar como a contradição se desenvolvia na criação de homens proprietários e homens não proprietários.

Marx reconhecia já em fins de 1843, que o atraso material da Alemanha exigiria mais que uma simples emancipação política, sendo necessária uma práxis que ultrapassasse os feitos das revoluções burguesas e se elevasse ao nível universal, humano genérico. A interrogação crucial era aquela de que se haveria na realidade alemã “uma discrepância semelhante a da sociedade civil e Estado dentro da própria sociedade civil”<sup>35</sup>

A chave estava na identificação da divisão social do trabalho e da decorrente hierarquia social, que criava classes de homens diferenciados pela posição ocupada no processo produtivo da riqueza social, que era o fundamento, a base material da sociedade civil. Dessa constatação deriva a interrogação sobre qual seria o movimento contraditório que possibilita a acumulação do capital, essa relação social que é

---

<sup>34</sup> MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo editorial, 2010, p. 54.

<sup>35</sup> MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo editorial, 2005.



a vértebra da sociedade civil e em torno da qual se organiza a totalidade social.

Acontece que a contradição em processo não pode ser dissociada do entendimento e da prática que os homens têm da sua ação enquanto seres sociais, pois que a contradição é levada adiante exatamente pelos homens por ela postados no lugar em que se encontram. Assim Marx havia identificado, desde fins de 1843, o proletariado como a força social capaz de conduzir o fim da cisão burguesa, o fim da forma política e alcançar a emancipação humana.

Entre 1843 e 1845, Marx rompeu do ponto de vista teórico e político com os intelectuais hegelianos de esquerda, em particular com aqueles com os quais houvera mantido maior proximidade e que foram Bruno Bauer e Ludwig Feuerbach. O caráter histórico concreto da sociedade civil burguesa estava identificado, mas seria ainda necessário um acerto de contas final com a filosofia clássica alemã, em particular com a vertente neohegelista.

Nos esboços que ficaram conhecidos como *A ideologia alemã*, escritos entre 1845 e 1846, o esforço feito por Marx e Engels de fazer uma crítica definitiva da corrente neohegelista não foi bem sucedida, mas serviu para que ambos os autores se esclarecessem sobre os fundamentos por meio dos quais se desenrolava a história dos homens: a relação do ser social com o ambiente natural por meio do processo de trabalho e o desenvolvimento das forças de produção da vida social. Já estava também consolidada a ideia de que era o conflito pela apropriação do excedente econômico a produzir a luta entre grupos sociais e que na contemporaneidade esse conflito se manifestava ao modo da luta de classes entre burguesia e proletariado<sup>36</sup>.

Na sociedade civil, na qual se explicita a contradição, os burgueses se conflitam entre si na disputa posta pela necessidade de se empenhar em acumular mais que os

---

<sup>36</sup> MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.

outros, mas se juntam em defesa do interesse comum de preservar o processo de acumulação contra aqueles grupos sociais a partir de cuja força de trabalho ocorre a produção do capital. A cisão burguesa, a aparente divisão entre sociedade civil e Estado, serve exatamente para deixar nebulosa a relação social capital, pois tudo pode levar a crer que as relações sociais ocorrem entre indivíduos livres no mercado e que têm os interesses gerais preservados pelo Estado. Mas como a subjetividade é elemento constitutivo do movimento contraditório da sociedade civil, o que inclui a luta pelo conhecimento, para Marx era obrigatório o envolvimento nas lutas emancipatórias do trabalho, era obrigatório agir na contradição em processo e contribuir para conduzi-la em direção ao desenlace emancipador.

A apreensão que Marx construiu a propósito do movimento da sociedade civil articulado em torno do capital como a contradição em processo teve início quando se deu conta da cisão gerada pelo mundo burguês entre sociedade civil e Estado, de como a sociedade civil, para que se mantivesse sóbria e organizada, projetava um mundo idealizado no Estado, com a sua ideologia e a sua representação política. Mas o foco da contradição em processo estava na sociedade civil e isso só poderia ser entendido se fossem incluídos na análise aqueles sujeitos que a burguesia e seus intelectuais se recusavam a reconhecer como dotados de civilidade.

Desse ponto de partida, Marx jamais se desfez e continuou por toda a vida, por meio da elaboração da teoria do capital, a perscrutar o movimento que levaria aquela sociedade civil ao seu fim com o resultado possível de gerar a emancipação de toda a humanidade enquanto se libertava o homem da escravidão do salário. Há, portanto, uma unidade essencial na obra marxiana, uma unidade que se pode dizer dialética no seu movimento, do mesmo modo que dialética era a apreensão do movimento do real que tentava concretizar.

Isso é verdade mesmo para os textos de polêmica no universo neohegeliano da primeira metade da década dos 1840.

## **2. O proletariado se faz classe**

Foi precisamente o envolvimento político de Marx na Alemanha que o levou a ser deportado para a França, em 1844. Em Paris manteve contato com trabalhadores alemães imigrados e que se organizavam na Liga dos Justos. Ali também se aproximou de Engels, teve a compreensão da necessidade dos estudos sobre a economia política e de que seriam os trabalhadores fabris os agentes principais da negação da ordem burguesa.

Por conta de suas atividades políticas, Marx esteve obrigado a se deslocar entre Alemanha, França e Bélgica. Seus estudos e sua ação política estiveram sempre vinculados à prática política, mesmo aqueles de caráter mais abstrato e teórico. Quando Marx e Engels se juntaram à Liga dos Justos, em 1847, já haviam identificado como grupos de trabalhadores proletários se juntam para a autodefesa frente à exploração, se organizam, se colocam em movimento, e assim tem origem o embrião da luta que virá a constituir a classe operária.

Já na cáustica crítica a Proudhon, feita em *A miséria da filosofia*, de 1847, Marx indicava como as associações de operários se desenvolviam com objetivos mais amplos do que a mera defesa do salário e adquiriam caráter político. O processo é assim narrado:

As condições econômicas primeiro transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, da qual assinalamos apenas algumas fases, essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se

tornam os interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política<sup>37</sup>.

A rigor, luta de classes só existe a partir da revolução burguesa, desde quando o capitalismo está para se estabelecer e está para se ordenar um Estado burguês representativo. Certo que antes do capitalismo, antes do momento em que o capital passa a ocupar o lugar determinante da vida social, quando já havia Estado, exploração do trabalho e acumulação mercantil, havia conflito social, pois que havia hierarquia e domínio, mas o conflito não era dado diretamente pelas relações sociais de produção da riqueza.

A divisão social do trabalho posta na época burguesa implica a formação das classes e a luta de classes devido à separação entre proprietário dos meios de produção e do conhecimento e os proletários. A classe do trabalho se forma com a aglutinação dos trabalhadores dispersos em direção à constituição de um movimento político/econômico antagônico ao capital, à burguesia e ao Estado, e que é possibilitado pelo próprio processo produtivo do capital.

A aglutinação dos trabalhadores ocorre, em primeira instância, por conta da necessidade coletiva de se lutar por melhores condições de vida e trabalho, pela restrição do tempo de trabalho, por melhores salários. Aqui já está posta a luta de classes, precisamente em torno da questão da exploração do trabalho no processo produtivo capitalista. Essa é enfim a contradição que movimenta a sociedade civil, contradição que opõe trabalho a capital, mas capital dotado de poder político, de Estado.

Quando os trabalhadores se fazem classe, ou seja, um grupo social organizado e com consciência de pertencimento, passam também a acostrar o Estado do capital com reivindicações de direitos políticos e econômicos. Assim, pode

---

<sup>37</sup> MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Boitempo editorial, 2017, p. 146.

se notar que a luta de classes é própria do capitalismo, é a chave do movimento contraditório da sociedade civil. Marx considera que

no curso de seu desenvolvimento, a classe laboriosa substituirá a antiga sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e seu antagonismo, e não haverá mais poder político propriamente dito, já que o poder político é justamente o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil<sup>38</sup>.

Feito classe ainda dentro do contexto da sociedade civil burguesa, com sua organização e consciência de pertencimento, os trabalhadores que geram o capital podem se organizar em partido. Se organizar em partido significa se organizar em parte que luta em defesa dos interesses materiais e políticos dos trabalhadores. Nessas condições, o partido operário pode travar a luta de classe no contexto do mercado do capital, subsumido pelo capital, sem que se explicita ainda como força antagônica autônoma, negativa do capital e do Estado.

A forma política para se conseguir o objetivo da negação do capital e do Estado político é a instauração da democracia, entendida como negação do governo representativo e da cisão burguesa entre sociedade civil e Estado. A democracia seria então a rota para o fim do Estado e da política como dimensão autônoma da vida, como mediação indispensável do domínio de classe da burguesia. Nessa situação a luta de classes se coloca como luta revolucionária, pois que visa a derrocada do poder do capital.

Marx escrevera o *Manifesto do Partido Comunista* como encargo de direção da Liga dos Comunistas, nome que a Liga dos Justos havia assumido, até como condição para o seu

---

<sup>38</sup> MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Boitempo editorial, 2017, p. 147.

ingresso (e de Engels) na organização. Nesse manifesto / programa da Liga está descrito como se forma a classe e o partido de classe, como se trava a luta de classe, ou seja, como a contradição da sociedade civil se manifesta. A contradição entre burguesia e proletariado ocorre também com a interpenetração entre as classes. Se, por um lado “a organização do proletariado em classe e, portanto, em partido político é necessariamente destruída pela concorrência que fazem entre si os próprios operários”, por outro lado, por viver em luta permanente contra outras classes ou frações de classe, “a burguesia fornece aos proletários os elementos da sua própria educação política, isto é, as armas contra ela própria”<sup>39</sup>.

A luta de classes pode se alçar ao patamar de luta revolucionária quando o proletariado se fez classe e se fez partido, tendo em vista a conquista do poder político. Nas palavras do Manifesto,

a primeira fase da revolução operária é a elevação do proletariado a classe dominante, a conquista da democracia. O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar todo capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível o total das forças produtivas<sup>40</sup>.

Assim fica indicado o caminho para a solução da contradição da sociedade civil e da cisão burguesa que erige o Estado como condensador do domínio de classe e do poder político. O fim dessa contradição ocorre “quando, no curso do desenvolvimento, desaparecerem os antagonismos de classe e toda a produção for concentrada nas mãos dos indivíduos

---

<sup>39</sup> MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo editorial, 2008, p 48.

<sup>40</sup> Idem, p. 58.

associados, o poder público perderá o seu caráter político (Marx & Engels, 1998, p. 59).

#### **4. A luta de classes e a luta revolucionária na França**

A atividade de Marx como militante da Liga dos Comunistas levou-o a ser expulso da Bélgica. Segue para Paris e logo para Colônia, onde funda o periódico *Neue Rheinische Zeitung*. Processado por instigar manifestações contra os governantes, Marx acaba sendo absolvido, mas é novamente expulso da Alemanha. Desta vez vai para Londres, onde se estabelece em definitivo. Toma a iniciativa então de dar um novo começo a *Neue Rheinische Zeitung*. A diferença era que o periódico de Colônia trazia o subtítulo de Órgão da democracia e a publicação londrina foi subintitulada como Revista de Economia Política.

Precisamente nessa revista é que Marx publica alguns dos artigos que analisam a revolução francesa em andamento e que viriam a compor o livro organizado por Engels, em 1895, que traz o título de *A luta de classes na França (1848-1850)*. Nesses escritos Marx acompanha o desenrolar da contradição da sociedade civil, a luta de classes e suas mediações no decorrer do período revolucionário.

De fato, o que Marx narra é a formação do proletariado como classe e seu embate contra a burguesia, a sua derrota, mas também o importante papel da pequena burguesia urbana e do campesinato, forças sociais que podem oscilar entre um polo e outro da contradição. Enfim, trata da derrota da classe operária na sua entrada em cena, da necessidade de alianças, mas também das contradições internas da burguesia, a qual tem enormes dificuldades de governar em primeira pessoa, de estabelecer um domínio imediato sobre o trabalho.

Nesses textos Marx aborda o movimento das superestruturas geradas pela contradição fundamental da

sociedade civil, que é o meio pelo qual se articula a luta de classes. Decerto uma superestrutura frágil e que se articulava em torno de jornais, de associações, de clubes, mas que eram os instrumentos pelos quais se desenvolvia a tática de luta jacobinista por parte da classe operária.

A monarquia instaurada em 1830 havia expressado o poder dos banqueiros, os quais paulatinamente levaram o Estado a um aperto financeiro crescente. O Estado como expressão de uma só fração da classe dominante estava também exposto na restrição extrema do estatuto da cidadania, que incorporava apenas 1% da população francesa. Com isso, por suposto, outras frações das classes dominantes estavam excluídas do poder (a fração agrária e a fração industrial), assim como estavam o conjunto das classes subalternas (o proletariado, a pequena burguesia e o campesinato).

Os levantes operários de 1832, 1834 e 1839 haviam sido esmagados em sangrenta repressão, mas a ditadura de apenas uma fração de classe não poderia durar. O agravamento da crise agrícola e da crise financeira do Estado gerou a convergência de todos os grupos sociais que se opunham ao reinado de Luis Felipe de Orleans. O domínio do banco só poderia mesmo levar o próprio Estado à insolvência e ao acirramento dos conflitos no seio das classes dominantes e entre as frações do capital. Assim, quando todas as classes se lançaram contra a monarquia orleanista “desapareceu inclusive a aparência de um poder de Estado arbitrariamente contraposto à sociedade burguesa, levando com ela toda série de lutas secundárias que esse pseudopoder provoca”<sup>41</sup>.

À queda da monarquia seguiu-se um governo provisório que foi obrigado a instaurar a república democrática (com sufrágio universal) devido a pressão do proletariado, o qual tomou a dianteira na luta de

---

<sup>41</sup> MARX, Karl. *As lutas de classes na França*. São Paulo: Boitempo editorial, 2012, p. 44.



praticamente toda a sociedade civil postada contra o regime monárquico dos banqueiros. Marx adverte que

ao ditar a república ao governo provisório e, por meio do governo provisório, a toda a França, o proletariado ocupou imediatamente o primeiro plano como partido autônomo, mas, ao mesmo tempo, desafiou toda a França burguesa a se unir contra ele”<sup>42</sup>.

A observação indispensável a ser feita é que o proletariado se constituiu como classe e como partido nessa conjuntura, mas sem conseguir ultrapassar as vistas da sociedade civil burguesa, a qual, ciente de seus interesses, se uniu contra o proletariado. Nos meses seguintes à instauração da república percebeu-se com clareza meridiana que “todas as classes proprietárias ingressaram ao lado da aristocracia financeira na esfera do poder político”<sup>43</sup>.

O proletariado conseguiu forjar instituições sociais que acoossaram a institucionalidade republicana burguesa ao clamar pela organização do trabalho e por um ministério do trabalho. De novo Marx adverte que

os trabalhadores haviam feito a revolução de fevereiro junto com a burguesia, mas procuraram impor seus interesses ao lado da burguesia, assim como haviam instalado, no próprio governo provisório, um trabalhador ao lado da maioria burguesa. Organização do trabalho! Sim, mas o trabalho assalariado é a organização já existente do trabalho. Sem ela, não há capital, não há burguesia, não há sociedade burguesa<sup>44</sup>.

---

<sup>42</sup> Idem, p. 44.

<sup>43</sup> Idem, p. 55.

<sup>44</sup> Idem, p. 46.

Marx explica essa limitação do proletariado de Paris pelo fato de ainda não conseguir se colocar como representante geral da sociedade em oposição à burguesia. Apenas a derrota sangrenta nas jornadas de junho é que tornou possível ao proletariado se alinhar às camadas sociais intermediária, a dizer, a pequena burguesia e o campesinato.

A derrota do proletariado, contudo, foi realizada aos poucos e Marx acreditava que fosse momentânea. A posse da Assembleia Nacional Constituinte foi um passo essencial na construção da república burguesa, isto é, um regime de convívio e domínio do conjunto da burguesia na sociedade civil e no Estado. Era indispensável agora retirar os direitos políticos e sociais conseguidos pelo proletariado logo no início do processo revolucionário. Isso quer dizer que o direito ao trabalho e a representação política dos trabalhadores teria que ser expurgada até que o proletariado chegasse à insurreição, o que aconteceu em junho, quando a derrota do proletariado significou a derrota da democracia. Afinal vinha à tona em sua forma mais pura a república burguesa, “como o Estado cujo propósito confesso é eternizar o domínio do capital, a escravidão do trabalho”<sup>45</sup>.

O sentido da palavra revolução havia mudado no seu significado e deixou de ser apenas a troca da forma política do Estado para implicar a convulsão da sociedade civil burguesa. Da batalha de junho a fração republicana da burguesia emerge com força ao contar com os louros da derrota do proletariado e o enfraquecimento da pequena burguesia democrática.

Mas o custo dessa situação foi alto demais, pois a ditadura militar do General Cavaignac e o estado de sítio, se por um lado enfraqueceu a pequena burguesia e desarticulou o proletariado, por outro permitiu que as facções políticas monarquistas passassem a se manifestar e a ocupar espaços na vida social e no Estado. Por ora isso não foi de todo ruim,

---

<sup>45</sup> Idem, p. 64.

pois de imediato o mais importante era impor o direito de propriedade sem qualquer limite em detrimento da reivindicação do direito ao trabalho. Marx anota que

por trás do direito ao trabalho está o poder sobre o capital, por trás do poder sobre o capital, a apropriação dos meios de produção, seu submetimento à classe operária associada, portanto, a supressão do trabalho assalariado, do capital e de sua relação de troca<sup>46</sup>.

No seu esforço de constituir um poder centrado na propriedade privada e que contemplasse todas as frações da burguesia, deixou-se de lado qualquer movimento que possibilitasse alargar a base de sustentação da república. A pequena burguesia, que poderia aderir sem problemas à nova forma política foi posta em dificuldades crescentes em razão das dívidas de que estava acometida. A falta de crédito levou grande número de comerciantes à falência e à revolta.

A forma política da república burguesa, da república dos burgueses, queria, todavia, legitimar-se por meio do sufrágio universal, o que portava um risco incalculável. Promulgada a Constituição, mas prorrogada a fase constituinte até que as leis complementares fossem elaboradas, procedeu-se a eleição presidencial. O setor mais avançado da classe operária lançou a candidatura de Raspail para marcar posição, assim como a pequena burguesia lançou Ledru Rollin. Marx observa que a candidatura própria foi “o primeiro ato pelo qual o proletariado, como partido político autônomo desvinculou-se do partido democrático”<sup>47</sup>.

O confronto real foi, no entanto, entre Cavaignac, o candidato da burguesia, e o príncipe Luis Napoleão, que acabou sendo o candidato do campesinato acuado pelo fisco. A vitória arrasadora de Napoleão já antecipava o conflito

---

<sup>46</sup> Idem, p. 76.

<sup>47</sup> Idem, p. 80.

institucional entre o presidente e a assembleia constituinte. O novo governo foi formado por monarquistas de todas as correntes e afastados foram os republicanos burgueses.

Muito do conflito foi gerado em torno de proposições legislativas que restringiam a presença da pequena burguesia e do proletariado na vida da república. A mais aguda foi a proposta repressiva do governo de foi a da proibição dos *clubes*. Os clubes eram os centros organizadores do proletariado revolucionário e, mais que isso, “uma coalizão de toda a classe operária contra toda a classe burguesa, a formação de um Estado operário contra um Estado burguês”<sup>48</sup>.

Note-se que Marx se dá conta da potencial dualidade de poderes que se desdobra da contradição da sociedade civil. A luta de classes elevada ao nível de luta revolucionária forja um novo Estado, que nega o Estado e o domínio político da burguesia em nome da emancipação do trabalho, da emancipação humana.

Na fase seguinte do processo, o proletariado -- com suas organizações banidas e obrigadas à clandestinidade -- se sentiu obrigado a uma aliança orgânica com a pequena burguesia configurada no partido socialdemocrata. A política titubeante desse agrupamento na sua disputa contra o partido da ordem, formado pelas facções monarquistas, levou-o à derrota sem que ocorresse o esperado confronto de rua. Mais uma vez Marx destaca que, caso ocorresse, o esperado embate entre o Exército e a Guarda Nacional democrática poderia levar novamente o proletariado a se postar de forma autônoma e que “em caso de vitória já estava formada a comuna proletária, que deveria ser constituída paralelamente ao governo oficial”<sup>49</sup>.

A nova derrota da pequena burguesia (e do proletariado) fez com que a cena política fosse sempre mais ocupada pelas disputas no interior do Estado, entre o

---

<sup>48</sup> Idem, p. 92

<sup>49</sup> Idem, p. 109.

presidente Bonaparte e o partido da ordem, que controlava a Assembleia Legislativa. Podia-se perceber como a chamada aristocracia financeira jamais tinha deixado de controlar o poder e o conjunto das classes proprietárias.

A lógica do endividamento também continuava a mesma do período anterior. O Estado ampliava a dívida pública e o campesinato (junto com outras camadas intermediárias) padecia de dívidas privadas crescentes para sanar aquela outra. O mesmo Estado buscava centralizar os recursos e o poder decisório. A solução indicada por Marx para a situação social do campesinato esta claramente indicada na necessidade da aliança operário-camponesa: “Somente a queda do capital pode fazer com que o agricultor ascenda, somente um governo anticapitalista, um governo proletário pode quebrar sua miséria econômica”<sup>50</sup>.

As forças mais variadas se agrupavam na oposição ao domínio escancarado da burguesia e a palavra socialismo era moeda comum até mesmo na oposição republicana burguesa. Com fundo otimismo, após os resultados eleitorais francamente favoráveis de 10 de março de 1850, Marx assinalava que

o proletariado passa a agrupar-se cada vez mais em torno do socialismo revolucionário, em torno do comunismo, para o qual a própria burguesia inventou o nome de Blanqui. Esse socialismo é a declaração de permanência da revolução, a ditadura classista do proletariado como ponto de transição necessário para abolição de todas as diferenças de classe, para a abolição da totalidade das relações de produção em que estão baseadas, para a abolição da totalidade das relações sociais em que correspondem a essas relações de produção, para a convulsão da totalidade das ideias, que se originam dessas relações sociais<sup>51</sup>.

---

<sup>50</sup> Idem, p. 132.

<sup>51</sup> Idem, p. 138-139.

No entanto, os erros táticos da direção política da esquerda pequena burguesa – a Montanha – levou a coalizão democrática e revolucionária novamente à derrota. De novo a contenda se reduzia ao confronto entre o partido da ordem e Napoleão, ficava contida por dentro da classe dominante e do Estado que condensa o seu poder político.

Nesse conjunto de textos, os quais depois foram organizados como livro por Engels, em 1895, é possível aferir como Marx segue e interpreta o desenrolar da luta política de classes na França entre 1848 e 1850. Marx observa como o proletariado se coloca na cena histórica como sujeito autônomo, como tomba e insiste em se levantar, como tomba novamente, principalmente por não ter força e organização suficiente para dirigir a pequena burguesia e o campesinato.

No entanto, a utopia burguesa de dominar sem contar com a pressão dos de baixo não pode se realizar, pois sempre o proletariado e os pequenos proprietários estiveram presentes de um ou outro modo para pelo menos condicionar a forma política da dominação do capital. Desse modo, a revolução parecia como um processo permanente de luta de classes, até que o proletariado estivesse pronto para vencer numa luta efetivamente revolucionária de derrubada do poder burguês.

## **5- A autonomização do poder político**

No conjunto de artigos que depois veio a redundar no livro *O dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, escrito entre dezembro de 1851 e fevereiro de 1852, a perspectiva de Marx já era outra. Agora a convicção sobre a permanência da revolução havia se esmaecido e o problema analisado era a emergência e o significado do bonapartismo. A abordagem do processo busca demonstrar como esse estágio da revolução burguesa na França fora regressivo, isto é, partira de um momento no qual o proletariado se apresenta na cena e

instaura a república democrática, até que se conclui com a autonomização do poder político, até mesmo frente às classes dominantes.

As fases intermediárias viram o poder ser compartilhado entre todas as frações da burguesia numa república burguesa guiada pelos republicanos e depois pelo partido da ordem, que era expressão das facções monarquistas coligadas. O conflito institucional entre os poderes legislativo e executivo esvaziaram por completo o governo representativo burguês e transferiram o poder para uma representação personalizada e autônoma (na aparência) não só frente às frações burguesas, mas ao conjunto da sociedade civil. As frações de classe voltavam a se dividir e a identificar apenas com elas mesmas e a única forma de reencontrar a unidade burguesa era a projeção de um poder por cima da própria classe dominante, mas que tivesse um respaldo de massa, ainda que passivo. Esse respaldo de massa foi encontrado no lumpem proletariado e na pequena propriedade camponesa.

Esse desenlace só foi possível por uma série de problemas indicativos da particularidade francesa daquele momento. Uma delas, decerto, foi a dificuldade das frações da burguesia se unificarem frente à gravidade das contradições existentes entre elas e que tinham um fundamento material bastante claro, assim como tinham uma expressão política e ideológica igualmente clara. Quando o predomínio de uma fração sobre as outras ficou impossível, tentou-se uma unidade com a veste da república, mas essa também foi impossível. Por outro lado, a pequena burguesia visava a ilusória via democrática para a implantação de reformas sociais como meio de evitar a luta de classes, o que fazia da Assembleia Nacional a cena principal da contenda. Na Assembleia Nacional a pequena burguesia foi derrotada e faltou-lhe capacidade de manobra para se juntar ao proletariado nas ruas, já que “A força do partido proletário

estava nas ruas, a dos pequeno-burgueses na própria Assembleia Nacional”<sup>52</sup>.

A “via democrática” estava derrotada, assim como estava derrotada a revolução proletária: estava enfim derrotada a sociedade civil. Marx explica que diante da enormidade da massa de funcionários do Estado, o poder efetivo da Assembleia Nacional dependeria da redução do exército de funcionários, de simplificação da administração estatal e que,

enfim, permitisse à sociedade civil e à opinião pública criar os seus próprios órgãos, independentes do poder governamental. Porém, o interesse material da burguesia francesa está entretido da maneira mais íntima possível justamente com a manutenção dessa máquina estatal extensa e muito capilaridade<sup>53</sup>.

Mas a burguesia e sua representação parlamentar trataram de fazer o contrário, ou seja, ampliar a repressão a toda e qualquer manifestação autônoma da sociedade civil. Com isso não fez mais do que reforçar ainda mais o poder executivo, pois a França é um País no qual

o Estado enreda, controla, disciplina, vigia e tutela desde as mais abrangentes manifestações de vida da sociedade civil até os seus movimentos mais insignificantes, desde os seus modos de existência mais universais até a existência privada dos indivíduos (...) <sup>54</sup>.

De fato, nessa lógica contraditória a saída para a dominação classista da burguesia não estava na

---

<sup>52</sup> MARX, Karl. *O 18 brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo: Boitempo editorial, 2011, p.64.

<sup>53</sup>Idem, , p. 77.

<sup>54</sup> Idem, p. 76-77.



democratização política e social, pelo contrário, o que se via era um proletariado prostrado e uma burguesia que concentrava poder, mas que perdia força moral. Assim,

os burgueses privados só poderiam continuar a explorar as demais classes e desfrutar sem percalços a família, a religião e a ordem se a sua classe fosse condenada à mesma nulidade política que todas as demais classes<sup>55</sup>.

Assim é que a burguesia, uma parte depois da outra, abandonou a sua representação política parlamentar, que por sua vez se fragmentava mais e mais. Os intelectuais da ordem burguesa fizeram o mesmo com ataques sempre mais virulentos ao parlamento e a seus representantes. Acontece que

A república parlamentarista era mais que o terreno neutro em que as duas facções da burguesia francesa, os legitimistas e orleanistas, latifúndio e indústria, podiam conviver sob o mesmo teto com os mesmos direitos. Era a condição incontornável da sua dominação conjunta, a única forma de Estado em que o interesse geral da sua classe podia submeter a si, ao mesmo tempo, as demandas das suas facções em particular e todas as demais classes da sociedade<sup>56</sup>.

Mas se a própria burguesia não confiava mais no parlamento como expressão de seus interesses gerais, ou mesmo particulares, dado que nenhuma maioria conseguia se formar, a solução possível era a de renunciar a sua representação política e deixar o poder político a cargo da burocracia estatal, a qual se expressava no poder executivo. O conjunto da sociedade civil estava submetido então ao poder

---

<sup>55</sup> Idem, p. 82.

<sup>56</sup> Idem, p. 114.

político condensado no Estado. O golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851 dissolveu o parlamento e os resquícios de governo representativo da burguesia. Um ano depois se instalava o regime imperial de Napoleão III, com o respaldo passivo da massa camponesa. Por outro lado, com a autonomização do poder político a contradição entre o proletariado e a burguesia se expressava no movimento da sociedade civil, mas também deixava claro que o poder político é o poder condensado do capital.

## **6- Conclusão**

Vitimada por divergências internas e pela repressão estatal, a Liga dos Comunistas foi dissolvida em 1852. O cenário político era mesmo inteiramente desfavorável. O proletariado havia sofrido terrível derrota em todo o continente e mesmo a combatividade do proletariado inglês tendia a arrefecer. Marx, definitivamente instalado em Londres, poderia enfim se dedicar à elaboração teórica sobre o capital, sobre a contradição que movimentava (e movimentava ainda) a sociedade civil.

Em alguns dos escritos do período revolucionário, sumariamente vistos acima, percebe-se, com bastante clareza, que Marx considera que a sociedade civil é local das relações sociais de produção / exploração, mas que essa cria as suas superestruturas organizativas e ideológicas, que podem seguir a direção moral da classe dirigente / dominante, cujos interesses gerais se condensam no Estado, ou podem se opor, de modo antagônico, à dominação e ao Estado de classe. Nesse caso a luta de classe se faz luta revolucionária e antecipa uma dualidade de poderes.

Por outro lado, a derrota do proletariado, sem que a burguesia consiga impor a sua direção na forma de governo representativo, pode implicar a forma política do bonapartismo, que é a autonomização do poder político frente às frações da classe dominante na sociedade civil. Desse

modo, o inimigo do proletariado torna-se visivelmente bifronte: é o capital na sociedade civil e o poder político do Estado, um não pode ser batido sem que o outro também o seja, pois que fazem parte da única contradição em processo.

### **III – Marx e a Internacional: o problema da educação das massas**

A doutrina materialista sobre a modificação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são modificadas pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado. Ela tem, por isso, de dividir a sociedade em duas partes – a primeira das quais está colocada acima da sociedade.

A coincidência entre a alteração das circunstâncias e a atividade ou automodificação humanas só pode ser apreendida ou racionalmente entendida como prática revolucionária

(Karl Marx. Ad Feuerbach, 1845)

#### **1. Introdução**

Marx, desde o tempo da Liga dos Comunistas, tinha clareza da necessidade de se constituir um partido operário de caráter internacional, ou, na verdade de se empenhar na tarefa de “constituição do proletariado em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado”.<sup>57</sup> A revolução francesa de 1848 foi o epicentro de um momento revolucionário europeu, que viu o proletariado pela primeira vez se constituir em sujeito autônomo. A extinção da Liga dos Comunistas, em 1852, foi o reconhecimento da derrota do movimento operário nesse estágio embrionário. A partir de então Marx, no seu exílio londrino, passou a se dedicar de vez à crítica da economia política, um amplo esforço de crítica do pensamento econômico burguês, de compreensão da ontologia da acumulação do capital e da relação antagônica entre as

---

<sup>57</sup> MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo, Boitempo editorial, 2005, p. 51.

classes sociais. Esse projeto tinha o objetivo de mostrar o caráter ideológico da ciência econômica e apontar as debilidades imensas das formulações teóricas e ideológicas que alimentavam o movimento operário.

O processo inacabado de construção da monumental obra de crítica da ordem burguesa tem nos manuscritos de 1857-1858, conhecidos como *Elementos da Crítica da Economia Política* (publicados somente em 1939), um patamar crucial, completado em 1859 com a publicação da *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Nesse mesmo ano os sintomas de crise do regime bonapartista se fazem presentes e entre o aparecimento de greves operárias e a necessidade de recompor suas bases sociais é que se move a política do Estado francês. Tanto na França quanto na Inglaterra predomina amplamente o mutualismo e o cooperativismo na organização operária. A sequência de guerras voltadas para o esforço de construção da unidade alemã foi o terreno no qual o movimento operário encontrou energia para se erguer novamente, depois da derrota de 1849.

A constituição do proletariado enquanto classe que almeja a conquista da democracia, tanto do ponto de vista organizativo, quanto do ponto de vista ideológico, no começo da década de 1860, é extremamente embrionária, ainda que se perceba o avanço significativo da industrialização. O movimento operário conta com a vantagem do forte sentimento de solidariedade internacional, decerto possível pelo processo inconcluso de construção do Estado nacional e da correlata debilidade da hegemonia burguesa. Mas o início da nova década traz muitos acontecimentos que revolvem toda a situação: desde a guerra civil americana, passando pela (quase) unificação italiana e o levante nacional polonês.

Esse é, em linhas gerais, o contexto em que Marx se envolve novamente na batalha pela constituição do proletariado enquanto classe internacional, a qual exige a organização e a educação da classe que se forma no processo de luta antagônica contra o capital. Parte dessa educação

implicava a disputa contra outras vertentes culturais e teóricas do movimento operário, que eram, ao fim das contas, predominantes. A rigor, o território da luta operária estava delimitado por Inglaterra, França e Alemanha, ainda que outros países estivessem prestes a ingressar no mundo do trabalho fabril organizado em movimento político. O objetivo deste texto é assim, precisamente o de observar como Marx se relacionou como o movimento político operário das vésperas da fundação da AIT - Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1864, até a fundação do SPD - Partido Social-democrata na Alemanha, em 1875.

## **2. A fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores**

Londres era o principal refúgio de exilados políticos do continente, que contavam com o forte sentimento de solidariedade do operariado inglês, o qual antes havia formado diversas associações. Por ocasião da Exposição Internacional de 1862 foi lançada a semente do que viria a ser a Associação Internacional dos Trabalhadores, quando imbuída desse espírito de solidariedade internacional (e cristã), a liderança sindical inglesa recebeu a delegação de operários franceses enviadas por Napoleão III e pode ter já sugerido a ideia de fundação da associação. O fracasso de Napoleão no seu intento de cooptar a liderança operária francesa se evidenciou na multiplicação de greves entre 1862 e 1864, quando efetivamente o substrato para a fundação da AIT se formava. Na Alemanha, em 1863, havia sido fundada a ADAV - Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, a qual não demoraria muito para entrar em conflito com as posições de Marx e Engels. Encontros políticos de gama ideológica variada ocorriam em outros lugares da Europa, mas é em 1863, quando de um evento de solidariedade ao levante polonês, é que delegações de operários ingleses e franceses voltaram a se encontrar e aprofundam a aproximação, se decidindo enfim

pela realização de um congresso de fundação da AIT, que ocorre em Londres em 28 de setembro de 1864.

Marx se mantivera afastado do movimento operário por mais de uma década, período de refluxo e de grande confusão teórica e ideológica. Percebeu a necessidade de um esclarecimento teórico e científico, que pudesse incidir sobre o movimento operário de modo a dotá-lo de uma teoria da emancipação do trabalho. Ao fim, diante dos indícios de retomada do movimento operário, depois da derrota do começo dos anos 50, Marx decidiu aceitar participar no congresso de fundação da AIT apenas para observar e ficar próximo do movimento dos trabalhadores. No entanto, contou com o papel principal na redação do Manifesto de lançamento da AIT e de seus Estatutos, tendo oferecido uma alternativa ao documento proposto pelos seguidores de Mazzini.

O Manifesto se estende no balanço da situação operária da Inglaterra entre 1848 e 1864, período de grande expansão capitalista, mas de preservação da miséria operária. A ênfase na situação inglesa se justifica pelo fato do AIT vir à luz em Londres, mas principalmente porque “de fato, mudando-se as cores locais e em escala algo reduzida, os fatos ocorridos na Inglaterra reproduzem-se em todos os países industriais e progressistas do continente”. Marx sugere com sólidos dados empíricos como se desenvolve a polarização social, o acúmulo da riqueza de uma parte e da miséria de outra parte. O desenvolvimento do capitalismo não pode acabar com a miséria dos trabalhadores, mas “todo novo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho tem forçosamente que tender a aprofundar os contrastes sociais e aguçar os antagonismos sociais”,<sup>58</sup>

Esse texto reconhece que a derrota das revoluções de 1848 havia deixado o movimento operário apático e inerte, tendo estimulado inclusive a migração para a América.

---

<sup>58</sup> MARX, Karl. “Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores”. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, Tomo I, 1956, p. 317.

Todavia dois produtos da luta operária são valorizados, talvez até em exagero: a redução da jornada legal de trabalho para 10 h. na Inglaterra, quando “pela primeira vez, em plena luz do dia, a economia política burguesa sucumbia ante a economia política da classe operária”; e o movimento cooperativista, “uma vitória ainda maior da economia política do operariado sobre a economia política dos proprietários”.<sup>59</sup>

O cooperativismo demonstrava que a existência dos patrões era desnecessária e que a o trabalho assalariado poderia ser substituído pelo trabalho associado. Parece que aqui as concessões aos sindicalistas ingleses e aos mutualistas franceses foram incontornáveis, pois logo em seguida, quase paradoxalmente, se afirma que

Ao mesmo tempo, a experiência do período decorrido entre 1848 e 1864 provou acima de qualquer dúvida que, por melhor que seja em princípio, e por mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, de libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria<sup>60</sup>

Acontece então que para ser efetivo, “o trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido em dimensões nacionais e, conseqüentemente, incrementado por meios nacionais”, mas “os senhores da terra e os senhores do capital usarão sempre os seus privilégios políticos para a defesa e perpetuação de seus monopólios econômicos”, de modo que “conquistar o poder político tornou-se, portanto, a tarefa principal da classe operária”. Marx destacava que, em diversos países, havia “esforços simultâneos sendo feitos para a reorganização política do partido operário”, mas o diagnóstico de que os trabalhadores eram muitos só poderia

---

<sup>59</sup> Ibidem, p. 319.

<sup>60</sup> Ibidem, p. 319.



ganhar significado desde que “unidos pela associação e encabeçados pelo conhecimento”. O essencial era que o proletariado se organizasse em classe e partido, mas que também entendesse e agisse na política internacional.<sup>61</sup>

Para Marx, a sua participação na AIT se justificava pelo empenho que observava dos próprios trabalhadores se organizarem em partido operário orientado pela solidariedade internacional. Sentia-se assim convocado a participar na educação da classe operária, a contribuir no seu progresso intelectual. O preâmbulo dos Estatutos da AIT (só aprovados definitivamente em 1871) anunciava que “a emancipação das classes trabalhadoras deverá ser conquistada pelas próprias classes trabalhadoras”, mas lembrava em seguida “que a servidão em todas as suas formas, toda miséria social, toda degradação intelectual e dependência política é o resultado da sujeição econômica do trabalhador aos monopolizadores dos meios de trabalho, isto é, das fontes da vida”, daí derivando “que a emancipação econômica das classes trabalhadoras é, portanto, o objetivo primordial a que todo movimento político deve subordinar-se como meio”.<sup>62</sup>

O *Capital* deveria ser a grande obra oferecida ao movimento operário, como a mais contundente arma e por isso Marx tanto se dedicava na sua elaboração. Em junho de 1865, Marx apresentou algumas conclusões parciais do estudo que desenvolvia, com o fim de elucidar dúvidas e problemas teóricos presentes no Conselho Geral da AIT, sob a forma de exposição de um folheto que ficou conhecido como *Salário, Preço e Lucro*. Era já um notável esforço para corrigir as incompreensões teóricas presentes na direção da AIT. Na parte final dessa exposição, depois de mostrar o mecanismo da exploração do trabalho por meio do assalariamento e o antagonismo entre capital e trabalho, que detona a luta de classes, Marx indica a necessidade da ação política por parte

---

<sup>61</sup> Ibidem, p. 320.

<sup>62</sup> Idem. “Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores”. In: Op. Cit.. Tomo 1, p. 322.

das forças do trabalho, pois “na luta puramente econômica, o capital é a parte mais forte”.<sup>63</sup> Assim, além de resistir ao agravamento da exploração, o trabalho também deve investir as “suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado”.<sup>64</sup>

### **3. A consolidação da Associação Internacional dos Trabalhadores**

Marx preferiu garantir a sua base de apoio político na AIT na própria cidade de Londres, onde vivia. O sindicalismo inglês era avesso ao debate ideológico, tal como se desenvolvia no continente, de modo que poderia ser mais aberto à proposição teórica de Marx, mas o fato é que a AIT na Inglaterra nunca incorporou o proletariado industrial mais avançado no Norte do país e a mobilização estava voltada para temas sindicais e para a ampliação do estatuto da cidadania, alcançada com as reformas de 1867. Ou seja, ainda que tenham sido usados por Marx como base de sustentação política, os sindicalistas ingleses mostraram pouca disposição para assimilar o pensamento marxiano e também para se aproximar das vertentes revolucionárias do continente, de modo que permaneceram presos aos horizontes reformistas e sindicalistas.

Na França os trabalhadores cresciam na ação política e na organização tirando proveito das tentativas do regime napoleônico de ampliar as suas bases sociais. Os franceses tiveram papel decisivo na fundação da AIT e a seção francesa dessa organização apareceu em 1865. O predomínio das ideias da Proudhon era incontestado entre os operários e foram elas a estabelecer a ponte que possibilitou a cartada de Napoleão III de tentativa de cooptação dos trabalhadores, tanto que a AIT foi tolerada pelo regime e criticada fortemente

---

<sup>63</sup> Idem. “Salário, preço e lucro”. In: Op. Cit.. Tomo 1, p. 373.

<sup>64</sup> Idem, p. 378.

por Auguste Blanqui (o encarcerado). Proudhon defendia a recusa a luta política, condenava a greve e acreditava que o conflito capital trabalho poderia ser superado pela lógica do cooperativismo e da troca justa (sic).

A morte de Proudhon, em 1865, coincidiu com uma nova prática de luta ensaiada pelos trabalhadores: a greve. Uma nova geração assumia a direção da AIT, tendo a frente Varlin e Benoit-Malon, com uma nova concepção teórica, que mesmo sem romper com o proudhonismo, via na associação operária o instrumento de sua luta e libertação. Era um passo na gestação do anarco-sindicalismo, mas na visão de Marx esse era certamente um grande passo à frente na auto-educação dos trabalhadores.

Na Alemanha era sentida a disposição de se reorganizar o partido operário, disperso depois da dissolução da Liga dos Comunistas em 1852, de modo que a ADAV - Associação Geral dos Trabalhadores Alemães foi fundada em começos de 1863 sob a condução de Ferdinand Lassalle. A concepção de Lassalle tinha semelhanças fundamentais com o desenvolvimento do proudhonismo no que se refere à contrariedade diante da greve e do sindicato, à aproximação com o poder bonapartista tendo em vista a consecução dos interesses dos operários sob a forma de estímulo às cooperativas, como meio de se chegar a uma forma de socialismo de Estado nacional. A morte precoce de Lassalle, ainda em 1864, veio a realçar o seu prestígio entre as massas operárias, mas abriu uma crise no partido, do qual se afastaram diversas associações locais. As instâncias da AIT na Alemanha eram dispersas, mas mantinham contato direto com Marx.

Percebe-se com alguma clareza o quanto o movimento operário era disperso e contava com uma cultura política eclética e fragmentada, típica de uma classe subalterna. Era sobre esse terreno que Marx se empenhava para promover um progresso intelectual de massas, para desenvolver a crítica teórica / prática do capitalismo, para constituir o proletariado

em classe e partido, passo indispensável para a conquista da democracia.

Apesar das enormes dificuldades que a perspectiva histórica possibilita constatar, no começo de 1865, Marx se mostrava animado com a sua atividade de agitador na AIT, refutando o convite de ir para a Prússia:

Prefiro, cem vezes, a agitação que realizo, neste momento, através da Associação Internacional. A influência sobre o proletariado inglês faz-se de maneira direta e tem enorme importância. (...). Os avanços dessa Associação, aqui, em Paris, na Bélgica, na Suíça e na Itália, superaram, de modo geral, todas as nossas esperanças. Somente na Alemanha se colocam contra mim, como é natural, os sucessores de Lassalle.<sup>65</sup>

Em setembro de 1865, uma conferência da AIT, realizada em Londres, confirmou os termos da sua fundação. Um congresso propriamente dito foi realizado somente em setembro de 1866, em Genebra, que mostrou o predomínio nítido do proudhonismo e sua oposição à greve e a revolução. Uma carta de Marx a Kugelmann mostra o estado de espírito de Marx, a sua aversão às teorias dos seguidores de Proudhon e também a importância que dava a educação do proletariado inglês, em particular. Dizia assim:

Receava muito pelo primeiro Congresso, em Genebra. Mas, contrariamente as minhas apreensões, tudo correu bem, em suas linhas gerais. Sua repercussão na França, na Inglaterra e na América foi além de todas as expectativas. Não podia, nem queria assistir ao Congresso, mas escrevi o programa dos delegados londrinos. Limitei-o, intencionalmente, nos itens que tornam possível

---

<sup>65</sup> MARX, Karl. "Carta a L. Kugelmann, Londres, 23 de fevereiro de 1865". In: Op. Cit. Tomo 3, 1963, p. 256.

uma compreensão imediata e a ação conjunta dos operários; e que podem satisfazer, diretamente às necessidades da luta de classes, ao mesmo tempo que servir de estímulo à organização dos operários, como classe. Os senhores de Paris estavam com a cabeça cheia de frases ocas de Proudhon. Falam de ciência, mas nada sabem. Mantêm uma atitude desdenhosa para com tudo que é revolucionário, isto é, para com toda ação que emane da própria luta de classes; e para com todo movimento social cujos objetivos podem ser alcançados por meios políticos (como, por exemplo, a redução legal da jornada de trabalho).<sup>66</sup>

A influência das ideias de Proudhon, no entanto, estava em relativo declínio, na mesma medida do fracasso das empresas cooperativas e da ascensão do sindicalismo e do movimento grevista, o que pode ser observado já no congresso seguinte, de Lausanne, em 1867. A AIT se expande e se consolida, mas perde força precisamente na Inglaterra. O Congresso de Bruxelas, em 1868, indica já o predomínio da vertente que apontava para o sindicalismo revolucionário, o dito “coletivismo”. No congresso de Basileia, realizado em setembro de 1869, se apresentam delegados de 9 países, incluindo o EUA, cujo proletariado alimentava muitas esperanças em Marx.

#### **4. A ascensão do movimento operário e a guerra franco-prussiana**

Em 1867, Marx publica *O Capital: Crítica da Economia Política*. O trabalho teórico científico que Marx desenvolvia estava vinculado estreitamente a ação social e política do proletariado, obra de grande fôlego, que se constitui em elemento crucial no processo de constituição do proletariado

---

<sup>66</sup> MARX, Karl. “Carta L. Kugelmann, Londres, 9 de outubro de 1868”. In: Idem, p. 260.

enquanto classe, elemento da luta de classes. Esse livro faz a crítica da ciência econômica burguesa e mostra o processo pelo qual a acumulação do capital ocorre por meio da exploração do trabalho. Trata-se de um momento crucial na educação do proletariado, na demonstração da situação de classe e da possibilidade real da emancipação do trabalho e de toda a humanidade. A publicação d'*O Capital* no tempo da formação e consolidação da AIT mostra o nexo entre movimento operário e a crítica teórica da ordem existente. Na verdade, a fraca repercussão da obra de Marx era precisamente a expressão da fragilidade do proletariado enquanto classe revolucionária.

Enquanto o movimento operário refluía na Inglaterra, se fortalecia no continente, tanto na França, quanto na Alemanha. Na Alemanha, Marx se encontrava enredado no meio de duas vertentes: a ADAV, dos seguidores de Lassalle, um partido operário tido como sectário e que se dispunha a fazer aliança com o prussianismo, e aqueles como Liebknecht e Bebel, que pensavam uma revolução democrática e burguesa antiprussiana, para a qual um partido popular era ainda necessário e ao qual haviam vinculado a VDAV - Federação das Associações Operárias Alemãs, fundada em 1863 em reação a ADAV de Lassalle. A penetração da AIT na Alemanha se fez por fora dessas duas vertentes, difundindo seu programa e adesão em associações operárias locais.

A aproximação entre Marx e a direção da ADAV em torno de certos pontos, mostrava a penetração da AIT, mas também como a convicção de que a unidade alemã se faria em torno da Prússia era comum e se generalizava. No entanto, as dissidências na ADAV e a sua aproximação com a Federação de Bebel redundaram na fundação do Partido Operário Socialdemocrata – SDAP, na cidade de Eisenach, em 1869, logo seguido da ruptura com o partido popular. A decisão de fundar um partido operário autônomo e internacionalista, logo aproximou a nova organização da AIT, com vantagens

recíprocas. Agora Marx tinha um partido operário com o qual trabalhar na Alemanha, o qual contava no nascimento com vínculos internacionais importantes e promissores.

Na França, no entanto, a influência de Marx e do Conselho Geral da AIT eram pouco significativos. Na secção francesa da AIT predominava o universo ideal de Proudhon, ainda que diferenciações e divergências ocorressem. Os seguidores de Auguste Blanqui, com o qual Marx muito se simpatizara nos anos 40, de início mantiveram restrições a AIT exatamente por conta do predomínio do proudhonismo, mas começaram dela se aproximar. Outra corrente que, desde 1869, veio engrossar o caldeirão ideológico do movimento operário francês em ascensão foi aquela encabeçada por Bakunin, cuja influência se manifestou em especial na Itália e Espanha, além da Suíça, onde se encontrava radicado o revolucionário russo.

Napoleão III enfrentava problemas sérios de legitimidade desde 1867, por conta das aventuras militares no México e na península itálica. Ao plebiscito de maio de 1870 – intento de mostrar força -- se seguiu a repressão ao movimento operário e a AIT. Na sequência, a guerra contra a Prússia, desencadeada em 19 de julho, surgiu como um ato desesperado que se concluiu em completo desastre.

Poucos dias antes de se iniciarem as hostilidades, em 23 de julho, o Conselho Geral da AIT, usando a pena de Marx, emitiu um manifesto sobre a guerra no qual citava passagens de manifestações de associações operárias da França e da Alemanha contra a guerra e com denúncias sobre o caráter dinástico do conflito. O documento coloca de modo nítido o contraste existente, por um lado, entre o internacionalismo operário e, por outro, os interesses dos Estados nacionais burgueses. A crítica duríssima ao regime bonapartista se somava agora a crítica a Prússia: “O regime bonapartista, que até então só havia florescido em uma margem do Reno,

encontrou agora a sua réplica na outra margem. De tal estado de coisas que podia resultar senão a guerra?”.<sup>67</sup>

A guerra, que começava com a França como agressora, poderia culminar com uma agressão da Alemanha contra o povo francês. Mas, por outro lado, a solidariedade entre os trabalhadores da França e da Alemanha “Demonstra que, frente à velha sociedade, com suas misérias econômicas e seu delírio político, está surgindo uma sociedade nova, cujo princípio de política internacional será a paz, porque o governante nacional será o mesmo em todos os países: o trabalho. O pioneiro desta sociedade nova é a Associação Internacional dos Trabalhadores”.<sup>68</sup>

Na verdade, o raciocínio de Marx indicava que uma possível vitória da Prússia sobre a França traria implicações de grande monta, alterando as relações internacionais e o próprio eixo do movimento operário. A unificação da Alemanha abriria novas possibilidades ao movimento operário alemão, a possível derrota da França implicaria o fim do bonapartismo e o enfraquecimento das ideologias do movimento operário francês, mas provocaria também a aproximação entre França e Rússia.

Em 2 de setembro, para perplexidade geral, o próprio Napoleão III cai prisioneiro dos prussianos no desenlace da batalha de Sedan e dois dias depois é instaurada a república francesa. O Conselho Geral da AIT se manifesta sobre esse acontecimento e faz uma avaliação crítica da política alemã voltada para anexação de fatias do território francês, que demonstra como isso traria o resultado de fortalecer a Rússia no cenário europeu. Para a Alemanha, numa espetacular antecipação do cenário da Guerra mundial, restaria: “ou converter-se a todo custo num instrumento aberto da expansão russa, ou, após breve trégua, preparar-se para

---

<sup>67</sup> MARX, Karl. “Primeiro manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra franco-prussiana”. In: *ibidem*, Tomo 2, 1961, p. 56

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 58



outra guerra ‘defensiva’, não uma dessas guerras localizadas de novo estilo, mas uma guerra de raças, uma guerra contra as raças latinas e eslavas coligadas”.<sup>69</sup>

O documento ainda transcreve uma passagem de um manifesto do SDAP, entendendo falar em nome da classe operária alemã, que demonstra a sua contrariedade em relação à política anexacionista do governo prussiano. A França, por seu lado, teria que contar com um governo provisório republicano no qual o componente monarquista orleanista muito pesava, de maneira que para Marx era perceptível como “a classe operária da França tem que fazer face a circunstâncias extremamente difíceis. Qualquer tentativa de derrubar o novo governo, na crise atual, quando o inimigo bate quase às portas de Paris, seria uma loucura desesperada”.<sup>70</sup>

## **5. A Comuna de Paris**

A república francesa nasce sob a iminência do cerco do exército prussiano. Os planos para se tentar romper o cerco foram infrutíferos por falta de vontade coletiva e de unidade de comando. Em 28 de janeiro de 1871, Paris assina o armistício e aceita se desarmar quase totalmente, deixando apenas a Guarda Nacional ainda organizada. O passo seguinte foi a convocação de eleições para a Assembleia Nacional, cuja maioria viria ser composta por monarquistas do campo. Os deputados por Paris abandonam a Assembleia, que se reunira em Versailles, e voltam para a Capital, onde se encontram as milícias urbanas organizadas como Guarda Nacional, como povo em armas. O fracasso da incursão armada tramada por Thiers, presidente da Assembleia Nacional, decretou o início do episódio da Comuna de Paris.

---

<sup>69</sup> MARX, Karl. “Segundo manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra franco-prussiana”. In: *ibidem*, p. 63.

<sup>70</sup> *Ibidem*, p. 64.

Em 18 de março, o poder em Paris passa às mãos do Comitê Central da Guarda Nacional, mas para o resto da França continuava a prevalecer o poder da Assembleia Nacional ancorada em Versalhes.

A “loucura desesperada” a que Marx se referia tinha início. Foram 72 dias de uma experiência social e política sem par na história do século XIX, quando uma revolução proletária se manifestou. Sua obra foi guiada pelas ideologias do socialismo surgidas nos desdobramentos da longa revolução burguesa, que enfim chegava ao seu final (conforme a apreciação de Gramsci). Os condutores do processo revolucionário eram blanquistas e jacobinos, os internacionais proudhonianos e poucos simpatizantes das formulações de Marx, num universo em efervescência no qual passado e futuro virtual se confundiam. O final da revolução burguesa poderia terminar com a derrota da burguesia ou, mais provavelmente, com a derrota desse ousado antagonista social que propugnava a emancipação do trabalho e a construção de um novo mundo.

A experiência da Comuna conviveu com o espectro da guerra: da guerra de classes e da guerra nacional. Na segunda quinzena de maio, apenas perpetrado o massacre contra a classe operária e seus aliados por obra do exército que capitulara diante da Prússia e de um governo republicano burguês que assinara um tratado de paz vergonhoso, que tinha como uma de suas condições o fim da Comuna classista, Marx escreveu um longo Manifesto pelo Conselho Geral da AIT. Analisa então com profundidade ao mesmo tempo em que glorifica a página histórica que -- com lágrimas, suor e sangue -- acabava de ser escrita pelo proletariado de Paris.

Marx mostra a relação estreita entre a capitulação da França frente o exército prussiano e o temor da burguesia de que a revolução republicana de setembro se transformasse em revolução proletária e como “essa capitulação deu início à guerra civil, que agora tinham que fazer com a ajuda da

Prússia, contra a república e contra Paris”. O primeiro lance do embate foi a convocação imediata de eleições para a Assembleia Nacional, em situação difícil de comunicações e com o território francês parcialmente ocupado, o que beneficiaria as forças conservadoras: “Eis porque o pacto de capitulação estipulava que deveria ser eleita uma Assembleia Nacional num prazo de oito dias”.<sup>71</sup>

O passo seguinte para que se organizasse a república burguesa, ou mesmo para que se restaurasse a monarquia dos Orleans, era o desarmamento de Paris e a dissolução da Guarda Nacional. Mas esse passo era bastante mais complicado, pois era a Guarda Nacional que garantia a legitimidade da assembleia, cujo fundamento se encontrava na queda do regime bonapartista e na instauração da república. Quando Thiers, o presidente da Assembleia Nacional exigiu que a Guarda Nacional entregasse a sua artilharia, colocou-lhe o dilema de se desarmar, traíndo o compromisso de defesa diante da Prússia e reconhecendo o poder dos adversários monarquistas de Napoleão III, “ou continuar lutando como o campeão abnegado da França, cuja salvação da ruína e cuja regeneração eram impossíveis se não fossem derrubadas revolucionariamente as condições políticas e sociais que haviam engendrado o Segundo Império e que sob sua égide protetora, amadureceriam até a completa putrefação”.<sup>72</sup>

A Guarda Nacional havia já sido reorganizada sob forma democrática, com seu comando sendo eleito, ao modo de um comitê central escolhido pelo conjunto de seus efetivos. Foi esse comitê que veio a ser o governo provisório de Paris depois do dia 18 de março. Agora começava uma experiência efetivamente inédita e que era preciso compreender. Tratava-se de uma revolução proletária, que havia derrubado o poder político existente, “mas a classe operária não pode limitar-se

---

<sup>71</sup> Ibidem, p. 72.

<sup>72</sup> Ibidem, p. 75.

simplesmente a se apossar da máquina do Estado tal como se apresenta e servir-se dela para seus próprios fins”.<sup>73</sup>

Qual o significado e o conteúdo dessa passagem de poder, eis a questão a ser respondida. Marx localiza a origem do poder estatal centralizado na monarquia absoluta, dentro da qual surgiu o exercito permanente, a polícia, a burocracia, o clero e a magistratura, mas foi a revolução francesa do século XVIII que veio a criar o Estado burguês moderno. A partir daí

À medida que os progressos da moderna indústria desenvolviam, ampliavam e aprofundavam o antagonismo de classe entre capital e o trabalho, o poder do Estado foi adquirindo cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de força pública organizada para a escravização social, de máquina do despotismo de classe. Depois de cada revolução, que assinala um passo adiante na luta de classes, revela-se com traços cada vez mais nítidos o caráter puramente repressivo do poder do Estado.<sup>74</sup>

Em 1830, sempre seguindo o raciocínio de Marx, na França, o poder passa das mãos do latifúndio para o da burguesia. A disputa entre suas frações leva a revolução de 1848, quando o aparecimento do proletariado obriga a fórmula da república parlamentar, a qual institucionaliza e modera o conflito entre as frações das classes dominantes. Acontece que se a discórdia entre frações da classe dominante antes impunha limites ao poder do Estado, com a república parlamentar o poder estatal passa a se manifestar como “uma máquina nacional de guerra do capital contra o trabalho”.<sup>75</sup>

O fortalecimento do poder estatal, enquanto força repressiva do trabalho, enfraquece a própria assembleia

---

<sup>73</sup> Ibidem, p. 80.

<sup>74</sup> Ibidem, p. 81.

<sup>75</sup> Ibidem, p. 81 (bis).

nacional em favor do poder executivo, que ao fim instaurou o chamado Segundo Império.

O Império, tendo o golpe de Estado por certidão de nascimento, o sufrágio universal por sanção e a espada por cetro, declarava apoiar-se nos camponeses, ampla massa de produtores não envolvida diretamente na luta entre capital e trabalho. Dizia que salvava a classe operária destruindo o parlamentarismo e, com ele, a descarada submissão do governo às classes possuídas. Dizia que salvava as classes possuidoras mantendo de pé sua supremacia econômica sobre a classe operária; e finalmente, pretendia unir todas as classes, ao ressuscitar para todos a quimera da glória nacional.<sup>76</sup>

Na leitura de Marx seria o império bonapartista

a última forma daquele poder estatal que a sociedade burguesa nascente havia começado a criar como meio para emancipar-se do feudalismo e que a sociedade burguesa adulta acabou transformando em um meio para a escravização do trabalho pelo capital.<sup>77</sup>

À revolução proletária, a experiência da Comuna, era precisamente a antítese do Estado burguês, o seu avesso. Por isso precisava ser analisada com a razão apaixonada, a fim de que se descortinasse nessa experiência as antecipações do futuro. Como a Guarda Nacional havia se formado como milícia popular e havia sido ela a impedir o avanço do exército prussiano, bem ao contrário do exército francês, que havia capitulado coberto de vergonha, entende-se porque “o

---

<sup>76</sup> Ibidem, p. 82.

<sup>77</sup> Ibidem, p. 82 (bis)

primeiro decreto da Comuna foi no sentido de suprimir o exercito permanente e substituí-lo pelo povo armado”.<sup>78</sup>

A Comuna expropriou a Igreja de seus privilégios, inclusive no processo educativo, e se abriram de forma gratuita todas as escolas ao povo. A representação política e a administração pública não estavam separadas, pois compostos por conselhos eleitos por sufrágio universal com mandatos revogáveis a qualquer momento. O conselho era responsável pelas funções de polícia, de justiça e de administração pública, de modo que, como princípio, “A Comuna devia ser, não um órgão parlamentar, mas uma corporação de trabalho, executiva e legislativa ao mesmo tempo”.<sup>79</sup>

O projeto da Comuna, apenas esboçado, indicava o fim do Estado centralizado burguês e de sua máquina repressiva e a sua substituição pelo regime comunal, o “governo dos produtores pelos produtores”, que

devia ser a forma política inclusive das menores aldeias do país e que nos distritos rurais o exército permanente devia ser substituído por uma milícia popular, com um tempo de serviço extraordinariamente curto.

Assim,

enquanto que os órgãos puramente repressivos do velho poder estatal deviam ser amputados, suas funções legítimas deviam ser arrancadas a uma autoridade que usurpava uma posição preeminente sobre a própria sociedade, para restituí-la aos servidores responsáveis dessa sociedade.<sup>80</sup>

---

<sup>78</sup> Ibidem, p. 83.

<sup>79</sup> Ibidem, p. 83 (bis)

<sup>80</sup> Ibidem, p. 83-84.

Marx recusa as tentativas de explicação do significado da Comuna que voltam as vistas ao passado. A Comuna não poderia ser olhada com um resgate das comunas medievais e nem mesmo uma luta contra o exagero do centralismo. Na verdade “O regime comunal teria devolvido ao organismo social todas as forças que até então vinham sendo absorvidas pelo Estado parasitário”, pois

a Comuna era, essencialmente, um governo da classe operária, fruto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política afinal descoberta para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho.<sup>81</sup>

De fato, não poderia ter-se voltado para o passado, pois

Sem essa última condição, o regime comunal teria sido uma impossibilidade e uma impostura. A dominação política dos produtores é incompatível com a perpetuação de sua escravidão social. A Comuna devia servir de alavanca para extirpar os fundamentos econômicos sobre os quais se apoia a existência das classes e, por conseguinte, a dominação de classe. Uma vez emancipado o trabalho, todo homem se converte em trabalhador, e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe.<sup>82</sup>

Marx insistia ainda que

A Comuna pretendia abolir essa propriedade de classe que converte o trabalho de muitos na riqueza de uns poucos. A Comuna aspirava à expropriação dos expropriadores. Queria fazer da propriedade individual uma realidade transformando os meios de produção, a terra e o capital, que hoje são

---

<sup>81</sup> Ibidem, p. 85.

<sup>82</sup> Ibidem, p. 85-86.

fundamentalmente meios de escravização e exploração do trabalho, em simples instrumentos de trabalho livre e associado. Mas isso é o comunismo, o irrealizável comunismo!<sup>83</sup>

Enfim, Marx imaginava a produção cooperativa na base dessa nova ordem que substituiu o capitalismo, com as sociedades cooperativas fazendo uso de um comum plano nacional. Ou melhor, agora Marx passava do objetivo político da Comuna, que poderia soar de inspiração blanquista/jacobina e se atinha mais a realidade imediata, à consciência contingente da classe operária francesa, que era difusamente proudhoniana na concepção social. Na prática, a Comuna aboliu o trabalho noturno dos padeiros, a redução de salários e a entrega às organizações operárias das fábricas e oficinas, cuja produção houvesse cessado.

A importância das alianças sociais em torno da classe operária para que pudesse vir a ser vitoriosa foram percebidas por Marx. Notou como grande parte da classe média de Paris fora atraída para o movimento comunal por medidas econômicas simples e como a Comuna procurou refletir os interesses do campesinato. Uma das maiores preocupações da burguesia rural era evitar o contato da Comuna com os camponeses, evitar que se forjasse uma aliança operário-camponesa, daí a pressa na repressão. Marx destaca ainda o caráter internacional da Comuna, que incorporou lutadores de outras nacionalidades.

Enfim, a Comuna foi sufocada no sangue dos que ousaram propor a emancipação do trabalho da exploração capitalista. Buscando legitimar a ação repressiva, Thiers, presidente do governo provisório nacional, convocou eleições municipais que tiveram como resultado uma grande derrota dos monarquistas de todas as tendências, o que debilitou ainda mais a já cambaleante Assembleia Nacional. Diante disso, a Prússia estabeleceu um ultimato para a assinatura do

---

<sup>83</sup> Ibidem, p. 86.



tratado de paz, que liberou as tropas francesas feitas prisioneiras para que partissem para o massacre da comuna revolucionária. Em 21 de maio as tropas assaltam Paris e oito dias de combate cobriram de glória e sangue a resistência popular, de homens, mulheres e crianças.

Cheio de revolta contra os carneiros, Marx arremete dizendo que

A empresa mais heroica de que é ainda capaz a velha sociedade é a guerra nacional. E fica provado agora que é ela uma pura mistificação dos governos, destinada a retardar a luta de classes, e da qual se prescinde logo que essa luta eclode sob a forma de guerra civil. A dominação de classe já não pode ser disfarçada sob o uniforme nacional; todos os governos nacionais são um só contra o proletariado!

Para em seguida completar:

Ao mesmo tempo em que se comprovam, assim, diante de Paris, o caráter internacional de sua dominação de classe, os governos da Europa investem contra a Associação Internacional dos Trabalhadores – a contra-organização internacional do trabalho face à conspiração cosmopolita do capital – como o a fonte principal de todos esses desastres.<sup>84</sup>

Não é tão simples discernir nesse texto de Marx o quanto é elaboração teórica, o quanto se presta para a educação das massas e o quanto é disputa pela direção ideológica da AIT. O mais certo é que tudo isso se misture na práxis que Marx desenvolve naquele momento de maneira que se deixa educar pela prática dos lutadores da Comuna, os quais contribuem muitíssimo para a elaboração teórica sobre o Estado e a revolução. Por certo há concessões ao universo

---

<sup>84</sup> Ibidem, p. 101.

proudhoniano e ao universo blanquista, mas essas são feitas pra que se alcance uma nova síntese teórica, muito mais avançada e adequada aos tempos que estão por vir e não para um tempo que morria junto com os heroicos combatentes da Comuna.

## **7. O declínio da Associação Internacional dos Trabalhadores**

A repressão a Comuna de Paris se espalhou por quase todo continente atingindo gravemente a AIT. No entanto, a força moral que Paris deixara logo serve para que a AIT retome o fôlego e volte a crescer e a se difundir por países que até então não havia chegado. A AIT cresce na Bélgica, na Itália, na Espanha, alcança a Hungria e a Rússia, sempre relacionada a questões particulares de cada País.

A Conferência da AIT reunida em Londres em setembro de 1871 procurou melhorar a organização da entidade e adequá-la ao novo momento histórico que mostrava o fim de uma era e o começo de outra, com a destruição do movimento operário na França e a emergência da Alemanha e Itália como dois novos e importantes Estados nacionais. Mudava a geopolítica dos Estados, mas também do movimento operário. Do ponto de vista da formulação teórica política, Marx insistia na tese exposta desde o Manifesto Comunista da necessidade da aglutinação da classe operária em partido político, que vinculado às lutas econômicas, tenha como objetivo realizar a revolução cujo fim seja a abolição das classes.

Algumas semanas depois, numa correspondência, Marx sintetizava essas ideias centrais:

O movimento político da classe operária tem como objetivo final a conquista do Poder político para a classe operária; é necessária naturalmente, para alcançar esse objetivo, uma organização prévia da classe operária surgida de sua própria luta

econômica e que tenha alcançado certo nível de desenvolvimento.

Em seguida acrescenta:

Assim, portanto, dos movimentos isolados dos operários, nasce, em toda a parte, um movimento político, e é, um movimento da classe, tendo por objetivo conquistar a satisfação de seus interesses de uma forma geral, uma forma que seja válida para o conjunto da sociedade.<sup>85</sup>

Mas a essa altura a AIT já se encontrava irremediavelmente cindida. Em novembro de 1871, as seções que seguiam as ideias de Bakunin se reúnem e recusam as decisões tomadas pelo Conselho geral de Londres. A partir de então o conflito é aberto. Bakunin é contra qualquer forma de centralização orgânica, insistindo na autonomia mias completa das seções, e é contra qualquer forma de organização ou ação política, sendo favorável a simples abolição da política e do Estado. Em favor de Marx, na AIT, encontram-se os ingleses e os operários organizados da Alemanha, Áustria, parte da Suíça, EUA, quase todos de fala alemã. Ao lado de Bakunin estão as seções da Espanha, Itália, Suíça e Bélgica, com a maioria da militância de línguas latinas. Na verdade essa é uma simplificação demasiada da situação, pois depois da Comuna, do fim da AIT na França e da diáspora da militância francesa, a discórdia se generalizou.

No Congresso de Haia, realizado em setembro de 1872, a divisão da AIT se consuma. A vertente de Marx saiu-se vitoriosa, conseguiu preservar as decisões da Conferência de 1871, e tomou ainda a decisão de transferir o Conselho Geral da AIT para Nova York, onde teve muita dificuldade para se consolidar e acabou por se extinguir em 1874.

---

<sup>85</sup> MARX, Karl. "Carta a Bolte, Londres, 23 de novembro de 1871". In: Op. Cit., Tomo 3, p. 266.

Por que foi tomada essa decisão fatal para o futuro da AIT? De certo Marx havia percebido o ambiente de intrigas que corroía a Internacional, mas percebe também que a derrota na França, apesar de seus seguidores ali serem pouquíssimos, e a firme adesão do movimento operário inglês ao tradeunionismo, deixava a Alemanha como sua única base possível de intervenção política na Europa, ao quanto que o EUA se apresentava como um terreno novo, assim lhe parecia, para a educação de uma classe operária que se formava rapidamente.

Uma carta de Engels indica a interpretação dos próprios atores da trama:

(...) a Internacional pertencia à época do Segundo Império, em que a opressão reinante em toda a Europa impunha ao movimento operário, que acabava de ressurgir, a unidade e a abstenção de qualquer polêmica interna. Era o momento em que os interesses cosmopolitas gerais do proletariado poderiam passar a um primeiro plano.<sup>86</sup>

A AIT continuou a sobreviver na Europa, mas o espírito de seita, contra o qual Marx se batia, veio a preponderar sobre o ambiente de convívio entre tendências. A concepção autonomista que predominou depois de 1872 facilitou a desagregação e a procura de novos caminhos. De fato, a leitura de Marx, de que a unificação da Alemanha e a derrota catastrófica da classe operária francesa mudariam o eixo geopolítico internacional, inclusive do movimento operário, começava a ser impressa pela realidade. A tendência agora era a organização do movimento operário em termos nacionais e a atenção maior de Marx se voltou para a Alemanha.

---

<sup>86</sup> ENGELS, Friedrich. Carta a Sorge, Londres, 12/17 de setembro de 1874. In: Op.Cit., Tomo 3, p. 275.

## 8. A fundação do Partido Social-democrata

Desde a solidariedade internacional manifesta pelo proletariado alemão para com a Comuna de Paris e a instauração do Império Alemão, o movimento operário aparece em ascensão. Aumenta o número de greves e se amplia a organização sindical e política. Nessa luta comum dos militantes de ambas as agremiações, a tendência à unificação entre os dois partidos operários vê-se fortalecida, apesar das restrições de monta de Marx e Engels. A ADAV estava em sérias dificuldades organizativas, com várias dissensões, mas o SAPD continuava sendo menor. No decorrer das negociações, ocorridas desde o início de 1875, os social-democratas fizeram sérias concessões aos lassalleanos, como observado por Engels.

Somente em março que Marx e Engels receberam o projeto de programa do novo partido, tendo-se declarado assombrados. O entendimento de ambos, expresso por Engels, acentuava a questão teórica implícita no texto do programa. Chamava atenção para as concessões teóricas decisivas feitas ao lassalleanismo e que redundaram em verdadeiras contradições no texto. Em carta endereçada a Auguste Bebel, nota Engels que o programa incorpora a falsa tese de Lassalle de que diante da classe operária todos os outros grupos sociais não passariam de uma massa reacionária, o que contradiz as linhas programáticas de reivindicações democráticas burguesas sugeridas no programa. Anota também o rebaixamento do princípio internacionalista e o equívoco teórico sobre as leis que regulam o salário. O programa nada fala da organização da classe operária enquanto tal, “por meio dos sindicatos”.

Engels se volta também contra a invocação pela ajuda do Estado na solução de problemas sociais e contra a formulação vazia de “Estado popular livre”. A propósito do Estado escreve:

Sendo o Estado uma instituição meramente transitória, que é utilizada na luta, na revolução, para submeter os adversários pela violência, é um absurdo falar de Estado popular livre: enquanto o proletariado ainda necessitar do Estado, não o necessitará no interesse da liberdade, mas pra submeter os seus adversários, e tão logo que for possível falar-se de liberdade, o Estado como tal deixará de existir.<sup>87</sup>

Pouco depois, em carta enviada a W. Bracke, Marx reafirma a postura de Engels e anuncia que ambos se dissociarão de público do programa do e até mesmo do novo partido em vias de se formar. As contradições e contra sentidos do partido que surgia foram desde logo apontados por Marx nas suas *Observações à margem do Programa do Partido Operário Alemão*, escritas em maio de 1875, e que foi publicado por Engels, em 1891, com o título de *Crítica do Programa de Gotha*.

Marx destaca fundamentalmente a grande regressão teórica implícita no Programa de fundação do SPD em relação aos avanços duramente conseguidos pela AIT. A crítica se dirige aos grosseiros erros teóricos preservados da influência de Lassalle. Por primeiro, Marx corrige a afirmação equivocada de ser o trabalho a fonte da riqueza, posto que, na verdade, é a natureza a fonte dos valores de uso, como é da força de trabalho humana.

Em seguida Marx dedica seu comentário à formulação de Lassalle sobre a apropriação pelo trabalhador do fruto íntegro do trabalho ao modo de um direito igualitário. Marx acentua que da totalidade do produto social, antes de ser revertido ao trabalhador, devem ser deduzidas parcelas necessárias a reposição dos meios de produção, à ampliação dos meios de produção e aquela destinada à segurança frente

---

<sup>87</sup> ENGELS, Friedrich. “Carta a Auguste Bebel, Londres, 18 / 28 de março de 1875”. In: Op. Cit., Tomo 2, p. 232.

acidentes e catástrofes. Ademais haverá despesas com a administração da produção e com a satisfação das necessidades coletivas de reprodução social, como escolas, hospitais, etc.

Na sociedade que acaba de sair do capitalismo ainda está vigente a lei do valor, ainda que com outra forma e conteúdo. Nessa condição o trabalhador recebe da totalidade do produto social aquilo que foi capaz de contribuir. Assim como continua existindo a lei do valor, também persiste o direito burguês, com a diferença de que a propriedade privada dos meios de produção não mais existe, mas o trabalho desigual continua sendo a medida e assim o direito igual se exercita sobre a desigualdade, pois que cada trabalhador recebe segundo a sua contribuição individual ao produto social.

É só na sociedade comunista avançada que já não rege a lei do valor, mas o trabalho associado, “pois agora, em oposição à sociedade capitalista, os trabalhos individuais existem não mais como um desvio, mas imediatamente como parte integrante do trabalho total”.<sup>88</sup> Marx arremata então:

Numa fase superior da sociedade comunista, quando tiver sido eliminada a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, a oposição entre trabalho intelectual e manual; quando o trabalho tiver deixado de ser mero meio de vida e tiver se tornado a primeira necessidade vital; quando, juntamente com o desenvolvimento multifacetado dos indivíduos, suas forças produtivas também tiverem crescido e todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância, apenas então o estreito horizonte jurídico burguês poderá ser plenamente superado e a sociedade poderá escrever em sua bandeira: “De cada um segundo

---

<sup>88</sup>MARX, K. & ENGELS, F. Crítica ao Programa de Gotha. São Paulo, Boitempo editorial, 2012, p. 29.

suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades!<sup>89</sup>

Em seguida, Marx refuta -- como já havia feito Engels -- a tese de que frente à classe operária, todos os outros grupos sociais comporiam uma massa reacionária. Essa é uma concepção que elide o processo social e qualquer mediação, pois que cada grupo social pode assumir papéis diferentes de acordo com as circunstâncias e o momento histórico. Na verdade, essa tese lassalleana é enfraquecida por outra que solicita do Estado a criação de cooperativas para o “povo trabalhador” desconsiderando que a maioria dos trabalhadores alemães ainda não é formada de operários, mas por artesãos e camponeses.

A parte final do comentário de Marx refere-se ao problema do Estado e da democracia. A confusão e a debilidade teórica expressa no Programa de fundação do SPD atingem então o paroxismo. No documento submetido a análise o Estado aparece no seu devir como uma entidade etérea e independente, em vez de uma entidade historicamente determinada que repousa por cima da sociedade burguesa. Então, o problema não é o de possibilitar a liberdade do Estado, o que seria um absurdo, mas reconhecer que

a liberdade consiste em converter o Estado, de órgão que subordina a sociedade em órgão totalmente subordinado a ela, e ainda hoje as formas de Estado são mais ou menos livres, de acordo com o grau em que limitam a “liberdade do Estado”.<sup>90</sup>

Se for assim, a verdadeira questão é a de saber como o Estado se transforma na medida em que a sociedade burguesa se extingue e não fazer combinações variadas entre

---

<sup>89</sup> Idem, idem, p. 31-32.

<sup>90</sup> Idem, idem, p. 42.



as palavras povo e Estado, pois a solução científica do problema parte do reconhecimento de que

Entre a sociedade capitalista e a comunista, situa-se o período da transformação revolucionária de uma na outra. A ele corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser senão a ditadura revolucionária do proletariado.<sup>91</sup>

Marx coloca a questão em termos dialéticos: o Estado capitalista, com toda a sua variedade formal, que inclui a república democrática, na medida em que se extingue o capitalismo será extinto também num processo histórico que leva ao comunismo, com mediações formais também variadas, mas que assumem o conteúdo de uma ditadura (democrática) revolucionária do proletariado.

Na ocasião, porém, essas notas e observações de Marx nem ao menos foram consideradas pelo congresso de fundação, até mesmo pelo seu grau de complexidade teórica, muito acima do senso comum que se formava. Em fins de maio de 1875, com a aprovação unânime do novo programa, alterado apenas nos detalhes, deu-se por fundado o novo Partido Social-Democrata da Alemanha – SPD. A opinião de Marx e Engels continuava sendo a de que a essa unidade havia se chegado com demasiada pressa e sem o necessário esclarecimento teórico, indispensável para a própria educação das massas.

Marx e Engels, embora tivessem ameaçado dele se distanciar, decidiram persistir na sua ação educativa do possível educador das massas como representantes do partido na Inglaterra. Embora minoritário, o grupo de Eisenach assumiu a direção do partido, mas imprimiu uma orientação que deixou a organização aberta a tendências ideológicas as mais variadas, tanto quanto a grupos e indivíduos de diversas origens sociais. Era essa uma decorrência lógica do

---

<sup>91</sup> Idem, idem, p. 43.

compromisso com a vertente de Lassalle, pois que a clareza teórica havia sido menosprezada já no ato fundativo do partido. Assim, além dos grupos originais, no SPD a tendência semi-anarquista de Johann Most conviveu com os grupos filantrópicos e reformistas.

Decerto, o mais influente e sério adversário vislumbrado por Marx e Engels foi o professor Dühring, da Universidade de Berlim, o qual defendia um socialismo cooperativo e se opunha à concepção dialética originada em Hegel. Esse interlocutor fez por merecer um concentrado esforço de refutação por parte de Engels, recebido sem simpatia em amplos setores do partido. O livro de Engels, *Anti-Dühring*, publicado em 1878, representou um empenho de exposição sintética e sistemática das concepções que Engels e Marx desenvolviam havia mais de trinta anos, mas também tornaram claras algumas diferenças entre eles. O tema é complexo e merece um tratamento à parte, mas por ora é sugestivo indicar apenas que nesse trabalho talvez tenha origem um viés cientificista, que compartimenta a realidade e que se difundiu ao modo de *marxismo*, nas décadas seguintes. Note-se que, nesse livro, Filosofia e Economia Política são separadas e positivadas, mas foi esse o trabalho que mais influenciou a formação de parte do grupo dirigente do SPD.

Quando o SPD foi colocado na ilegalidade, Marx quase viu nessa medida um ato benfazejo ao movimento operário e a perspectiva revolucionária, pois nessa situação o partido poderia se depurar de tantas intrusões oportunistas e superar os seus vícios de origem. De modo que, embora o movimento operário e socialista houvesse ganhado um novo instrumento de luta -- um partido político organizado e dotado de um programa --, se enfraquecia por conta do ecletismo. Não era precisamente um partido marxista e nunca chegou a sê-lo. Na verdade, a cultura do movimento operário alemão conviveu muito bem com a alma lassalleana e com o discurso ideológico marxista no qual a intrusão positivista se fazia sentir, o que

contribui para explicar desenvolvimentos históricos posteriores.

## **IV - Marx e a questão do Oriente**

### **1. Oriente enquanto paradigma liberal e figura da política internacional**

Em meados do século XIX, entendiam-se limitadamente por “questão do Oriente” os problemas decorrentes do declínio e recuo do império turco, que deixava na sua esteira um séquito de Estados débeis e de fronteiras mal delimitadas. Esses novos Estados que surgiam na península balcânica não só tenderam a se digladiar entre si como passaram a ser campo de disputa entre as maiores potências da Europa, até se apresentarem como estopim de uma guerra imperialista generalizada, a partir de 1914.

Nesse contexto, o império russo era visto na sua dupla face de potência europeia imperialista e de um regime despótico de clara marca oriental, assim como um Oriente interno ao próprio Ocidente, uma periferia. Mas a “questão do Oriente” tinha ainda uma faceta mais ampla, que englobava o vasto território da Ásia, vítima da expansão colonial e imperial do núcleo do Ocidente, portador da missão de reproduzir a acumulação ampliada do capital e difundir os princípios socioculturais da propriedade privada. Nesse caso, além da Turquia, encontravam-se a Pérsia, a Índia e a China, entre outros territórios.

O problema de fundo que este capítulo apresenta é sobre qual entendimento que Marx (e Engels) teve da questão do Oriente -- assim como a vertente teórica do marxismo revolucionário do século XX -- e a conexão com as formas e bloqueios das revoluções e dos intentos de transição socialista na Rússia e na China. Essa problemática também tem relação, mais amplamente, com o fracasso das revoluções nacionais no mundo árabe e a revolução passiva na Índia (na acepção que Gramsci dava a essa categoria). No entanto, dessa vasta e polêmica problemática, serão abordados aqui

apenas os indícios que foram possíveis a Marx de lançar e para dizer que as insuficiências e lacunas por ele deixadas foram sanadas tão somente numa medida muito pequena.

Há uma longa tradição, que remonta mesmo a antiga Grécia e Aristóteles, identificando o Oriente como terra, a um só tempo, de riqueza e servidão. Obscurecida essa visão nos séculos de declínio do império romano e de surgimento do feudalismo ocidental, foi recuperada de um ponto de vista teológico pela Igreja de Roma, na época do apogeu e expansão do Ocidente feudal em direção ao Próximo-Oriente muçulmano, a partir do século XI. Note-se que o Ocidente feudal constrói a sua própria imagem em oposição ao Oriente muçulmano, embora tivesse que reconhecer a sua situação periférica do ponto de vista técnico e cultural. A imagem negativa do Oriente foi depois seguidamente reafirmada pela Filosofia e Ciência Política “clássica”, de Maquiavel a Hegel, consolidando quase que um senso comum, na medida em que se invertia a relação entre essas áreas culturais, e o Ocidente se sobrepunha sobejamente no seu caminho rumo à conquista do mundo. Não resta dúvida, porém, que foi Montesquieu quem melhor sistematizou essa perspectiva, apresentando o despotismo oriental como uma forma política diferenciada, inferior, perigosa e própria do Oriente, a qual poderia até mesmo se expandir e subjugar o Ocidente.<sup>92</sup>

Para Montesquieu, o despotismo oriental derivava basicamente de condições ambientais, que modelam as relações sociais e a forma do poder, pois que somente “circunstâncias provenientes do clima, da religião, da situação ou do temperamento do povo, forçam-no a seguir alguma ordem ou a submeter-se a alguma regra”.<sup>93</sup> Sua característica fundamental é a ausência do direito político e de projeção na História, reproduzindo-se sempre igual a si mesmo, podendo

---

<sup>92</sup> DEL ROIO, Marcos. *O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo*. São Paulo: Ícone, 1998. Cap. 2.

<sup>93</sup> MONTESQUIEU. *O espírito das leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Livro 8, cap. 10. (Os Pensadores)

mesmo ser encontrada em outras regiões da Terra que apresentassem condições semelhantes. A transformação social efetiva só poderia advir de uma reforma religiosa ou do impacto externo trazido pelo Ocidente.

Hegel retoma essa formulação dentro do contexto de uma filosofia da história, que estabelece algumas diferenças no seio do Oriente. Assim, a China aparece como um despotismo que anuncia a História, enquanto que a Índia, pela presença das castas, manifesta um despotismo degenerado. Vários outros autores tentaram estabelecer uma compreensão do Oriente, enfatizando um ou outro aspecto, mas o paradigma do despotismo oriental, elaborado como contraposição ao nascente Ocidente liberal foi o que gozou de uma não suspeitável fortuna.

## **2. Marx e o colonialismo inglês na China**

Não é de se surpreender, então, que Marx e Engels tenham também partido dessa reflexão, no momento em que se aventuraram a abordar a questão do Oriente em suas diferentes facetas. O interesse demonstrado pelo Oriente aparece a partir dos reflexos dessa questão na política governamental inglesa e na política internacional, nos efeitos do colonialismo na Ásia e nos estudos sobre as formas de propriedade que precederam a forma burguesa, uma necessidade para explicar o capitalismo e a particularidade do Ocidente. O paradigma do despotismo oriental, que norteou as reflexões de Marx, tem seu contraponto na concepção de revolução socialista derivada do padrão da revolução francesa e do jacobinismo, assim como do papel progressivo que cumprira a burguesia revolucionária.

As fontes de Marx, além de Montesquieu e Hegel, foram também às observações de autores da economia política britânica, de viajantes, de administradores coloniais e de precursores da Etnologia. Embora sempre atentos à bibliografia mais atualizada, é importante anotar que o

conhecimento histórico sobre o Oriente estava apenas em seus inícios, que a própria história do Mediterrâneo oriental estava para ser deslindada e que a Antropologia e a Arqueologia eram campos científicos ainda em gestação.

De tal maneira, mais que em qualquer outro ponto da produção dos fundadores do comunismo crítico -- com sua concepção dialética e radicalmente antagônica ao Ocidente presidido pela acumulação do capital e pelo egoísmo-proprietário -- os limites e lacunas se fazem sentir na abordagem da questão do Oriente, trazendo ainda a persistência mais notável de continuidade com a tradição cultural do Ocidente. Essa continuidade se manifesta particularmente no recorrente uso da noção de despotismo oriental, indicando que a valorização do Ocidente e de sua tradição cultural, também em Marx encontrava um complemento na perspectiva eurocêntrica (ou etnocêntrica), que fazia do Oriente e outras zonas vitimadas pela expansão do capital, espaço do barbarismo e do imobilismo.

As preocupações iniciais de Marx e Engels eram sobre o impacto positivo da difusão do mercado mundial nas formas sociais não-capitalistas. A derrota da revolução europeia de 1848 levou Marx a se debruçar sobre o trabalho de crítica de economia política do capital, cujo efeito incidental foi à busca de uma melhor compreensão da questão do Oriente. Uma observação de Marx, carregada de ironia, sobre o depoimento de um missionário alemão, recém-chegado, após longa ausência, que observou as semelhanças entre o socialismo europeu e as demandas da plebe na China, trazia uma clarividência inimaginável para o próprio autor. “Certo que o socialismo chinês poderá corresponder àquele europeu tanto quanto a filosofia chinesa àquela de Hegel”, dizia Marx, que continuava em tom de chacota: “Se os nossos reacionários europeus, na sua iminente fuga através da Ásia, chegarem até a muralha chinesa, até as portas que introduzem o baluarte

da reação e do conservadorismo ancestral, quiçá não devam ver escrito: République chinoise, Liberté, Egalité, Fraternité”.<sup>94</sup>

Marx inaugurava assim uma série de pequenos artigos sobre a China, acompanhando o impacto da expansão do mercado mundial e do colonialismo, que tinha então na Inglaterra seu instrumento principal, além de ser ainda o país que usufruía as vantagens do pioneirismo da produção industrial. A estagnação do império chinês e o choque com o Ocidente provocaram a mais importante rebelião de massas de todo o século XIX, que foi a revolta de Taipem (ou Tai ping), com a duração de quase uma década, finalmente sufocada pela intervenção inglesa.

Segundo Marx, “do mesmo modo que o imperador era geralmente considerado o pai de toda a China, seus funcionários eram vistos como garantes dos direitos paternos nos respectivos distritos”, relação que foi quebrada pelo tráfico de ópio e pela exportação de prata. Interrogando sobre os possíveis efeitos que a revolução na China poderia gerar no “mundo civil”, Marx supõe que o comércio estabelecido com a China pelas armas e pela droga, poderia levar a indústria inglesa a enfrentar uma crise com potencial de se espalhar pela Europa continental e servir de estopim de uma nova onda revolucionária.<sup>95</sup>

Entre 1857 e 1859, Marx esmerou-se em denunciar a renovada agressão inglesa contra a China, com todas as suas atrocidades, mas não deixa de insistir que os resultados tampouco são auspiciosos para a Inglaterra. A guerra anterior agravara a crise comercial inglesa, abrira espaço para a intervenção russa no norte da China e provocara uma revolução camponesa no Sul desse mesmo país. Guerras feitas em nome da liberdade de comércio, mas que fazem

---

<sup>94</sup> MARX, Karl. “América e China”. *Neue Rheinische Politisch-Ökonomische Revue*, março de 1850. In: *China*. Roma: Editori Riuniti, 1993, p. 06. (I piccoli).

<sup>95</sup> MARX, Karl. “Revolução na China e na Europa”. *New York Daily Tribune*, 14 de junho de 1853. *Idem*. Roma: Editori Riuniti, 1993, p. 07-18. (I piccoli).



Marx notar que “quando se examina de perto a natureza do livre comércio britânico, quase não há vez em que no fundo da sua ‘liberdade’ não se descubra o monopólio”.<sup>96</sup> No entanto, Marx identifica as reais dificuldades do comércio inglês com a China na lentidão com a qual é capaz de desarticular as relações de produção nesse país, cujo “enigma é resolvido, (...), pela combinação entre pequena agricultura e indústria doméstica”.<sup>97</sup>

### 3. Marx e o colonialismo inglês na Índia

Sempre no decorrer dos anos 50, Marx dedicou mais atenção a Índia do que a qualquer outra região do Oriente, tendo sido também a partir daí que arriscou algumas observações teóricas de caráter mais geral. A conquista completa e total da Índia pela Inglaterra, iniciada em 1763, se concluiu em 1848, basicamente por ação da Companhia Inglesa das Índias Orientais, com apoio decisivo do Estado inglês.

Em junho-julho de 1853, Marx e Engels trocaram intensa correspondência sobre a questão do Oriente, particularmente sobre a Índia, o que contribuiu para a redação de alguns artigos importantes para se captar o entendimento que haviam alcançado sobre esse problema. Era também o momento que se debatia a renovação do mandato da Companhia das Índias Orientais para a exploração daquele subcontinente. Marx via a Índia, por analogia, como uma mistura entre a geografia da natureza e da política da Itália com a miséria social da Irlanda. Para ele a Índia era uma região entregue ao sofrimento e a estagnação

---

<sup>96</sup> MARX, Karl. “História do comércio do ópio”. *New York Daily Tribune*, 25 de setembro de 1858. *Idem*. Roma: Editori Riuniti, 1993, p.57 (I piccoli).

<sup>97</sup> MARX, Karl. “O comércio com a China”. *New York Daily Tribune*, 3 de dezembro de 1859. *Idem*. Roma: Editori Riuniti, p. 100. (I piccoli)

desde há milênios, mas o pior dos males era o impacto do Ocidente.

Dizia então que “não aludo ao despotismo europeu sobreposto ao despotismo asiático da Companhia Inglesa das Índias Orientais”, mas ao fato do colonialismo da Inglaterra ter reduzido a escombros toda a velha estrutura social, sem substituí-la por algo substancialmente inovador.<sup>98</sup> Tal estrutura social era baseada na ausência da propriedade privada da terra e na articulação entre produção agrícola e manufatureira no interior das comunidades de aldeia, relativamente autônomas, que “foram sempre o sólido fundamento do despotismo oriental”.<sup>99</sup>

Ao Estado despótico, em geral, cabia a cobrança de impostos, a defesa ou expansão do império e a construção de obras públicas, particularmente as de irrigação. Essas características, a partir do Egito podiam ser encontradas por todo o Oriente, sendo inclusive localizáveis as regiões de declínio e desertificação, quando da queda do poder despótico responsável pelas obras de irrigação, como em partes da península arábica.

A visão de Marx sobre a realidade sócio-histórica e cultural da Ásia não diferia muito das ideias que predominavam no Ocidente, e nem poderia ser de outro modo devido à escassez de conhecimentos concretos. Assim, Marx insistia na ausência de uma verdadeira História, na estagnação, no desperdício, no isolamento e no atraso cultural do Oriente. Acreditava mesmo que apenas o impacto destruidor do Ocidente liberal-capitalista poderia provocar mudanças profundas naquela imensa região. Em tudo isso, Marx pouco se destacava da visão eurocêntrica de Montesquieu ou Hegel.

Aquilo que diferenciava substancialmente a perspectiva marxiana do Oriente é uma sutileza de não

---

<sup>98</sup> MARX, Karl. “O domínio britânico na Índia”. *New York Daily Tribune*, 25 de junho de 1853. In: *Índia*. Roma: Riuniti, 1993, p. 15. (I piccoli).

<sup>99</sup> Idem, idem, p.21.

pequena monta. Para Marx, a opressão colonial da Inglaterra e do Ocidente, em geral, estava destruindo as raízes milenares da opressão humana no Oriente, não para portar a civilização e a liberdade, como queriam fazer crer os liberais, mas para criar as condições pelas quais os povos do Oriente poderiam lutar por sua própria liberdade e aguçar as contradições no seio do núcleo do Ocidente capitalista. É assim que se perguntava: “pode a humanidade estabelecer seu próprio destino sem que ocorra uma revolução fundamental nas relações sociais da Ásia?”.<sup>100</sup>

Para Marx, então, “A Inglaterra deve assumir na Índia uma dupla missão, uma destruidora, outra regeneradora: aniquilando a velha sociedade asiática e pondo os fundamentos materiais da sociedade ocidental na Ásia”. Isso seria feito pela unificação política imposta pelas armas do colonizador, mas também pelo telégrafo e pela ferrovia, criadores de condições para o início da industrialização. Seria esse, no entanto, um longo processo, e

os indianos não recolherão os frutos dos novos elementos sociais injetados entre eles pela burguesia britânica, até que na própria Grã-Bretanha as atuais classes dominantes não sejam suplantadas pelo proletariado industrial, ou que os próprios indianos não sejam bastante fortes para destroçar o jugo britânico.<sup>101</sup>

Como se vê, em nenhum momento a história é um processo de mão única e sem alternativas.

Marx voltou a se ocupar dos assuntos da Índia somente em 1857, depois da eclosão da revolta dos Cipayos (a tropa mercenária indiana a serviço do colonialismo), que acabou provocando a supressão da Companhia das Índias

---

<sup>100</sup> Idem, idem, p. 22

<sup>101</sup> MARX, Karl. “Os resultados futuros da dominação britânica na Índia”. *New York daily Tribune*, 8 de agosto de 1853. \_\_\_\_\_. *Índia*. Roma: Riuniti, p. 72 . (I piccoli).

Orientais como instrumento de exploração colonial, função assumida, a partir de então, diretamente pelo Estado inglês.

#### 4. Marx (e Engels) e a questão russa

Marx começou a interessar-se por temas relativos à Rússia na época da guerra da Criméia (1854-1857), abordando, nas páginas da revista inglesa *The Free Press*, a história das relações diplomáticas do século XVIII. Na análise de Marx, a Prússia cumprira um deplorável papel histórico ao ajudar a destruir a Suécia, primeiro, e a Polônia depois: exatamente as barreiras que continham o avanço russo na direção do Ocidente. Tanto Marx quanto Engels demonstram vivo e crescente interesse pela questão russa, tanto do ponto de vista de sua influência nos assuntos europeus, quanto do ponto de vista da polêmica sobre a natureza da forma social e da revolução nesse gigantesco império. De todo modo, a preocupação política fundamental era derrotar o regime russo, visto como um obstáculo intransponível à revolução proletária na Europa.

O ressurgimento das rebeliões camponesas (1858-1862), o início da "emancipação" dos servos (1861) e, principalmente, a insurreição nacional polonesa (1863), acentuaram o interesse de Marx e Engels pelas condições sócio-históricas do império dos czares, sem deixar de lado a preocupação com a sua influência e peso diplomático-militar nos assuntos europeus. Por um momento, Marx e Engels acreditaram que a insurreição polonesa pudesse desencadear uma nova "primavera dos povos", como a de 1848. Como Rousseau antes dele, Marx também via na emancipação nacional da Polônia um anteparo essencial para impedir o avanço do "barbarismo asiático sob a liderança moscovita" contra o Ocidente.<sup>102</sup>

---

<sup>102</sup> MARX, Karl. "Discours de Karl Marx sur la Pologne". *Cahiers de l'ISEA*. Série C, n° 4, p. 89, 1961.

A preocupação com o peso condicionante exercido pelo poder czarista sobre o Ocidente e sobre o movimento socialista acompanhou Marx e Engels de maneira permanente, no limite da russofobia. Seriadamente batida na guerra da Criméia, a Rússia começou a recuperar-se ao impedir que a Áustria-Hungria se aliasse a França e ao avalizar a incorporação da Alsácia-Lorena ao Reich prussiano-alemão que se formava. A vitória da Rússia na guerra contra a Turquia (1877-1878) apareceu como um verdadeiro desastre na análise de Marx e Engels, pois poderia levar o império czarista ao objetivo de atingir o mar Mediterrâneo, ou por Istambul ou pela Sérvia. Essa vitória deu ainda fôlego a uma renovada "Santa Aliança" entre a Rússia, a Alemanha e a Áustria-Hungria, conforme estratégia concebida por Bismarck. Parece que é só a partir desse momento que Marx e Engels começam a supor uma revolução que ocorresse a partir das contradições internas do vasto império russo.

Desde a derrota da insurreição polonesa (1863), a formação da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864) e o aumento do fluxo de exilados russos no Ocidente, os contatos e a polêmica sobre a questão russa, a natureza da comuna agrária e da revolução, se aprofundaram, contando com a incisiva participação de Marx e Engels. Já no contexto das profundas divergências que confrontavam Marx e Engels de um lado e de outro o conjunto da intelectualidade revolucionária russa, no seio da AIT, em 1870, Engels brandia com ceticismo e alguma ironia:

Que desdita para o mundo, se não fosse uma monstruosa mentira, que na Rússia estejam 40 mil estudantes revolucionários que não tenham atrás de si nem um proletariado revolucionário e nem mesmo um campesinato revolucionário e que diante de si

não tenham outra solução senão o dilema: Sibéria ou emigração na Europa ocidental.<sup>103</sup>

Ainda com as feridas abertas pela derrota da Comuna de Paris (1871), pela expulsão de Bakunin e a transferência do Conselho Geral da AIT para Filadélfia (1872), Engels travou um debate virulento com Tkatchov, do qual resultou o texto *A questão social na Rússia* (1874). Engels confirma nesse escrito o diagnóstico de ser o império russo não só o sustentáculo das forças reacionárias da Europa, mas um decisivo impedimento para a eventual vitória da revolução no Ocidente. Acreditava que o império russo poderia ser derrubado por uma guerra externa ou então por uma insurreição nacional polonesa apoiada pelo movimento operário ocidental, embora reconhecesse (não sem alguma reticência) que o campesinato começava a se tornar um sujeito político de importância e que a Rússia se preparava para uma revolução.<sup>104</sup>

A fim de realçar a distância do projeto *narodnik* de um socialismo oriental fundado na comuna agrária, Engels reafirmava a necessidade objetiva do desenvolvimento das forças produtivas do capital, assim como a formação de um proletariado industrial e de uma burguesia. A revolução russa seria então de caráter burguês e levaria a comuna agrária necessariamente à destruição, num prazo mais ou menos longo. A única possibilidade de sobrevivência e transformação da comuna agrária seria uma revolução proletária na Europa ocidental. Percebe-se então que para Engels a possibilidade maior de uma revolução russa em curto prazo sugeria uma origem exógena, produto de alterações políticas e sociais fundamentais na Europa ocidental.

---

<sup>103</sup> ENGELS, F. *La política estera degli Zar*. Milano: La Salamandra, 1978, p. 20-21

<sup>104</sup> ENGELS, F. "A questão social na Rússia". In: FERNANDES, R. C.. (org.) *Dilemas do Socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 141-155.

É bastante possível que Marx compartilhasse dessa análise de Engels, mas se isso for verdade, uma pequena diferenciação começou a aparecer nos anos seguintes. Numa carta de novembro de 1877, endereçada à revista russa chamada *Anais da Pátria*, Marx negou ser autor de uma filosofia universal da História na qual a inserção da Rússia só seria possível através do desenvolvimento capitalista. Fazendo uma análise dialética -- muito menos evidente em Engels --, após árduos estudos, Marx conclui que: "se a Rússia continuar marchando pelo caminho seguido desde 1861, ela perderá a mais bela oportunidade que a História jamais ofereceu a um povo e experimentará todas as peripécias fatais do regime capitalista". Marx enfatiza que em seu capítulo sobre a "acumulação primitiva", publicado em *O Capital*, procurou analisar a origem do capital nas entranhas da ordem feudal do Ocidente, sem qualquer pretensão universalizante. A conclusão é que a Rússia não teria que inevitavelmente seguir a mesma trajetória do Ocidente e que seu futuro como país capitalista dependeria da transformação de boa parte do campesinato em proletários.<sup>105</sup>

Alguns anos depois, numa breve carta (após três esboços) enviada a Vera Zaslitch em 1881, num momento de aproximação com uma facção dos *narodnik*, Marx expõe com maior clareza uma proposição anteriormente apenas sugerida, estabelecendo a diferença fundamental entre Ocidente e Oriente eslavo: no primeiro caso tratou-se da transformação de uma forma de propriedade privada (fundada no trabalho pessoal) em outra (a propriedade privada capitalista), enquanto que no segundo caso trata-se da transformação da propriedade comum em propriedade privada.

A propriedade comum estivera também difundida pela Europa ocidental, mas desaparecera havia muito tempo, podendo-se supor que na Rússia poderia também desaparecer. Na Rússia, porém,

---

<sup>105</sup> MARX, K. "À redação do *Otitchestvienniie Zapiski*". *Idem, idem*, p. 166 (165-168)

(...) a comuna rural ainda estabelecida em escala nacional, pode desembaraçar-se gradualmente de seus caracteres primitivos e desenvolver-se diretamente como elemento da produção coletiva em escala nacional. É justamente graças à contemporaneidade da produção capitalista que ela pode apropriar-se de todas as conquistas positivas desta última, sem passar por peripécias terríveis. A Rússia não vive isolada do mundo moderno, nem é presa de um conquistador estrangeiro, como as Índias orientais.<sup>106</sup>

De tal modo, nesse primeiro esboço da correspondência, Marx indica que um desenvolvimento ulterior da comuna seria possível caso essa se constituísse em elemento de produção coletiva em escala nacional e incorporasse o conhecimento técnico-científico da produção capitalista do Ocidente. A contemporaneidade do não coetâneo, entre o Ocidente capitalista e uma Rússia marcada por um particular feudalismo em desintegração é que possibilitaria uma excepcional brecha revolucionária. Mas "certamente se deveria começar colocando a comuna em estado normal sobre sua base atual", sendo necessário para isso derrubar a monarquia dos czares, cujos domínios estatais e dos grandes proprietários de terra ameaçam a existência da comuna, por meio do fisco e da utilização da força de trabalho dos camponeses impelidos pela necessidade de fugir à miséria.<sup>107</sup>

O Estado czarista russo criou um capitalismo em condições de "estufa", a fim de poder fazer frente à pressão do Ocidente, implantando a bolsa, a especulação, os bancos, a sociedade por ações e a ferrovia. No entanto, a crise agrária torna a sobrevivência da comuna insustentável, pois que para os interesses articulados no Estado "é preciso constituir em classe média rural a minoria mais ou menos rica dos

---

<sup>106</sup> MARX, K. "Á Vera Zasulitch, primeiro esboço". *Idem, idem*, p. 176.

<sup>107</sup> *Idem, idem*



camponeses e converter a maioria em proletários". Ao contrário, para que a comuna seja preservada "é preciso uma revolução russa" e

se a revolução for feita a tempo, se ela concentrar todas as suas forças para assegurar um livre curso à comuna rural, logo ela se desenvolverá como um elemento regenerador da sociedade russa e como fator de superioridade sobre os países submetidos ao regime capitalista.<sup>108</sup>

A questão russa é dotada, portanto, de uma particularidade que a análise feita n'*O capital*, não pode dar conta. Marx percebe que a contaminação capitalista da Rússia tanto pode levá-la ao capitalismo, como também pode gerar uma variante não-capitalista de desenvolvimento baseada na propriedade comum. De fato, Marx se confessa convencido de que a comuna agrária "é o ponto de apoio para a regeneração social da Rússia", mas chama atenção para a presença de "influências deletérias" que a assolam e que deveriam ser eliminadas a fim de "assegurar-lhe as condições normais de um desenvolvimento espontâneo", permitindo que a Rússia trilhasse uma via revolucionária não-capitalista.<sup>109</sup>

No *Prefácio* à edição russa de 1882 do *Manifesto Comunista*, assinado em conjunto por Marx e Engels, aparece uma síntese da visão marxiana, mas ao que parece compartilhada por Engels de uma maneira bastante limitada e momentânea. Nesse texto está dito que "se a revolução russa der o sinal para uma revolução proletária no Ocidente, de modo que ambas se complementem, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista".<sup>110</sup> Essa é uma solução que

---

<sup>108</sup> Idem, idem, p. 185

<sup>109</sup> MARX, K. "À Vera Zasulitch, Londres 8 de março de 1881". *Idem, idem* 187-88

<sup>110</sup> MARX, K. e ENGELS, F. "Prefácio à edição russa de 1882 do Manifesto do Partido Comunista". *Idem, idem*, 191-193.

pode ter inspirado decisivamente a práxis política dos bolcheviques em 1917.

Conformado um grupo marxista na Rússia, no mesmo ano da morte de Marx (1883), aquelas sugestivas ideias de Marx ficaram sem eco. Em 1885, em correspondência enviada a mesma Vera Zasulitch, Engels reafirma a sua firme convicção que a Rússia se aproximava de uma revolução de estilo jacobino, que daria um impulso decisivo ao desenvolvimento do capitalismo na Rússia.<sup>111</sup>

Uma derradeira e importante manifestação de Engels sobre o tema abordado ocorreu em 1894, como um suporte à posição do grupo marxista russo *Emancipação do Trabalho*, num texto chamado de *Epílogo à questão social na Rússia*. Nessa ocasião, Engels reafirma sua análise do desenvolvimento capitalista na Rússia, produto de "um novo período de revoluções conduzidas de cima para baixo, que começaram na Alemanha". Essa passagem a um só tempo corrói o que resta da comuna agrária, cria um movimento socialista proletário e fortalece a burguesia. Uma revolução burguesa na Rússia, de fundo jacobino, parecia ser evento descontado para os próximos anos, o que impediria a guerra, fortaleceria o movimento operário alemão e poderia salvar os restos da comuna agrária, embora essa não pudesse mais ser considerada base de uma evolução comunista, tal qual imaginada ainda em 1882.<sup>112</sup>

É possível aventar uma diferença no conjunto da análise entre Marx e Engels sobre a questão russa. A visão de Marx é mais acentuadamente dialética, perscrutando a possibilidade de uma particular revolução russa fundada na comuna agrária e na vanguarda revolucionária, servindo de estímulo ao proletariado alemão. Engels, de sua parte, enfatizava a objetividade das leis do desenvolvimento capitalista na sua

---

<sup>111</sup> ENGELS, F. "À Vera Zasulitch, Londres, 23 de abril de 1885". *Idem, idem*, p. 201-203.

<sup>112</sup> ENGELS, F. "Epílogo a questão social na Rússia". *Idem, idem*, 275-287.

universalidade, permanecendo mais firmemente ancorado ao eurocentrismo, mesmo que tenha acedido a visão de Marx no prefácio de 1882 da edição russa do *Manifesto Comunista*, eventualmente por razões políticas imediatas. De todo modo o certo é que as concepções de Marx e Engels sobre o problema russo evoluíram condicionadas por um conhecimento progressivamente maior do problema, pela própria modificação acelerada da situação russa e pelas condições da luta política internacionalista, que envolviam os revolucionários russos.

### **5. Marx e os fundamentos histórico-sociais do Oriente**

Entre outubro de 1857 e março de 1858, Marx trabalhou sobre os *Grundrisse der Kritik der Politischen-Oekonomie* (Elementos para a Crítica da Economia Política), que conta com uma parte de título “Formas que Precedem a Produção Capitalista”. O problema fundamental a ser resolvido era a particularidade da acumulação do capital e da forma de propriedade privada individual que lhe é inerente.

Daí que a pesquisa busca os fundamentos ontológicos da propriedade privada e a mediação existente entre a não-propriedade original presente no ser social da primitiva comunidade humana imersa na natureza e propriedade privada individual sob o capital. Marx procura delinear o processo de emancipação da individualidade e da propriedade em relação à comunidade, até a realização do indivíduo alienado e trabalhador livre de propriedade sob domínio da propriedade privada do capital. Tanto na pequena propriedade livre dos estertores do feudalismo (o camponês proprietário), como na comuna oriental, há uma relação de propriedade entre o trabalhador e as condições objetivas do trabalho, mas uma está próxima da produção do capital e a outra é a mais distante desta.

Na comunidade original é a tribo que se apropria em conjunto da produção, da natureza transformada, e faz uso temporário da terra. A apropriação da produção pelo processo de trabalho tem a tribo, a entidade coletiva, como pré-condição, mas pode se realizar de maneiras diversas. Nas “formas asiáticas fundamentais” a apropriação pelo processo de trabalho indica que “as comunidades reais se constituem apenas em possuidoras hereditárias”, já que a “a unidade geral mais abrangente” aparece como o único proprietário efetivo e pré-condição da propriedade comum. Assim, “o indivíduo é, na verdade, um não-proprietário” e “o produto excedente pertencerá à unidade suprema”, isto é, ao Estado, que por fim assume a forma de uma pessoa. De tal modo,

o despotismo oriental aparentemente leva a uma ausência legal de propriedade. Mas de fato seu fundamento é a propriedade tribal ou comum criada, na maioria dos casos, por uma combinação de manufatura e agricultura dentro da pequena comunidade (...).<sup>113</sup>

A apropriação comunal pelo processo de trabalho pode ocorrer também de um modo no qual “as pequenas comunidades vegetam lado a lado” e vivem da agricultura familiar. Parte do excedente é transferida para custear a defesa da comunidade mais ampla e para a preservação da identidade comum. Marx cita o exemplo das comunas eslavas e romenas que, em contato com o Ocidente, transitam diretamente para a servidão feudal, a partir do século XVI. É o caso de uma forma social mais primitiva que adquire dinamismo através do contato com outra forma social mais avançada (do ponto de vista da propriedade individual).<sup>114</sup>

---

<sup>113</sup> MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 67-68.

<sup>114</sup> Idem, idem.

Em qualquer caso, as cidades surgem apenas como pontos de comércio externo ou localização do poder político. Mas a apropriação pelo processo de trabalho pode

envolver uma organização comum do trabalho”, de modo que “as condições comunais de apropriação real através do trabalho, como os sistemas de irrigação (importantíssimos entre os povos asiáticos), meios de comunicação, etc., surgirão, assim, como obras da unidade superior – o governo despótico que se impõe às unidades menores”.<sup>115</sup>

Essa seria a forma asiática propriamente dita, mas Marx cita como exemplos o México e o Peru, os celtas (num aparente equívoco), e “algumas tribos da Índia”, deixando de se referir ao antigo Egito, a Mesopotâmia e, surpreendentemente, a China.

Marx aponta ainda outras duas formas de apropriação pelo processo de trabalho, que, partindo da comunidade tribal original, assumem formas comunais de propriedade, ainda que fundadas em condições que oferecem certa manifestação da individualidade e da propriedade, o que lhes permite se desenvolver até o ponto da contradição entre comunidade e individualidade. São essas a forma antigo-mediterrânea, que daria no escravismo, e a forma germânica. O choque e a desintegração de ambas possibilitariam o surgimento do feudalismo ocidental e da servidão de gleba como forma de apropriação pelo processo de trabalho, mais avançado que ambos os predecessores. A possível forma céltica, que cobriu grande parte da Europa, embora Marx não pudesse saber, foi subjugada pelas outras duas, tendo sobrevivido em zonas marginais, como a Irlanda e a Escócia.

Segundo observação de Marx, a forma social eslava surge como uma variante da forma oriental, mas seu entrechoque com a forma germânico-feudal e sua posterior

---

<sup>115</sup> Idem, idem.

articulação, por meio do comércio, com o "segundo período manufatureiro", levou a Rússia a estabelecer uma particular formação social feudal, baseada na servidão, mas com significativa presença de escravos e sobrevivência da antiga "comunidade eslava". O regime político dessa forma social seria algo intermediário entre o "despotismo oriental" e a monarquia absoluta ocidental.

Mas, entre as formas de apropriação analisadas por Marx, a mais duradoura e tenaz é a forma asiática, e

isto é devido ao princípio em que se fundamenta, qual seja, o de que os indivíduos não se tornem independentes da comunidade, que o círculo de produção seja autossustentado e haja unidade da agricultura com a manufatura artesanal, etc.<sup>116</sup>

Portanto, a forma asiática, em sentido estrito, se caracteriza pela unidade entre agricultura e manufatura na comunidade e pela realização de um trabalho comum dedicado à unidade que o poder despótico representa, não se desenvolvendo até o ponto da contradição. Assim, a contradição entre comunidade e individualidade na forma oriental, ao que tudo indica, só pode ser produto de um choque externo.

Um ano depois, no conhecido *Prefácio da Contribuição para a Crítica da Economia Política*, Marx designou essa forma oriental como modo de produção asiático. Pelo que se pode ler nos *Grundrisse*, a interpretação tantas vezes feita de que a história seria a narração da sequência incindível de quatro épocas não se sustenta, sugerindo, ao contrário, que Marx entende serem “os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês”, épocas históricas que se relacionam de formas diferentes, como sequência lógica, como sobreposição ou como contemporâneos não coetâneos. No entanto, o paradigma ocidental do despotismo oriental, com seu

---

<sup>116</sup> Idem, idem, p.79.

invólucro de subalternização cultural, persiste na reflexão marxiana, ainda que de modo transformado e atingindo, quiçá, o limite de suas possibilidades de apreensão e abstração, sem que, no entanto, pudesse ser superado. Em parte em razão da falta de acúmulo de conhecimento científico, não de Marx, mas do próprio Ocidente, e, fundamentalmente, pela necessidade intrínseca do Ocidente capitalista se apropriar de outros povos e culturas segundo seus designios.

### **6. Marx e o aprofundamento da questão do Oriente: ruptura com o paradigma eurocêntrico liberal?**

Nos anos seguintes, enquanto preparava a versão definitiva do primeiro tomo d'*O Capital*, Marx foi amadurecendo a ideia, já discernível nos *Grundrisse*, de que a variante eslava (ou indiana) da forma oriental, na verdade é uma forma bastante difundida, presente inclusive nos inícios da divisão social do trabalho na Europa, entre os celtas e os etruscos, por exemplo. Marx amadurecera, enfim, a proposição de que “em todos os lugares da Europa o início é constituído por formas de propriedade asiáticas, principalmente indianas, (...)”.<sup>117</sup>

N'*O Capital*, publicado em 1867, Marx dedica um capítulo à acumulação originária do capital, mas em diversas passagens trata da ontologia do capital como sendo concretamente possível a partir das contradições presentes no feudalismo ocidental, particularmente daquelas derivadas da autonomização das cidades e do capital mercantil, não tendo dedicado espaço a outras formas sociais de propriedade, que não aquela que erigiu a regência do capital.

---

<sup>117</sup> MARX, Karl. “Carta a Friedrich Engels, 1868”. apud SOFRI, Gianni. *O modo de produção asiático: história de uma controvérsia marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 53-54.

No tomo III *d'O Capital*, publicado apenas após a morte do autor, encontra-se a proposição de que a forma mais simples de renda da terra é aquela produzida diretamente pelo processo de trabalho. O produtor direto pode ser visto com a posse direta dos meios de produção, seja para o trabalho agrícola ou para o artesanato doméstico-rural, em mais de uma forma social ou sistema de produção. No Oriente, essa forma pode ser encontrada nas duas variantes sugeridas pôr Marx. Na variante indiana (que parecer ser também a eslava) os pequenos camponeses se agrupam em comunidades mais ou menos elementares de produção, em cujas condições “só a coação extra-econômica, qualquer que seja a forma que se revista, pode arrancar desses produtores o trabalho excedente para o possuidor nominal da terra”.<sup>118</sup>

Na outra variante,

quando não são os possuidores de terra, mas o próprio Estado, como ocorre na Ásia, quem os explora diretamente como possuidor da terra, além de defrontar-se com ele como soberano, coincidirão a renda e o imposto ou, melhor dizendo, não existirá imposto algum distinto dessa forma de renda do solo. Nestas condições, a relação de dependência não necessita assumir política ou economicamente uma forma mais dura que a que supõe que todos sejam igualmente súditos deste Estado. O Estado é aqui o supremo possuidor da terra e a soberania a propriedade da terra concentrada na sua face nacional. Em troca, não existe propriedade privada sobre o solo, ainda que haja a posse e o desfrute tanto privado como coletivo.<sup>119</sup>

Nesse aspecto da renda da terra pelo trabalho e da extração do excedente, a forma oriental encontra-se numa

---

<sup>118</sup> MARX, Karl. *El capital: critica de la economia política*. México: Fondo de cultura económica, 1975, Tomo III, p. 733.

<sup>119</sup> Idem, idem.



situação intermediária entre o escravismo e o feudalismo. Na forma escravista o produtor direto não trabalha por sua conta, mas com condições de produção que não lhe são próprias. Essa forma de renda da terra exige a presença de “relações pessoais de dependência, carência de liberdade pessoal, no grau que seja, e o vínculo com a terra como seu acessório, servidão, no seu sentido estrito da palavra”.<sup>120</sup>

No feudalismo, o produtor direto também é possuidor de seus meios de produção e de subsistência e as relações de apropriação se manifestam como relação direta de domínio, pela qual o homem é privado de liberdade e individualmente reduzido à servidão de gleba, de modo que a renda da terra pelo trabalho é extraída pela coerção extra-econômica. Assim, enquanto que no escravismo a renda da terra pelo trabalho é extraída da forma mais completa e no feudalismo o servo é um homem dotado de alguma individualidade, apenas que privado de liberdade, na forma oriental (ou nas formas orientais) é a comunidade em seu conjunto que produz a renda da terra.

De tal sorte, a forma oriental foi, ainda uma vez, tratada apenas incidentalmente e de forma comparativa, não oferecendo solução para a ambiguidade presente nos estudos anteriores. Por um lado, Marx sugere que a pequena economia camponesa e o exercício independente do artesanato teriam prevalecido na “comunidade clássica” (Europa mediterrânea), entre o desaparecimento da “originária propriedade comum oriental” e o surgimento do escravismo (cuja passagem poderia ser explicada pela guerra entre diferentes “comunidades”).

Mas, por outro lado, Marx sustenta que a forma oriental persistiu na Ásia, tendo mesmo evoluído para a forma de grandes Estados imperiais, embora a posse comum do solo, a união entre agricultura e trabalho artesanal, uma divisão fixa do trabalho, tenha persistido, com o excedente

---

<sup>120</sup> Idem, idem.

econômico sendo apropriado diretamente pelo Estado, por meio de seus funcionários, que também eram os organizadores do trabalho comum. Sendo que, para Marx, exatamente

Fornece a chave para o segredo da imutabilidade das sociedades asiáticas, que contrasta de forma tão acentuada com a contínua dissolução e reconstrução dos Estados asiáticos e com as incessantes mudanças dinásticas. A estrutura dos elementos econômicos fundamentais da sociedade permanece intocada pelas tormentas que agitam o céu da política.<sup>121</sup>

Compreende-se assim que, para Marx, a noção de forma oriental ganhou dois conteúdos diferentes. Um, mais genérico, se referia a todas as formas sociais fundadas na agricultura sedentária e no artesanato, com incipiente divisão social do trabalho, a qual teria existido da Ásia até a Irlanda, com algumas variantes (indiana, eslava, céltica). A céltica fora substituída pelas formas escravista e germânica, tendo sobrevivido na Irlanda até a invasão inglesa do século X; a eslava evoluíra para uma variante de feudalismo pelo contato com o Ocidente a partir do século XVI, contando ainda com importantes sobrevivências no momento que o capitalismo começava a se assenhorear da Rússia; e sobrevivia ainda na Índia, no momento que o poder colonizador da Inglaterra levava o capital até essa região.

O outro conteúdo possível da forma oriental, mais particular (mas também genérica), remetia às formas sociais que preservavam a essência original, mas que produziam significativo excedente econômico e tinha o trabalho comum organizado pelo Estado político, uma particularização de interesses da classe dominante. A generalidade da segunda

---

<sup>121</sup> MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo editorial, 2013, livro I, p. 432.

formulação encontra-se na abstração das particularidades das formas sociais tão diferentes quanto à chinesa, a indiana e a persa. Poderiam ser citadas também outras formas sociais submergidas por invasão externa de povos que tinham outra forma social, como o Egito antigo e os impérios asteca e quêchua / aimará, na América. Do mesmo modo as formas orientais remanescentes na própria Ásia, no momento em que Marx escreve, estão sendo destruídas pelo choque do colonialismo do Ocidente, com as armas dos exércitos e do tráfico de drogas, travestidas de “liberdade de comércio”, como o destacado caso da China.

Marx parecia estar no limiar da superação da subjetiva noção de “despotismo oriental”, mas, parece que também nessa questão aparece alguma heterogeneidade com os escritos de Engels, que recai no paradigma precedente. Assim, no *Anti-Duhring*, de 1878, Engels afirma que a característica do Oriente é a comunidade ou o Estado aparecerem como proprietário da terra. Insiste ainda que o fundamento dessa forma social seja a irrigação provida pelo Estado para tornar possível a agricultura e que onde

Da Índia até a Rússia, onde perduram os antigos sistemas comunitários. Eles constituem há milênios os fundamentos da forma mais cruel de Estado, a do despotismo oriental. Somente onde eles dissolveram, os povos avançaram de onde estavam, o seu progresso econômico ulterior consistiu na intensificação e incremento da produção mediante o trabalho escravo.<sup>122</sup>

Aqui Engels, além de recair no paradigma liberal, confunde os diferentes conteúdos e matizes que Marx considerava para a forma oriental, de modo que o despotismo oriental fica sendo a sobrevivência da forma mais arcaica de

---

<sup>122</sup> ENGELS, Friedrich. *Anti-Duhring*. Boitempo editorial, 2015, p. 209-210.

Estado que teria precedido o escravismo e reduz o conteúdo específico à tarefa de irrigação por parte do Estado. Ademais inclui a Rússia, elidindo toda sua particularidade, que incluía não só a servidão feudal, mas uma forma de propriedade comunal que não incluía o trabalho comum organizado pelo Estado.

Com base na leitura da obra de Morgan, *Ancient society*, e auxílio das anotações de Marx, em 1884, Engels traz a lume a sua *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Embora a pretensão do autor fosse declaradamente restrita a analisar os fundamentos da hipótese de Morgan sobre a história antiga da Europa, essa obra estabeleceu o principal pilar das subseqüentes interpretações eurocêntricas e unilineares do processo histórico. Contudo, o interesse da Marx e Engels foi se deslocando sempre mais para o Oriente-russo, na medida em que os grandes conflitos enfrentados pela Inglaterra na Pérsia, na Índia, na Birmânia e na China foram por um momento contornados, e a presença, tanto da potência russa nos assuntos europeus, como da intelectualidade desse país, atraíam atenção.

## **7. A Internacional Comunista e o retorno da questão do Oriente em perspectiva revolucionária**

A perda da radicalidade crítica e a intrusão neo-kantista e positivista na ideologia do movimento operário, organizado na II Internacional, repercutiu na questão colonial e na questão do Oriente, que, mesmo tendo estreita relação entre si, não se confundiam. As tentativas de formulação de uma política colonial do movimento socialista recaíram na ideia de uma missão civilizatória do Ocidente diante de um Oriente atrasado e incapaz de romper seus grilhões, sem a ajuda da civilização ocidental. O colonialismo poderia ser um “mal” ou um “bem”, dependendo das finalidades estabelecidas pelo imperialismo do Ocidente! Ou seja, tudo dependia da

política a ser estabelecida e não da dinâmica intrínseca da acumulação do capital. O fato é que acabou sendo criada uma estreita relação entre o reformismo do movimento operário dos Estados imperialistas e a aventura colonialista. A troca de apoio (ou condescendência) ao imperialismo por ganhos materiais ou políticos pela burocracia sindical e partidária colimou na guerra imperialista, que envolveu a grande maioria do movimento socialista.

A vertente teórica que iria desembocar na refundação comunista do século XX, centrada na contribuição de Lênin, teve entre seus elementos constitutivos o enfrentamento do nexos entre a particularidade do desenvolvimento capitalista no Oriente-russo e o contexto da fase imperialista do capital, cuja decorrência foi o estabelecimento da necessidade da aliança operário-camponesa no processo revolucionário e nos passos iniciais da transição socialista. A presença de uma vasta área habitada por populações de estirpe turco-oriental, dentro do território do decaído império russo, e a efervescência revolucionária no arco que vai da Turquia a China, passando pela Pérsia e Índia, galvanizou um novo debate sobre a questão do Oriente, no interior da recém constituída Internacional Comunista (IC) (1919).<sup>123</sup>

No II congresso da IC (1920), as posições se encaminharam para os extremos: ou uma visão próxima da perspectiva tradicional da Internacional Socialista, que entendia que a emancipação dos povos do Oriente pressupunha a revolução socialista no Ocidente, ou outra que via na revolução no Oriente o gerador da revolução no núcleo imperialista do Ocidente. No primeiro caso está presente a suposição teórica de que o Oriente deve passar por uma fase de desenvolvimento capitalista, qualquer que fosse a natureza de sua forma social, “oriental” -- tal como Marx buscara entender -- ou “feudal”, que foi a fórmula que veio por fim a prevalecer.

---

<sup>123</sup> A contribuição de Lênin, para a reflexão aqui desenvolvida, é de uma dimensão e importância tal que exige um ensaio à parte.

O coreano Shang Rhee e o indiano N.R. Roy, principalmente, argumentavam que a luta contra a dominação do Ocidente sobre o Oriente passava pela luta contra as classes dirigentes autóctones, aventando a ideia de um socialismo agrário baseado nas comunas agrárias da forma oriental. A formulação mais dialética de Lênin -- e que mais se aproximava de Marx -- acabou prevalecendo, com a indicação de que a revolução mundial procederia de modo articulado e que o predomínio poderia estar num ou outro polo da contradição imperialista. Reconhecia-se assim que a revolução oriental anti-imperialista, com a ajuda do proletariado ocidental, poderia se endereçar para a transição socialista, sem que fosse necessária a passagem pelo capitalismo.

A IC, em razão da persistência da cultura e ideologia do movimento operário europeu, que defendia sua própria importância como decisiva no processo revolucionário, no entanto, tendeu no mais das vezes a priorizar o Ocidente nas suas análises e atividade política, menosprezando os movimentos anti-imperialistas do Oriente. Assim que, no decorrer dos anos 20, problemas como o da particularidade das formas sociais asiáticas e da existência ou não do escravismo e do feudalismo no Oriente permaneceram com a resposta em aberto.

No caso do debate sobre a transição socialista na URSS, Bukhárin, nos passos sugeridos pelo último Lênin, mas certamente ignorando o conjunto da reflexão marxiana sobre o assunto, entendeu que os aspectos de socialismo no País ainda eram poucos, devendo predominar um capitalismo monopolista de Estado articulado à agricultura mercantil comunal familiar, herdada da forma de apropriação pelo trabalho característica da variante eslava da forma oriental, indicada por Marx. Assim, para Bukhárin, o ressurgimento da forma comunal eslava, em seguida a guerra e a revolução, poderia contribuir e confluir no processo geral da transição socialista, por meio do cooperativismo e da grande produção

mecanizada, desde que bloqueadas as tendências capitalistas, tal como sugerido por Marx na sua correspondência com Vera Zasulich, e também pelos últimos escritos de Lênin.<sup>124</sup>

Por outro lado, Preobrajensky entendia que a transição na Rússia contrapunha um modo de produção moderno, urbano e industrial, que se encaminhava para o socialismo, a outro modo de produção justaposto no campo, que se encaminhava inexoravelmente para o capitalismo. Da resolução dessa contradição em vantagem do projeto socialista, cuja implicação era a destruição da produção agro-mercantil, que assumia celeremente as formas de acumulação capitalista, dependeria o futuro da transição. A reflexão de Bukhárin indicava a articulação entre Ocidente e Oriente na transição socialista na URSS, enquanto que Preobrajensky entendia o choque como inevitável pela sobreposição de tempos históricos que pressupunha, de resto, como pensava, ainda que de modo extremamente nuançado, a maioria dos dirigentes bolcheviques e da IC.

## **8. A questão do Oriente e o marxismo oriental**

Em relação à China, às voltas com um processo revolucionário de enormes dimensões, também se apresentavam leituras divergentes. Alguns analistas, como Rjazanov e Varga, percebiam na China a presença de formas orientais duradouras e estáveis, que apenas o colonialismo e o imperialismo vinham desagregando, sendo um equívoco a utilização da categoria de feudalismo para abarcar aquela realidade. Embora esses autores destacassem os aspectos de estabilidade e de atraso da China, lembrando o paradigma ocidental liberal, a conclusão tinha muitos pontos de contato

---

<sup>124</sup> Recordar que os textos de Marx sobre as formas sociais que precedem a acumulação do capital só se tornaram conhecidas em 1939, não tendo tido Bukhárin a oportunidade de conhecê-los, ainda que pudesse saber da correspondência entre Marx e Zasulich. Esse fato só pode valorizar a contribuição de Bukhárin para o debate sobre a transição.

com a formulação política de Trotski, o qual percebia no pequeno proletariado industrial chinês o dirigente de uma revolução necessariamente articulada com a movimentação operária na URSS e na Alemanha (quando não nos EUA) e contando com o apoio do campesinato.

A posição que veio a predominar, no entanto, foi a de que se tratava, na China, de realizar uma revolução democrático-burguesa de libertação nacional, na qual seria essencial uma aliança entre o proletariado e a burguesia industrial contra o imperialismo e o feudalismo. Assim, a China era vista como atrasada e colonial, mas que se encontrava a um passo da modernidade capitalista, bastando abater o domínio colonial e a propriedade fundiária feudal ou semifeudal. Há indícios de fortes nuances nessa posição, pois é notória a preocupação de Bukhárin na consolidação da aliança operário-camponesa, a qual poderia dar à luz na China a uma ditadura democrática com fundamentos econômico-sociais pequeno-burgueses e cuja resolução da questão agrária poderia ser semelhante àquela encontrada na URSS da NEP.

Entre os próprios marxistas chineses, ao que parece, havia diferenças de interpretação, embora a noção de “modo de produção asiático”, como indicio de atraso e de transposição do paradigma liberal ocidental do despotismo oriental, fosse incompreensível e mal recebida. Por outro lado, a noção de feudalismo, mais genérica e anódina, foi mais facilmente incorporada, diante da evidente fragmentação da China entre os “senhores da guerra” e também por motivos estritamente políticos de relações entre o PC da China e a IC.

Porém, mais importante é a questão de fundo que se obscurece por trás dessas formulações ambíguas. O próprio marxismo na China se desenvolveu por duas vertentes que se conflitaram frequentemente no decorrer do século XX. Há uma tendência “ocidentalista”, que defende o domínio da cidade, da indústria, das forças sociais da modernidade, na construção de uma nova China, para a qual a visão de um



país vitimado pelo feudalismo e pelo imperialismo parecia adequada, até para enfatizar a necessidade do desenvolvimento das forças produtivas. Aparece também uma variante “oriental”, com vínculos com a antiga filosofia taoísta das comunas agrárias e do campesinato expropriado, que se formava na esteira da desintegração da velha China e para a qual tampouco a caracterização da China como “feudal” era impossível. Nesse segundo caso poder-se-ia realçar a importância do campesinato para a revolução chinesa.<sup>125</sup>

Com a derrota da revolução chinesa de 1925-1927, o debate sobre a questão do Oriente ganhou novo impulso. Interessante anotar que o VI congresso do Partido Comunista da China, realizado em Moscou, no mês de julho de 1928, concomitante ao VI congresso mundial da Internacional Comunista, negava que a forma social chinesa estivesse passando por um momento de transição do “modo de produção asiático” para o capitalismo. Afirmava, pelo contrário, que na China havia uma forma particular de feudalismo burocrático. Surgem assim elementos para delinear a hipótese de que o impacto do colonialismo e do imperialismo do Ocidente liberal sobre a China teria provocado (ou acelerado) a decomposição da forma oriental evoluída, dando origem a uma forma regressiva de feudalismo vinculado ao imperialismo capitalista, ambos enfim derrotados pela vitória da revolução nacional-popular, em 1949, que deu início a transição socialista.

Se essa assertiva é razoável, pode-se então também sugerir que o impacto do colonialismo e do imperialismo sobre a forma oriental chinesa madura levou-a ao ponto de desenvolver a contradição entre comunidade e individualidade. Isso acabou por gerar, a um só tempo, a desintegração da forma oriental, sob a forma de um feudalismo regressivo, e a inserção no mercado mundial, que abriu as possibilidades para a acumulação do capital

---

<sup>125</sup> DEL ROIO, Marcos. “A China frente o ‘império universal’ do Ocidente”. *Novos Rumos*, n° 36, São Paulo: IAP / IPSO, 2002, p. 11-20.

mercantil e manufatureiro dentro do próprio território do antigo império celestial. É precisamente a partir da contradição induzida pelo imperialismo, que o campesinato surge objetivamente como força motriz do processo revolucionário.

De tal modo, a formação social chinesa aparece como uma forma compósita, na qual se entrecrocavam modos de produção não coetâneos. Ainda mais, essa característica se prolongaria para as fases iniciais da transição socialista, na qual, batido o imperialismo e o “feudalismo”, o país ingressaria numa forma de capitalismo monopolista de Estado, capaz de construir as bases materiais do socialismo.<sup>126</sup>

Há indícios de que Mao Tsé-tung tenha antecipado e incorporado essa interpretação geral para proceder à análise concreta da realidade chinesa, ao descrever e apreender o potencial revolucionário do campesinato, a partir de suas condições sociais e culturais, de modo que pode estabelecer uma estratégia revolucionária vitoriosa. Sua maneira de ver a China possibilita uma aproximação com a descrição de Marx das características genéricas da forma oriental avançada, ou seja, aquela na qual, além da persistência da apropriação pelo processo de trabalho baseado na comunidade de aldeia, há um Estado que se apropria do excedente e organiza o trabalho comum das comunidades.<sup>127</sup>

---

<sup>126</sup> Lembrar como Lênin encarava a forma social russa do período pós-revolucionário como uma realidade na qual se apresentavam formas sociais desde as mais primitivas até o socialismo, que seria a antecipação do futuro. De maneira mais geral, e apenas como possível hipótese de trabalho, não seria o caso de se perguntar se essa forma compósita, caracterizada por um amálgama entre a forma social original da região e formas pregressas do próprio Ocidente, como o escravismo ou o feudalismo, teria sido produto bastante comum na trajetória da ocidentalização do mundo sob a condução do capital, inclusive na América meridional, contribuindo assim para definir uma variedade de formas particularidades espaço-temporais e sociais?

<sup>127</sup> MAO-TSE-TUNG. “Informe sobre uma pesquisa feita no movimento camponês no Hunan”. In: SADER, Eder (org.). *Mao-Tse-tung*. São Paulo: Ática, 1982. p. 37-57. (Grandes Cientistas Sociais).

A desorganização desse Estado imperial e desse modo de produzir gera uma camada de funcionários corruptos e de senhores feudais que oprimem os camponeses pela continuidade e exacerbação da extração do excedente, sem que sejam mais possíveis a organização do trabalho comum e a prevenção dos serviços públicos, em função do vínculo estabelecido pelas classes dominantes com o imperialismo. No entanto, essa leitura da realidade chinesa, que possibilitou a focalização do campesinato como força motriz da vitória revolucionária, foi utilizada também nos intentos de alguns passos da transição socialista, particularmente com a experiência das ‘comunhas agrárias’, a partir de fins dos anos 50, num esforço de incorporação reversa de aspectos da forma social oriental na transição socialista, até como artifício para se contornar, junto com o imperialismo e o feudalismo, também o capitalismo.

## **9. Forma social oriental e transição socialista**

No entanto, na URSS, em debates ocorridos entre especialistas da questão do Oriente, no início dos anos 30, essa tese da forma oriental “pura” ou em transição para o “feudalismo” foi derrotada, tendo sido aplainada a rota que levaria a uma interpretação que encontrava indícios de escravismo e feudalismo no Oriente em tempos bastante anteriores, sendo negada assim a existência de alguma particularidade essencial. O mais notável, no entanto, é que, precisamente naquele momento, começava, por iniciativa do Estado soviético, o processo de enquadramento do trabalho comum dos camponeses, visando a extração do excedente econômico, de maneira análoga à forma oriental avançada, que jamais existira na Rússia.<sup>128</sup>

---

<sup>128</sup> Partindo dessa analogia é que, em 1937, Karl Wittfogel lança sua obra *O despotismo oriental*, como esforço de compreensão do regime staliniano, redundando numa recriação do paradigma liberal ocidental, que, em seguida, teria sequência e se imbricaria na formulação

Assim que a utilização de um padrão de organização socioeconômico original da forma social oriental avançada (as grandes comunidades organizadas como unidades produtivas identificadas diretamente com o Estado) foi aplicada para sufocar a variante de apropriação pelo trabalho fundado apenas na comunidade de aldeia (a variante indiana / eslava), que possibilitava uma maior expressão da autonomia individual e social, devido a sua proximidade histórica com o Ocidente. Essa decisão política, definida em fins dos anos 20, contribuiu sobremaneira para a cristalização da transição num socialismo de Estado incapaz de se superar a si mesmo, sendo vitimado, já próximo do fim do século XX, por um renovado impacto do imperialismo maduro, que se assenhoreou e sobrepôs às formas não-capitalistas de produção do capital, ali alojadas. A China, por sua vez, parece hoje estar traçando um caminho inverso, do socialismo de Estado para um capitalismo monopolista de Estado, em condições mais apropriadas para fazer frente ao predomínio global do capital e da mundialização imperialista.

O marxismo na Índia -- como se sabe, o depositário maior das preocupações de Marx no Oriente -- foi apanhado na generalização da visão unilinear da História, outro produto cultural do Ocidente liberal, tendo em vista a subalternização dos povos da maior parte do mundo e que se introjetou no seio da particular ideologia que deu guarida ao socialismo de Estado e a IC. Se a revolução na China pode ocorrer pela rebelião generalizada dos camponeses e outras camadas do povo, como imaginara Marx ao tomar notícia da revolta de Taipem, a Índia, submetida à Inglaterra, de fato desenvolveu o capitalismo, até que tendo atingido certa maturidade, buscou a emancipação. Mas fez questão de preservar no seio da nova forma social capitalista, vários dos aspectos da antiga forma

---

conceitual do *totalitarismo*. WITTFOGEL, Karl. *Despotismo oriental: estudo comparativo sobre el poder total*. Madrid: Guadarrama, 1966. E também DEL ROIO, Marcos. *O império universal e seus antipodas: a ocidentalização do mundo*. São Paulo: Ícone, 1998. Cap. 4.

oriental indiana, inclusive o regime de castas, num exemplo oriental muito particular daquilo que Gramsci chamou de ‘revolução passiva’.

As formulações de Marx -- como se procurou indicar -- tiveram com ponto de partida indispensável e necessário todo o conhecimento acumulado no Ocidente sobre o Oriente, o qual trazia o invólucro da ‘vontade de domínio’ do Ocidente sobre o Oriente. A noção de despotismo oriental, na qual há um claro predomínio da esfera da subjetividade, sintetiza esse saber e essa vontade. Marx, na sua crítica radical das formas culturais e de exploração social do Ocidente chegou muito perto da superação do paradigma de origem liberal do despotismo oriental, ainda que o conhecimento concreto sobre a história concreta das formas sociais orientais fosse ainda muito limitado no seu tempo.

Foi precisamente esse limite histórico-concreto de se passar do geral ao particular que limitou a leitura de Marx sobre o Oriente e gerou sérias incompreensões sobre a interpretação histórica e política de realidades tão diferentes como o mundo árabe, a Índia e a China. De qualquer maneira, algumas de suas observações sobre a forma social oriental e suas variantes permitem uma reflexão e um melhor entendimento sobre as revoluções sociais do século XX, sobre a crucial participação do campesinato e sobre as particularidades e limites dos intentos de transição socialista.

Sabe-se que Marx augurava uma revolução socialista desencadeada pelo proletariado industrial do Ocidente, mas percebeu que a transição poderia percorrer caminhos diversos e mesmo sem saída, tal qual as formas sociais que precederam lógica e historicamente a individuação capitalista. Nesse aspecto, vale sempre recordar a correspondência com Vera Zasulitch, em 1881 e o Prefácio à edição russa do Manifesto Comunista, de 1882, nos quais Marx aventa a possibilidade da revolução socialista ter início em meio ao

impacto do capitalismo sobre as formas sociais orientais de caráter agrário-comunal.<sup>129</sup>

Ora, praticamente todas as experiências de transição socialista do século XX tiveram esse impulso inicial, contando com o campesinato como uma essencial base de apoio e acabando por constituir um poder burocrático estatal, que cristalizou um socialismo de Estado, travando a própria transição. A questão crucial, que resta sem ser solucionada, é saber se essa rota era ontologicamente inviável, devido à debilidade das forças produtivas do capital e da própria classe operária, ou se seus caminhos e possibilidades eram (e são) por demais estreitos, mas não impossíveis, dependendo sobremaneira da *virtu* da direção revolucionária e do contexto internacional para que uma revolução objetivamente democrático-burguesa adentrasse pela transição socialista. A pena seria a configuração de revoluções passivas próprias do Oriente, que ao fim se concluiriam num novo espaço de acumulação do capital. A complexidade do problema pode ser antecipada sempre que se lembre que a heterogeneidade interpretativa estava presente já entre Marx e Engels, tendo perpassado toda a cultura marxista e comunista, incidindo decisivamente nos conflitos e percalços das experiências de transição socialista do século XX.

---

<sup>129</sup> MARX, Karl. Apud FERNANDES, Rubem Cezar (org.). *Dilemas do socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 152-153; 192-193.



## V – Engels e a origem do Marxismo

### 1. Introdução

Engels (1820-1895) e Marx (1818-1883) foram grandes amigos e colaboradores intelectuais por quase quarenta anos. Essa relação começou desde o impacto causado em Marx pelo artigo de Engels de título *Esboço para uma crítica da Economia Política* até o momento em que a morte colheu o autor d'*O capital*. Poderíamos mesmo dizer que essa ligação intelectual persistiu ainda nos doze anos que Engels sobreviveu a Marx. Ainda que tenha sido Engels a sugerir a necessidade da crítica da economia política do capital e também a afirmar de vez a importância fundamental do proletariado industrial no processo de emancipação humana, deixou a tarefa do decidido aprofundamento nesse problema fulcral para os esforços de Marx.

Assim é que se pode dizer ter havido certa divisão de trabalho e de atenções entre os parceiros, com Engels se debruçando muito sobre a história dos povos germânicos, sobre temas militares e sobre a crítica da religião e a filosofia das ciências da natureza. Mas mesmo essa assertiva não passa, muito provavelmente, de uma aparência, ou apenas de uma primeira aproximação, pois o estudo sistemático da relação entre os dois autores é de extrema complexidade e exige um acurado estudo filológico, que está ainda em andamento.

Os quarenta anos de trabalho em comum implicaram um permanente curso de auxílio, diálogo e esclarecimento recíproco nem sempre levado a termo. Foram poucos os textos assinados em conjunto, o primeiro dos quais foi *A sagrada família* (1845), que inaugurou a colaboração entre ambos. *A ideologia alemã* (1846), que pretendia ser uma autoesclarecimento dos problemas teóricos antes postos, não chegou a termo, pois o diálogo/debate entre os autores não conseguiu ser conclusivo.



Sabido que o *Manifesto Comunista* foi escrito por Marx, que fez uso de textos anteriores de Engels e deve ter muito ouvido suas opiniões. Hoje é conhecido o fato de que foi Engels o escritor do texto assinado por Marx sobre a revolução alemã de 1848, assim como sugestões de Engels feitas em cartas foram absorvidas por Marx na redação dos textos que viriam a compor *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* (1852). Marx fez todo o estudo crítico da economia política, mas a interlocução com Engels foi permanente. Por motivos políticos imediatos, ambos assinaram textos em conjunto, ambos podem ter escrito documentos políticos coletivos em conjunto ou separado, etc.

Compreensível então as dificuldades imensas em se estabelecer efetivamente como ocorreu esse diálogo decisivo, assim como certas clivagens tenham surgido na reflexão desses expressivos pensadores revolucionários do século XIX. Muita coisa ainda está para ser comprovada e para ser reelaborada no que se refere a esse problema. O objetivo deste escrito é muitíssimo mais limitado e modesto, pois pretende apenas indicar alguns elementos a serem devidamente aprofundados sobre aquilo que se poderia definir como o último Engels ou Engels depois de Marx.

O problema que se coloca nesse momento particular é o de esclarecer o papel de Engels na organização e difusão da obra de Marx, como esse trabalho implicou determinada releitura ou mesmo reelaboração do pensamento de Marx, como contribuiu para difundir e simplificar o feito de Marx e, finalmente como contribuiu ou não para o surgimento do *marxismo ortodoxo* e do *revisionismo*. A resposta a essa problemática exige um estudo filológico de grande fôlego e que solicita a contribuição de vários estudiosos. Um trabalho que se debruce sobre os artigos e livros escritos por Engels, as mais de mil cartas que enviou a diversos interlocutores, como organizou e apresentou os textos de Marx.

Ainda que essencial, o estudo filológico não substitui a análise da situação histórica concreta, apenas a completa e

esclarece. A situação histórica particular do capitalismo na Alemanha, as posições políticas de Engels no contexto do movimento operário alemão e internacional, as relações internacionais nos albores da época imperialista, são elementos importantes que contribuem também para a compreensão da teoria política de Engels, da estratégia revolucionária da nova fase e da relação que se determinou com a obra de Marx.

## **2. Da fundação do SPD à morte de Marx**

A AIT - Associação Internacional dos Trabalhadores havia surgido, em 1864, de uma convergência entre grupos operários franceses e ingleses e depois se difundido com maior ou menor dificuldade por outras nações. A derrota da Comuna de Paris e a formação do Império germânico (1871) alteraram fundamente a “geopolítica” do movimento operário europeu e deu início ao declínio da AIT. Mesmo que sua influência no movimento operário alemão fosse minoritária, como havia demonstrado o período de maior força da AIT, Marx e Engels passaram a se interessar sempre mais pela situação do novo Estado que acabara de surgir no centro da Europa. Em meado de 1874, Engels avaliava a fundação do Império nos seguintes termos:

Mas desde o momento em que não se tratava de defender a nobreza face ao impulso da burguesia, mas da proteção de todas as classes possuidoras em luta em face do impulso da classe operária, a velha monarquia absoluta teve de transformar-se por completo em monarquia bonapartista, a forma de Estado especialmente elaborada para esse fim.<sup>130</sup>

---

<sup>130</sup> ENGELS, Friedrich. “Prefácio” – A guerra camponesa na Alemanha. In: MARX & ENGELS. *Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro: Editora Vitória, Vol. 2, 1961, p. 200.

No decorrer dos anos 60, o movimento operário alemão estava dividido em duas vertentes principais: aquele organizado na ADAV - Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, de Ferdinand Lassalle, que via na aliança com o prussianismo uma forma de unificação nacional com a burguesia debilitada e a VDAV - Federação das Associações Operárias Alemãs de August Bebel, que avaliava a importância da aliança com a burguesia em função antifeudal e antiprussiana. Em 1869, já descontada a rota da unificação da Alemanha em torno da Prússia, foi fundado o Partido Operário Socialdemocrata, juntando a Federação de August Bebel com algumas franjas da ADAV. Esse partido rompeu com o Partido Popular, dentro do qual até então atuavam seus quadros e assumiu uma postura internacionalista, comprovada em seguida na prática no decorrer da guerra franco-prussiana e da Comuna de Paris.

As lutas operárias que tiveram início tão logo a crise capitalista de longa duração se manifestou e dentro de uma situação política institucional inteiramente nova, aproximaram as bases dos agrupamentos sindicais e políticos existentes. No início de 1875 estava selado o acordo para a fusão entre as organizações operárias alemãs, mas só em março Engels e Marx tiveram acesso ao projeto de programa do novo partido. O assombro dos dois colaboradores foi de tal magnitude que se declaram dispostos a se dissociar publicamente de toda a articulação política que se procedia.

Engels chamava atenção para as concessões teóricas decisivas feitas ao lassalleísmo e que redundaram em verdadeiras contradições no texto. O programa incorpora -- nota Engels em carta endereçada a Auguste Bebel -- a falsa tese de Lassalle de que diante da classe operária todos os outros grupos sociais não passariam de uma massa reacionária, o que contradiz as linhas programáticas de reivindicações democráticas burguesas sugeridas no programa. Anota também o rebaixamento do princípio internacionalista e o equívoco teórico sobre as leis que

regulam o salário. O programa nada fala da organização da classe operária enquanto tal, “por meio dos sindicatos”.

A invocação pela ajuda do Estado na solução de problemas sociais é vista como um erro, assim como vazia é formulação de um “Estado popular livre”. À propósito do Estado, Engels entende ser uma realidade intrinsecamente vinculada a dominação e a violência classista:

Sendo o Estado uma instituição meramente transitória, que é utilizada na luta, na revolução, para submeter os adversários pela violência, é um absurdo falar de Estado popular livre: enquanto o proletariado ainda necessitar do Estado, não o necessitará no interesse da liberdade, mas para submeter os seus adversários, e tão logo que for possível falar-se de liberdade, o Estado como tal deixará de existir.<sup>131</sup>

Desconsideradas as opiniões de Engels e Marx, em fins de maio de 1875, com a aprovação unânime do novo programa, alterado apenas nos detalhes, deu-se por fundado o novo Partido Socialdemocrata da Alemanha – SPD. A opinião de Marx e Engels continuava sendo a de que a essa unidade havia se chegado com demasiada pressa e sem o necessário esclarecimento teórico, indispensável para a própria educação das massas.

Marx e Engels, embora tivessem ameaçado dele se distanciar, decidiram persistir na sua ação educativa do possível educador das massas a título de representantes do partido na Inglaterra. Embora minoritário, o grupo de Eisenach, conduzido por Bebel, assumiu a direção do partido, mas imprimiu uma orientação que deixou a organização aberta a tendências ideológicas as mais variadas, tanto quanto a grupos e indivíduos de diversas origens sociais. Era

---

<sup>131</sup> ENGELS, Friedrich. “Carta a Auguste Bebel, Londres, 18 / 28 de março de 1875”. In: Op. Cit., Vol. 2, p 232.

essa uma decorrência lógica do compromisso com a vertente de Lassalle, pois que a clareza teórica havia sido menosprezada já no ato fundativo do partido. Assim, além dos grupos originais, no SPD a tendência semi-anarquista de Johann Most conviveu com os grupos filantrópicos e reformistas.

Decerto, o mais influente e sério adversário vislumbrado por Marx e Engels foi o professor Eugen Dühring, da Universidade de Berlim, o qual defendia um socialismo cooperativo e se opunha à concepção dialética originada em Hegel. Esse interlocutor fez por merecer um concentrado esforço de refutação por parte de Engels, recebido sem simpatia em amplos setores do partido. O conjunto de artigos, escritos em 1877, transformou-se no livro *A subversão da ciência pelo Sr. E. Dühring*, publicado em 1878, que representou um empenho de exposição sintética e sistemática das concepções que Engels e Marx desenvolviam havia mais de trinta anos. Essa obra ficou depois conhecida como *Anti-Dühring*.

O objetivo do livro, portanto, ia além da simples contestação das teses de Dühring, pois pretendeu também oferecer uma orientação teórica acessível e que poderia ser servir de diretriz para a elaboração política e cultural da socialdemocracia. Note-se que, de fato, foi esse o trabalho que mais influenciou a formação de parte do grupo dirigente do SPD, aquela que se definiu *marxista*. Ainda que Marx tenha aprovado a obra de Engels, particularmente por seus objetivos políticos, e até mesmo contribuído com um capítulo, fica bastante claro aqui o quanto de respeito um tinha pelas idiossincrasias do outro, pois a particularidade teórica de Engels vem à tona com clareza. A boa recepção de Marx frente à obra de Darwin se atenuou substancialmente e Dühring ironizava Marx como sendo um “velho hegeliano”, enquanto Engels tende a assimilar a ciência de Darwin e a aprisionar a dialética dentro de leis gerais, numa nutrida persistência da influência de Hegel.

Na verdade, o pensamento de Engels se mostra como uma variante no pensamento revolucionário, distinto e uno com Marx. Certo viés cientificista e naturalista -- talvez derivado da paixão pelas ciências naturais e pela obra de Darwin -- e a compartimentação positiva entre Filosofia, Economia Política e Socialismo comprometem seriamente a dialética dentro de uma visão monista. De fato, a dialética é reduzida a um fenômeno da natureza, com leis próprias de movimento imanente e não um método de apreensão da realidade em movimento.<sup>132</sup>

Em forma de folheto, três capítulos originalmente escritos para esse livro foram destacados e publicados na França, com o título possivelmente atribuído por Paul Lafargue, mas não contestado por Engels, de *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Esse folheto foi traduzido em várias línguas e alcançou grande difusão, tendo assim contribuído enormemente para a formação da ideologia do marxismo, nas condições da Alemanha de fim do século XIX. Poder-se-ia facilmente contestar o utopismo dos formuladores da época da revolução industrial resgatados por Engels, assim como o cientificismo do socialismo alemão, caso por esse se entenda uma imposição das leis naturais do movimento da história dos homens, como Engels parecia entender.

No terceiro artigo do folheto, Engels enuncia que a concepção materialista da história sugere que “as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas (...); devem ser procuradas não na filosofia, mas na economia da época de que se trata”.<sup>133</sup> Na sequência do texto, com coerência, despreza o papel da ideologia, da filosofia, na reprodução da ordem do capital e insiste que as contradições inerentes ao modo burguês de

---

<sup>132</sup> Na verdade, essa filosofia da ciência já estava presente no livro *A dialética da natureza*, escrito em 1875-1876 (mas só publicado na URSS, em 1935).

<sup>133</sup> ENGELS, Friedrich. “Do socialismo utópico ao socialismo científico”. In: MARX & ENGELS. *Obras Escolhidas*, Rio de Janeiro: Editora Vitória, Vol. 2, 1961, p. 322.

produzir farão do socialismo uma necessidade histórica, advinda de uma lei natural de desenvolvimento da vida social dos homens. A distinção essencial então do pensamento de Engels em relação a Marx é a noção de dialética e da decorrente compreensão do papel da subjetividade como força material na preservação ou transformação da ordem social. Engels, com efeito, ao homologar o movimento do ser social humano ao movimento da natureza desconsidera a essencialidade da práxis histórica.

Fascinante, contudo, a percepção de Engels da necessária intervenção do Estado no intuito de amenizar a auto destrutividade do capital e dos primeiros passos que levariam à era imperialista, como a formação de *trusts*. Ainda que defenda o socialismo como fato científico que emerge do movimento objetivo da história da economia, Engels pretende mesmo é estimular a convicção e a vontade da classe operária, como pretendo ator (quase transcendental) de uma lei da história, para o que precisa pelo menos delinear o modo da superação do capitalismo.

O modo capitalista de produção, ao converter mais e mais em proletários a imensa maioria dos indivíduos de cada país, cria a força que, se não quiser perecer, está obrigada a fazer essa revolução. E, ao forçar cada vez mais a conversão dos grandes meios socializados de produção em propriedade do Estado, já indica por si mesmo o caminho pelo qual deve produzir-se essa revolução. O proletariado toma em suas mãos o Poder do Estado e principia por converter os meios de produção em propriedade do Estado. Mas nesse mesmo ato, destroi-se a si próprio como proletariado, destruindo toda a diferença e todo antagonismo de classes, e com isso o Estado como tal. <sup>134</sup>

---

<sup>134</sup> Idem, idem, p. 334.

## E continua depois

Quando o Estado se converter, finalmente, em representante efetivo de toda a sociedade, tornar-se-á por si mesmo supérfluo. Quando já não existir nenhuma classe social que precise ser submetida; quando desaparecerem, juntamente com a dominação de classe, juntamente com a luta pela sobrevivência individual, engendrada pela atual anarquia da produção, os choques e os excessos resultante dessa luta, nem haverá necessidade, portanto, dessa força especial de repressão que é o Estado.<sup>135</sup>

Percebe-se como o proletariado aparece como instrumento de realização de uma lei do desenvolvimento histórico, não um sujeito coletivo dotado de vontade subjetiva voltada para a emancipação humana e que incorporou a filosofia da práxis. O naturalismo histórico de Engels subverte a dialética e amesquinha a vontade coletiva.

Quando esse texto de Engels foi publicado já vigia a legislação antissocialista na Alemanha. Com efeito, em outubro de 1878, Bismarck conseguira que fossem aprovadas as leis de exceção contra os socialistas, as quais vedavam a organização e a propaganda do partido, mas permitia que os socialdemocratas concorressem às eleições. De início o partido se sentiu atordoado, mas começou já a se recompor nas novas condições a partir de 1880 e ativando uma publicação importante na Suíça, de nome *Der Sozialdemokrat*, com a qual Engels colaborou de modo assíduo, desde que Bernstein assumiu a direção do periódico.

De fato, em 1880, Engels estabelecera contato com Kautski e com Bersntein, inaugurando uma colaboração duradoura e prenhe de consequências teórica e políticas. Engels pensava então aglutinar no SPD um núcleo teórico e

---

<sup>135</sup> Idem, idem, p. 334 (bis)



político “marxista” em torno dele mesmo e de Bebel, que poderia eventualmente se irradiar a outros Países. A revista *Neue Zeit*, de Stuttgart, dirigida por Johann Dietz, depois de 1883, ajudou muito nesse trabalho.

Marx estava enredado nos seus estudos e enfrentava problemas graves de saúde na família e consigo mesmo. Suas preocupações estavam voltadas para a conclusão do segundo volume de *O capital*, para a questão agrária na Rússia, para estudos de matemática. As mortes da esposa, e logo depois de uma filha, deixaram-no fatalmente abalado, e Marx veio a falecer em 1883.

### **3. O legado de Marx e o pensamento de Engels**

A partir da morte de Marx, Engels se impôs mais uma tarefa, além de pesquisador com objetivos próprios e de orientador político e ideológico do movimento operário, de um movimento operário que, por suposto, contava com uma sedimentada tradição cultural socialista de caráter bastante eclético, que vagava do anarquismo ao socialismo de Estado. Agora Engels se transformaria também em herdeiro do legado de Marx, o organizador e o divulgador de sua obra inacabada. Esses elementos entrelaçados demarcam o terreno histórico da origem do *marxismo*.

No discurso de despedida diante da tumba de Marx, em 17 de março de 1883, Engels pronunciou palavras decisivas para interpretar o seu próprio pensamento: “Assim como Darwin descobriu a lei do desenvolvimento da natureza orgânica, Marx descobriu a lei do desenvolvimento da história humana”.<sup>136</sup> De fato, para Engels as obras de Darwin e de Marx se completavam e o intento que Engels desenvolvia era o de expressar uma filosofia da ciência que oferecesse uma síntese. O esforço não concluído, e finalmente abandonado em

---

<sup>136</sup> Idem. “Discurso diante da sepultura de Marx”. In: \_\_\_\_\_. Op. Cit., p. 353.

1883, que produziu *A dialética da natureza*, estava voltado a esse objetivo.

Com a morte de Marx, Engels dedicou-se a preparar a terceira edição alemã do primeiro volume d'*O capital* e divulgar alguns escritos de Marx talvez mais acessíveis a um público maior e que poderia servir de ação educativa. Assim, Engels providenciou, em diferentes momentos, novas edições de antigos textos de Marx, como *A miséria da filosofia*, *O dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, *A guerra civil na França*, *Crítica ao Programa de Gotha*, *A luta de classes na França*, por vezes atribuindo títulos e vislumbrando objetivos políticos imediatos.

Em seus últimos anos de vida, Marx esteve empenhado em concluir o segundo volume d'*O capital*, mas sem o sucesso que almejava. Engels acompanhava o esforço, mas também os problemas pessoais de Marx e preferiu não pressioná-lo para terminar o trabalho. Os manuscritos deixados em estágio bastante avançado foram organizados por Engels que fez publicar finalmente o segundo volume da grande obra de Marx em 1885. Na apresentação Engels oferece um exemplo da necessidade de um estudo filológico rigoroso da obra de Marx. Conta o estado em que encontrou os manuscritos, que exigiam um trabalho de editoração dado que Marx escrevia

num estilo descuidado, repleto de expressões coloquiais, frequentemente sarcásticas, além de termos técnicos ingleses e franceses e, muitas vezes, frases e até páginas inteiras em inglês; as ideias pousavam sobre o papel da forma como iam se desenvolvendo no cérebro do autor.<sup>137</sup>

A partir daí Engels se dedicou ao trabalho de organizar e eventualmente completar os estudos deixados por Marx e

---

<sup>137</sup>ENGELS, Friedrich. Prefácio. In: MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo editorial, 2014, livro II, p. 79.

que deveriam compor o terceiro volume. O terceiro volume foi finalmente publicado em 1894. As dificuldades aqui foram muito maiores e a intervenção de Engels no corpo do texto bastante mais significativa, tanto em termos de organização, quanto de redação final. Aquilo que seria o volume IV estava praticamente pronto -- mas ainda que tenha julgado o texto datado -- comprometia-se a publicá-lo mais à frente.<sup>138</sup> Percebe-se então como mesmo a obra máxima de Marx tenha obrigado Engels a interferir, não se sabe em que medida alterando-lhe o conteúdo e a substância. Apenas um rigoroso estudo filológico poderá esclarecer, em parte, os problemas deixados, mas pode ser mais correto que alhures afirmar que essa seria uma obra a ser assinada em conjunto por ambos os amigos.

Como pesquisador, Engels deixou um vasto manuscrito sobre a história dos povos germânicos, também deixado de lado na época da morte de Marx. Desses apontamentos pode se verificar algumas contribuições importantes sobre a questão nacional, mas parte desse material serviu também de fonte para a redação do livro *Origens da família, da propriedade privada e do Estado*, de 1884. No entanto, o depoimento de Engels no prefácio dessa obra é bastante elucidativo sobre os objetivos do texto: fazer uma exposição materialista sobre os problemas enunciados no título, fazendo uso da obra de Lewis Morgan, *Ancient Society*, publicada nos EUA em 1877, sobre a qual Marx fizera amplas anotações. Ora, isso parecia bastar para legitimar a leitura engelsiana da história, para a qual ele incorporava Marx, incorporava Darwin e agora incorporava Morgan, tido como um novo descobridor da concepção materialista da história. A síntese feita é assim:

---

<sup>138</sup> Esse volume foi publicado por Karl Kautski, em 1905, com o título de *Teorias da Mais Valia*, em uma edição que pode ser considerada bastante problemática.

De acordo com a concepção materialista, o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção dos meios de existência, de produtos alimentícios, roupa, habitação, e instrumentos necessários para tudo isso; de outro lado, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie.<sup>139</sup>

Notável uma vez mais a ênfase quase absoluta nas relações econômicas e a ausência de qualquer referência às representações culturais. De fato isso se explica pelo fato de Engels considera-las apenas como falsas representações do mundo, como alienação, como atraso, a serem superadas, pela ciência, pela verdadeira ciência do *marxismo*, e não como subjetividades coletivas que organizam a vida social. Ciência e ideologia aparecem em Engels como termos antinômicos, como verdadeira e falsa consciência.

Esse livro, porém, não deixava de ter o seu objetivo de oferecer respaldo teórico e programático ao movimento operário socialista. Aqui Engels analisa o problema do Estado de modo sistemático discorrendo sobre a origem do Estado em Atenas, em Roma e entre os povos germânicos. O Estado

é antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar.<sup>140</sup>

Engels não relaciona o processo de sobredeterminação do capital mercantil com o a autonomização da política no

---

<sup>139</sup> ENGELS, Friedrich. “Origem da família, da propriedade privada e do Estado; Prefácio”. In: \_\_\_\_\_. Op. Cit., vol. 3, 1963, p. 07.

<sup>140</sup> Idem, p. 135-136.

Estado e assim não particulariza o Estado burguês. Para ele o Estado evolui como expressão das classes em luta e por isso pode entender que as instituições do Império alemão indicam a sua essência de um Estado em estágio inferior de um desenvolvimento que pode se entender como linear. De fato,

a república democrática – a mais elevada das formas de Estado, e que, em nossas atuais condições sociais, vai aparecendo cada vez mais como uma necessidade iniludível, e é a única forma de Estado sob a qual pode ser travada a última e definitiva batalha entre o proletariado e a burguesia – não mais reconhece as diferenças de fortuna.<sup>141</sup>

O proletariado, “na medida, entretanto, que vai amadurecendo para a auto emancipação, constitui-se como um partido independente e elege seus próprios representantes e não os dos capitalistas”. Não nos é dado saber como ocorre esse amadurecimento, se por um processo histórico natural ou outra coisa. O passo seguinte do iniludível processo histórico é aquele

de uma fase de desenvolvimento da produção em que a existência dessas classes não apenas deixou de ser uma necessidade, mas até se converteu em um obstáculo à produção mesma. As classes vão desaparecer, e de maneira tão inevitável como no passado surgiram. Com o desaparecimento das classes, desaparecerá inevitavelmente o Estado.<sup>142</sup>

Percebe-se uma vez mais como para Engels o processo histórico é movido por leis gerais homólogas às leis estabelecidas pelas ciências da natureza. Na sùmula acima exposta percebe-se o Estado como um mecanismo histórico determinado pela existência das classes, mas cujo

---

<sup>141</sup> Idem, p. 138.

<sup>142</sup> Idem, p. 138-139.

fundamento encontra-se na necessidade do movimento da economia. Em fins do século XIX, a tese era a aquela de que se aproximava o ponto em que na república democrática – a forma última e superior de Estado -- se travaria a batalha final entre as classes, atores inadvertidos de uma peça com final certo, pois o progresso parece inelutável. Não há dúvida mais de que Engels montava a estrutura do *marxismo* fortemente ancorado na visão naturalista evolucionista predominante na alta cultura burguesa do fim de século XIX.

Em 1886, Engels escreveu um opúsculo que levou o nome de *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, texto essencial para definir os contornos do nascente *marxismo*. Antes de tudo neste texto se revela a leitura engelsiana da obra de Hegel, seu conteúdo e significado. Para Hegel a dialética constitui o movimento ele mesmo de exposição do conceito e de suas necessárias conexões, que vem a compor e expor o real, não é um método de apreensão do movimento do real. Engels entende a dialética como elemento constitutivo do real e como método científico, de modo que o conhecimento decorre do esclarecimento das conexões dialéticas presentes no movimento do mundo. A dialética é a chave que dá movimento ao real na direção de estágios sempre mais complexos e elevados, mas sempre uno, seja da vida orgânica ou da vida social do homem. Engels ao fim das contas faz uma adequação positivista da dialética.

Engels percebe em Hegel o último dos filósofos, no senso em que foi o último a construir um sistema filosófico articulado e completo e que dele pode-se apreender fundamentalmente o método dialético. No entanto, esse sistema filosófico, ainda que útil no debate sobre a religião, não o era completamente no embate político da Alemanha dos anos 40, o que teria aberto passagem para o resgate do materialismo anglo-francês do século precedente.

O responsável pelo resgate do materialismo teria sido então Feuerbach. Na sua filosofia, exposta principalmente em *A essência do cristianismo* (1841), esse resgata o homem

natural como o ponto de partida da filosofia. Na sua luta contra a religião cristã ele propõe uma reforma moral que crie um novo vínculo entre os homens e destes com a natureza. Mas essa proposição naturalista abstrata não tinha implicações na história e na política, o que explica em parte a marginalidade a que Feuerbach ficou relegado.

Mas Engels anota com grande correção que “da decomposição da escola hegeliana brotou, porém, ainda outra corrente, a única que, na realidade deu frutos verdadeiros, e que está associada, acima de tudo, ao nome de Marx”.<sup>143</sup> Essa afirmação é seguida de uma nota explicativa da maior importância:

Ultimamente, tem-se aludido, com frequência, à minha participação nessa teoria; não posso, pois, deixar de dizer algumas palavras para esclarecer esse assunto. Que tive alguma participação independente na fundamentação e sobretudo na elaboração da teoria, antes e durante os quarenta anos de minha colaboração com Marx, é coisa que eu mesmo não posso negar. A parte mais considerável das ideias diretrizes principais, particularmente no terreno econômico e histórico, e especialmente a sua formulação nítida e definitiva, cabem, porém, a Marx. A contribuição que eu trouxe – com exceção, quando muito, de alguns ramos especializados – Marx também teria podido trazê-la, mesmo sem mim. Em compensação, eu jamais teria feito o que Marx conseguiu fazer. Marx tinha mais envergadura e via mais longe, mais ampla e mais rapidamente que todos nós outros. Marx era um gênio; nós outros, no máximo, homens de talento. Sem ele, a teoria estaria hoje muito longe de ser o que é. Por isso, ela tem, legitimamente, seu nome.<sup>144</sup>

---

<sup>143</sup> ENGELS, Friedrich. “Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã”. In: \_\_\_\_\_. Op. Cit., vol. 3, 1963, p. 193.

<sup>144</sup> Idem, *ibidem*, p. 193 (bis).

Aqui se encontra a leitura que o próprio Engels fazia das origens do marxismo: a desintegração da filosofia clássica alemã, após ter atingido seu apogeu e limite com Hegel, possibilitou o surgimento de uma vertente teórica que deve ser associada ao nome de Marx, mas que contou com uma sua contribuição. No entanto, o que Engels não diz é que o *marxismo* se configura plenamente graças a ele mesmo nos doze anos de sobrevivência em relação à Marx, período em que sua leitura da obra de Marx e sua produção própria puderam se destacar. A demonstração está na sequência do texto, onde Engels esboça a sua visão da “concepção materialista da história”.

A corrente inaugurada por Marx também seria uma “volta às posições materialistas”, mas agora se apropriando do “método dialético”. Engels avança a ideia fundante de todo o *marxismo*:

Com isso, a dialética ficava reduzida à ciência das leis gerais do movimento, tanto do mundo exterior como do pensamento humano: duas séries de leis idênticas quanto à coisa, mas diferentes quanto à expressão, no sentido de que o cérebro humano pode aplicá-las conscientemente, enquanto que na natureza, e ainda hoje também, em grande parte, na história humana, essas leis abrem caminho de maneira inconsciente, sob a forma de uma necessidade exterior, em meio a uma série infinita de acasos aparentes. Com isso, porém, a própria dialética do conceito se convertia simplesmente no reflexo consciente do movimento dialético do mundo real, o que equivalia a converter a dialética hegeliana num produto cerebral; ou melhor, a inverter a dialética que se achava de cabeça para baixo, colocando-a de pé.<sup>145</sup>

---

<sup>145</sup> Idem, *ibidem*, p. 194.



Aqui as dúvidas sobre a coincidência ou não entre o pensamento de Marx e Engels se avolumam. Difícil afirmar que Marx tenha tido alguma relação com a metafísica materialista francesa. Mais provável que seu materialismo tenha advindo do pensamento grego e depois de Spinoza, e menos do iluminismo liberal-burguês. Do mesmo modo não é certo que Marx entendesse a dialética como um conjunto de leis de movimento intrínseco à matéria ou mesmo intrínseco a história dos homens, bastando então ao homem moderno apreender as suas conexões e assim fazer ciência.

Marx tampouco colocou a dialética em pé, pois Marx, de fato, entendeu ter colocado Hegel no avesso, ou seja, utilizou a dialética como método de exposição do real e não do conceito, ou melhor, fez do conceito a exteriorização do movimento do real pela intervenção do homem, pela práxis. A dialética científica e naturalizada de Engels possibilita a contraposição entre materialismo e idealismo, mas a dialética marxiana dissolve e supera esse binômio numa filosofia da práxis. A diferença não é de pouca monta e as incidências na história futura do *marxismo* não podem ser desconsideradas.

Para Engels a natureza, e também a vida social do homem, é composta por um conjunto de processos, “mas essa diferença em nada altera o fato de que o curso da história se rege por leis gerais imanentes”. É que Engels concebe a história como um entrechoque de interesses e vontades individuais para poder afiançar que “os choques entre as inumeráveis vontades e atos individuais criam no domínio da história um estado de coisas muito semelhante ao que impera na natureza inconsciente”. Mas é justamente “ali, porém, onde na superfície das coisas o acaso parece reinar, ele é, na realidade, governado sempre por leis imanentes ocultas, e o problema consiste em descobrir essas leis”.<sup>146</sup>

Mas descobrir essas leis para que? Se o conhecimento científico não encontra vínculo com a atividade prática

---

<sup>146</sup> Idem, *ibidem*, p. 198.

consciente -- a não ser no campo da ética --, qual a razão histórica da luta política pelo socialismo? Engels julga conhecer as leis imanentes da história e o método para se conhecer as forças que determinam e movimentam os objetivos dos homens, das organizações, de seus chefes e sabe que é preciso

pesquisar as causas determinantes que se refletem na consciência das massas que atuam e de seus chefes: eis o único caminho que nos pode conduzir à descoberta das leis que regem a história em seu conjunto, tanto quanto a história dos diferentes períodos e países<sup>147</sup>.

O mundo contemporâneo comprovou a existência de classes em luta, a burguesia e o proletariado, mas “estava claro e palpável que as origens e o desenvolvimento dessas duas grandes classes residiam em causas puramente econômicas”. Aconteceu que “as forças produtivas representadas pela burguesia rebelaram-se contra o regime de produção representado pelos latifundiários feudais e pelos mestres dos grêmios”. Na sequência do processo, na análise de Engels,

a grande indústria cria hoje, de um lado uma proletarianização cada vez maior das grandes massas do povo, e de outro lado uma crescente massa de produtos que não encontram saída. Superprodução e miséria das massas – cada uma delas sendo causa da outra – eis a contradição absurda em que desemboca a grande indústria e que reclama imperiosamente a libertação das forças produtivas, mediante uma mudança no modo de produção.<sup>148</sup>

---

<sup>147</sup> Idem, *ibidem*, p. 199.

<sup>148</sup> Idem, *ibidem*, p. 201.

Tem-se então que as classes são representações das forças produtivas, que a luta de classes ganham uma forma política, mas o conteúdo e a finalidade são de caráter econômico e “portanto, aqui pelo menos, o Estado, o regime político, é o elemento subordinado, e a sociedade civil, o reino das relações econômicas, o elemento dominante”.

Como elemento subordinado, o Estado separa-se da sociedade, torna-se Estado de classe e tende a mistificar as relações econômicas. Não há dúvida que Engels separa economia e política (como não faziam Hegel e Marx) e oferece munção ao sindicalismo, que controla o partido operário, mas também à representação parlamentar.

Engels publicou uma nova edição desse texto em 1888, quando então fez acoplar um esboço de Marx intitulado como *Ad Feuerbach*, redigido em maio de 1845, muito possivelmente.<sup>149</sup> Acontece que Engels promoveu algumas modificações nas teses, cujo significado e implicações não são fáceis de dirimir. Em alguns casos a mudança pode ter ocorrido para tornar o texto de mais fácil compreensão, mas há passagens que alteram o significado do escrito de Marx, como ocorre na tese III. Aqui Engels rescreve a primeira parte, sem alterar de forma substancial o seu sentido. No entanto, na segunda parte, que esclarece a primeira, Engels cancela uma palavra que é decisiva, não só na tese, mas em toda a formulação marxiana, que é a palavra *automodificação* ou *autotransformação*, e muda a expressão “prática revolucionária” para “prática transformadora”. Não são mudanças de pouca monta e que podem ter sido ocasionadas por motivos de conjuntura política, mas que trazem implicações sérias de caráter teórico.<sup>150</sup>

---

<sup>149</sup> Para um estudo detalhado sobre essa página de Marx é possível consultar LABICA, Georges. *As “Teses sobre Feuerbach” de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

<sup>150</sup> A tese III, escrita por Marx diz: “A doutrina materialista sobre a modificação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são modificadas pelos homens e que o próprio educador tem que ser educado. Ela tem, por isso, de dividir a sociedade em duas

Se na tese III as mudanças promovidas por Engels no texto do amigo podem ter outra explicação, a mexida na tese IV dá menor margem à dúvida, pois faz adaptações que colocam o conjunto mais próximo do seu próprio pensamento. Engels substitui palavras e retira de Marx a indicação de que em Feuerbach há a constatação da existência de uma duplicação do mundo dos homens em um mundo religioso, que é a representação do mundo mundano -- que também existe por conta da auto alienação -- e que cabe a filosofia dissolver o primeiro no segundo. Engels sugere, na alteração, que o mundo religioso é imaginário e que o mundo mundano é real, como se ambos não fossem parte do conjunto das relações sociais.

Em seguida, Engels acrescenta uma frase que parece de teor explicativo, que afiança que Feuerbach não percebe que feito esse trabalho, o principal ainda estava por fazer. Engels sugere então que a crítica da religião deveria ser seguida da crítica das contradições do mundo real, e numa outra alteração explícita que primeiro o mundo terreno deve ser compreendido em suas contradições, para depois ser revolucionado na prática. Marx aponta o processo como único, sendo uma condição da outro, a teoria e a prática estão vinculadas, enquanto em Engels aparece uma cisão. A frase final é um exemplo do raciocínio de Marx, o qual solicita que a crítica da sagrada família exige a abolição da família terrena, enquanto Engels apenas orienta para a crítica teórica, antes, e para a transformação prática da família terrena, depois, numa confirmação da aludida cisão. A publicação de Engels das chamadas teses sobre Feuerbach é a expressão mais nítida de como o seu pensamento se apropria e reformula o pensamento de Marx e expõe o seu próprio. O pensamento de

---

partes – a primeira das quais está colocada acima da sociedade. // A coincidência entre a alteração das circunstâncias e a atividade ou automodificação humanas só pode ser apreendida e racionalmente entendida como prática revolucionária”. MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo editorial, 2007, p. 534.

Engels, como se percebe, enfatiza a questão do materialismo até o ponto de resvalar para o economicismo e de romper a relação sujeito/objeto.

#### **4. Luta política e últimos trabalhos**

No decorrer dos anos 80, ainda que submetida a uma legislação de exceção, a socialdemocracia se consolidou e ampliou a sua influência na Alemanha e também pela Europa. O grupo político que Engels agregou em torno de si ganhou alguma solidez, ainda que não fosse majoritário, graças, em boa medida, a capacidade de formulação teórica demonstrada pelo antigo parceiro de Marx. A fundação da Internacional Socialista, em Paris, julho de 1889, por ocasião dos festejos do centenário da revolução francesa, deu um novo impulso ao movimento operário socialista e um ampliado espaço de repercussão do pensamento de Engels (e do Marx de Engels). Em outubro de 1890 a legislação discriminatória contra os socialistas foi suspensa como decorrência de uma crise política que envolveu a ascensão do imperador Guilherme II e a demissão de Bismarck da chancelaria.

Como foi já mencionado, a elaboração teórica de Engels tendia a enfatizar o materialismo e a subestimar a subjetividade como elemento material fundamental da atividade do ser social coletivo. Por conta disso, teve dificuldade na elaboração de uma teoria da política revolucionária. Nos anos 90, Engels se empenhou em formatar uma política que articulasse o desenvolvimento das forças produtivas do capital, a crise capitalista e os conflitos da política internacional, sem abandonar o empenho no esclarecimento teórico, na pesquisa histórica e na divulgação da obra de Marx.

Com a fundação do Império alemão, na Europa central e oriental formou-se uma aliança entre a Alemanha, a Áustria-Hungria e a Rússia. Engels avaliava que o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas nesses três

impérios levaria a uma crise política e militar de graves proporções. O problema essencial era, porém, o das nacionalidades oprimidas, em primeiro lugar a nação polonesa, mas também as pequenas nações danubianas e balcânicas. A Rússia parecia ser o elo mais frágil dessa aliança, onde o capitalismo começava a se desenvolver e onde se colocava na ordem do dia uma revolução burguesa de estilo jacobino. Note-se que Engels, diferente de Marx, sempre fora descrente da possibilidade da Rússia encontrar na tradição comunal camponesa uma base para alavancar o processo revolucionário. Para Engels o desenvolvimento do capitalismo era inexorável e necessário à Rússia.<sup>151</sup>

Com a retirada de Bismarck da cena, a Alemanha redefine a sua posição estratégica, apoiando-se mais na Áustria-Hungria e se orientando mais para os Balcãs, o que gera atritos com a Rússia, a qual, por sua vez, força a aproximação com a França. Para Engels o risco de uma guerra generalizada, por conta das ações do czarismo russo levaria a Europa a uma catástrofe terrível, cuja vítima principal seria a Alemanha e a socialdemocracia.

Uma revolução na Rússia implicaria a independência da Polônia e poderia provocar mudanças significativas na Alemanha, que poderia mesmo vir a se constituir em república democrática. Mas uma guerra desencadeada pelo czarismo obrigaria a socialdemocracia a se postar em defesa da Alemanha, do Ocidente, da civilização, contra a barbárie russa. Em escrito publicado no começo de 1890, *A política externa dos czares*, Engels faz essa análise da presença da Rússia na geopolítica da Europa.

Em 1892, quando a aproximação entre França e Rússia se consolida, Engels escreve um artigo encomendado pelos socialistas franceses. Sua posição política (e teórica) mais uma vez se expressa com clareza. Para ele o movimento operário e socialista alemão conseguiu acumular uma força

---

<sup>151</sup> Ver o capítulo anterior.

capaz de levá-lo em uma década ao poder político, mas numa situação de paz; uma guerra europeia poderia tanto significar a antecipação desse processo inexorável como a destruição do socialismo na Alemanha em vantagem das classes dominantes e do czarismo. Qual deve ser então a posição dos socialistas alemães em caso de guerra?

No interesse da revolução europeia, esses têm o dever de defender todas as posições conquistadas, de não capitular nem diante do inimigo externo, nem diante do inimigo interno, e não podem cumprir com esse dever senão combatendo a Rússia e os seus aliados, quaisquer que sejam.<sup>152</sup>

Engels previa a horrível possibilidade de surgir uma contraposição entre a classe operária da França e da Alemanha. Na verdade, Engels previu em largos traços a tragédia que envolveria a Europa cerca de um quarto de século depois, assim como a revolução russa. Mas a sua análise se baseava no vínculo entre forças produtivas, crise econômica e crise internacional (ou seja, poder político de Estados).

Ainda em 1890, talvez por conta do estímulo representado pela fundação da Internacional Socialista e pelo avanço do movimento operário, Engels empreendeu uma agenda epistolar importante, tendo entrado em contato com Antonio Labriola, na Itália, por exemplo. Uma carta especialmente importante para constatar a concepção materialista de Engels foi a endereçada a Bloch, em setembro desse ano de 1890. Escreve Engels:

Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em última instância, determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx, nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais do

---

<sup>152</sup> ENGELS, Friedrich. “Il partito socialista tedesco e la pace”. In: \_\_\_\_\_. *La politica estera degli zar*. Milano: La Salamandra, 1978, p. 93.

que isso. (...). A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela – (...) – também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua forma, como fator predominante. Trata-se de um jogo recíproco de ações e reações entre todos esses fatores, no qual, através de uma infinita multidão de acasos (...), acaba sempre por impor-se, como necessidade, o movimento econômico.<sup>153</sup>

Como se vê, a subjetividade humana está submetida às leis decisivas do movimento da economia e fica quase ausente dessa concepção materialista da história, uma história que se desenvolve com a naturalidade de uma reação química. Engels explica melhor:

Nós mesmos fazemos a nossa história, mas isto se dá, em primeiro lugar, de acordo com premissas e condições muito concretas. Entre elas, as premissas e condições econômicas são as que decidem, em última instância. No entanto, as condições políticas e mesmo a tradição que perambula como um duende no cérebro dos homens também desempenham seu papel, embora não decisivo.<sup>154</sup>

### E Engels continua

Em segundo lugar, a história faz-se de tal modo que o resultado final decorre sempre dos conflitos que se estabelecem entre muitas vontades individuais, cada uma das quais é o resultado de uma multidão de condições de existência particulares. E, pois, de um conjunto inumerável de forças que se entrecruzam, de um grupo infinito de paralelogramos de forças que

---

<sup>153</sup> ENGELS, Friedrich. “Carta a Bloch, Londres, 21/22 de setembro de 1890” In: MARX & ENGELS. *Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, vol. 3, 1963, p. 284.

<sup>154</sup> Idem, *ibidem*, p. 285.



dão em consequência uma resultante – o acontecimento histórico –, que por sua vez, pode ser encarado como o produto de uma força única, que, como um todo, atua inconsciente e involuntariamente.<sup>155</sup>

Sempre ausente a vontade organizada e a cultura, pois a história, na passagem apenas citada, segue a física como metáfora. Em carta a Schmidt, escrita pouco mais de um mês depois, Engels tenta esclarecer a sua compreensão dos elementos subjetivos da vida social, da chamada superestrutura. Engels usa agora uma metáfora ótica, a inversão da imagem ao passar por uma lente. Responde ao interlocutor que o mercado do dinheiro e de valores é, na verdade, apenas uma visão invertida do movimento da indústria, mas que criou uma dinâmica própria e se autonomizou. Tendo como ponto de partida a divisão do trabalho, pela sugestão de Engels, chega-se ao Estado. Para ele então,

O movimento econômico impõe-se, sempre, de maneira geral; mas encontra-se sujeito às repercussões do movimento político criado por ele mesmo e dotado de relativa independência: o movimento do Poder estatal, de uma parte, e, de outra, o movimento da oposição, criado simultaneamente com ele. E da mesma forma porque, no mercado de dinheiro, o movimento do mercado industrial se reflete, naturalmente sob uma forma invertida, de maneira geral, e com as reservas apontadas acima, na luta entre governo e oposição reflete-se a luta entre as classes que já existiam e lutavam antes; mas também aqui esse reflexo toma uma forma invertida, faz-se indiretamente, já não

---

<sup>155</sup> Idem, *ibidem*, p.285 (bis)

como uma luta de classes e, sim, como uma luta em torno de princípios políticos.<sup>156</sup>

Feita essa observação sobre a política, em seguida Engels avalia o Direito:

O reflexo das relações econômicas, sob a forma de princípios jurídicos, leva também, necessariamente, a uma inversão: opera-se sem que os que o elaboraram tenham consciência disso; o jurista acredita manejar normas estabelecidas a priori, sem se dar conta de que essas normas nada mais são do que simples reflexos econômicos: vê assim as coisas sob uma forma invertida. Enquanto não a percebemos, essa inversão constitui o que chamamos concepção ideológica e repercute sobre a base econômica, podendo mesmo modificá-la dentro de certos limites.<sup>157</sup>

Engels completa a sua avaliação sobre as superestruturas informando que “No que concerne às esferas ideológicas que pairam mais alto ainda no espaço, isto é, a religião, a filosofia, etc., possuem elas um fundo pré-histórico – (...) – constituído do que chamaríamos, hoje, de pura tolice”.<sup>158</sup>

Patente como a visão materialista de Engels se reduz a um determinismo econômico atenuado pela possibilidade da política incutir forma ao movimento econômico fundamental, mas novamente reforçado pela teoria do reflexo invertido, que faz da política, do direito, da filosofia, da arte, mera ideologia, mera falsa consciência, capaz de agir sem consciência sobre o movimento econômico. Por outro lado, a tarefa da ciência é aquela de elucidar a névoa presente diante da realidade e

---

<sup>156</sup> ENGELS, Friedrich. “Carta a Schmidt. Londres, 27 de outubro de 1890”. In: Op. Cit., p. 288-289.

<sup>157</sup> Idem, *ibidem*, p. 290.

<sup>158</sup> Idem, *ibidem*, p. 290 (bis)

assim como as ciências da natureza caminham céleres nessa direção, ao *marxismo* toca esclarecer a marcha inexorável da história dos homens. Não há práxis, não há autotransformação do homem, não há vontade coletiva, não há subjetividade emancipadora, a história transcorre sem sujeito.

Em 1891, o SPD realizou o seu congresso em Erfurt, quando a vertente de esquerda dos chamados “jovens” foi expulsa. Decididos a derrotar a persistente influência de Lassalle (morto em 1864), Engels e seu grupo optaram pela publicação dos comentários críticos de Marx ao programa de fundação do partido, em 1875. Esse texto veio à luz então sob o título de *Crítica ao Programa de Gotha*. Agora, em 1891, o SPD poderia tornar-se plenamente *marxista*. Mas marxista no senso em que Engels, Kautski e Bebel entenderam. O programa de Erfurt foi escrito, em grande parte, por Kautski, o qual expôs as tendências gerais do desenvolvimento do capitalismo, como é a monopolização, a proletarização, as crises crescentes, a importância do partido operário e da Internacional Socialista e, por fim, a necessidade da classe operária assumir um dia o poder do Estado.

Todavia, como esse processo surge como decorrência de leis objetivas, caberia ao partido apenas estar preparado para quando chegasse a hora de assumir o poder. Enquanto isso, como indicava a parte final do Programa, tocaria ao partido lutar pela democratização no terreno da burguesia, do capitalismo, o que incluía sufrágio universal direto e extensivo às mulheres, separação entre Igreja e Estado, legislação social, etc. Engels teceu críticas pontuais a esse programa, como a necessidade de se esclarecer de algum modo o objetivo de se criar na Alemanha uma república democrática centralizada.

O Programa de Erfurt expressava parte dos conflitos internos da cultura partidária, mas também o perfil do pensamento de Engels, o qual ao reduzir o capitalismo ao movimento da economia a partir de cujas contradições se erigia toda uma superestrutura invertida, somente superável

pela ciência, cujo modelo seria a ciência da natureza, que se projeta na vida humana ao modo de economia ou de história econômica. A marxiana natureza humana como “conjunto das relações sociais”, que iguala e transcende a filosofia, a economia e a política na práxis emancipadora do homem, está perdida. Assim, no programa, a teoria e a prática se dissociam, assim como se dissociam a economia e a política.

Nos anos seguintes, os derradeiros de sua vida, Engels continuou se dedicando aos problemas mais candentes do movimento socialista, como a questão agrária, que ganhava importância, aos problemas internacionais, mas também a seus estudos, como o que redundou na *Contribuição à história do cristianismo primitivo*, publicado em 1894. Já com a saúde bastante abalada, no começo de 1895, Engels decidiu publicar alguns textos que Marx escrevera para *Neue Rheinische Zeitung* no decorrer do ano de 1850, sobre o desenrolar da revolução francesa de 1848. Engels atribuiu o título de *As lutas de classes na França de 1848 a 1850* a esse volume e escreveu uma Introdução, que pode ser considerada como o derradeiro texto importante de Engels e, de certa maneira, pode ser visto como o seu testamento político. Mas pode ser visto também como a síntese da sua teoria.

Engels apresenta o texto de Marx como sendo “o primeiro ensaio de Marx para explicar um fragmento da história contemporânea mediante sua concepção materialista, partindo da situação econômica existente”. Na interpretação de Engels “tratava-se, pois, de reduzir, seguindo a concepção do autor, os acontecimentos políticos a efeitos de causas que, em última instância, eram econômicas”.<sup>159</sup>

Mas como as causas e os fatores econômicos são difíceis de determinar de imediato,

em consequência, o método materialista terá de se limitar, frequentemente, a reduzir os conflitos

---

<sup>159</sup> ENGELS, Friedrich. Prefácio. In: MARX, Karl. *As lutas de classes na França*. São Paulo: Boitempo editorial, 2012, p. 09.

políticos às luzes de interesses entre as classes sociais e as frações de classes existentes, determinadas pelo desenvolvimento econômico, e a demonstrar que os diversos partidos políticos são a expressão política mais ou menos adequada das referidas classes e frações de classes. <sup>160</sup>

Não deixa de impressionar a clareza com que Engels expressa a sua visão materialista: os fatores econômicos determinam a estruturação das classes, que se organizam em partidos políticos, e cabe ao cientista precisamente determinar as conexões causais das diversas instâncias. O mais grave é que imputa também a Marx essa concepção!

Nessa leitura engelsiana a ignorância ou o pouco conhecimento do movimento econômico explica os equívocos políticos. Mesmo com essa concepção que submete inteiramente ação social a determinações econômicas, “em última instância”, e na qual a materialidade da subjetividade é irrelevante e a política é um epifenômeno, Engels faz uma sintética, mas exata, avaliação retrospectiva dos quarenta e cinco anos apenas transcorridos. Indica, de início, como, em linhas gerais, se processaram as revoluções burguesas, de 1640 a 1848, sempre como revolução de minorias que pretendiam falar em nome da maioria, das massas populares, que prestavam o seu apoio. Engels anota ainda que estava equivocada a visão dele e de Marx de que a Europa se encontrava em um período revolucionário permanente, “longo e cheio de alternativas, mas que só podia terminar pela vitória definitiva do proletariado”. <sup>161</sup>

O erro estava em não se ter claro que o capitalismo tinha ainda um enorme potencial de desenvolvimento e de difusão. Engels confirma que a história

---

<sup>160</sup> Idem, *ibidem*, p. 10.

<sup>161</sup> Idem, *ibidem*, p. 13.

demonstrou claramente que o estado de desenvolvimento econômico no continente ainda estava muito longe do amadurecimento necessário para a supressão da produção capitalista; demonstrou-o pela revolução econômica que, a partir de 1848, apoderou-se de todo o continente (...).<sup>162</sup>

A derrota política do movimento operário explica-se então (e também) por um erro de análise, um erro de previsão. A partir de 1851, “encerrava-se momentaneamente o período das revoluções de baixo para cima; sucedeu-lhe um período de revoluções de cima para baixo”.<sup>163</sup>

Esse período, que se alonga até 1871, é preenchido pelo bonapartismo e por uma série de guerras decisivas, que muito contribuíram no processo de fundação do Império alemão e da própria difusão do bonapartismo como forma política. A guerra franco-prussiana, por um lado acabou com o bonapartismo na França, instaurou a república e gerou a Comuna de Paris, e por outro lado unificou a Alemanha, instaurou o Império e o bonapartismo e também transferiu o centro de gravidade do movimento operário para as terras germânicas.

A fase que então se abre, na Alemanha, é marcada pelo gradativo fortalecimento do movimento operário e da socialdemocracia, demonstrado com o uso da arma do sufrágio universal. Engels valoriza o uso do sufrágio como arma política da classe operária, a constituição de um grupo parlamentar e afirma que então “viu-se que as instituições estatais, nas quais se organiza o domínio da burguesia, ainda oferecem possibilidades novas de utilização que permitem a classe operária combatê-la.”<sup>164</sup>

Essa forma de luta aparecia como mais eficaz e mesmo demonstrativa de como as formas usadas até 1848 estavam

---

<sup>162</sup> Idem, *ibidem*, p. 16.

<sup>163</sup> Idem, *ibidem*, p. 17.

<sup>164</sup> Idem, *ibidem*, p. 22.

ultrapassadas. Na verdade, a luta de rua mostrou-se, em geral, muito pouco eficaz na maioria das vezes, de modo que exigiu condições muito particulares para que fosse bem sucedida. Essas condições aparecem ainda mais difíceis na fase que se desenrola e no futuro, dado o crescimento e reforma das cidades e o crescimento dos exércitos e a modernização do armamento.

Mas qual seria então a estratégia política revolucionária? Seria organizar e educar a maioria para a revolução, preparando-a para quando o dia no qual a contradição econômica do capitalismo estivesse em ponto de ebulição. De modo que agora que se sabe exatamente a ciência do desenvolvimento histórico e econômico, pode-se dizer que a luta de ruas, a insurreição, “(...), ocorrerá mais raramente no começo de uma grande revolução que no curso de seu desenvolvimento, e será preciso empreendê-la com forças maiores.” Sem dúvida que

passou o tempo dos golpes de surpresa, das revoluções executadas por pequenas minorias conscientes à frente das massas inconscientes. Onde quer que se trate de transformar completamente a organização da sociedade, cumpre que as próprias massas nisso cooperem, que já tenham elas compreendido de que se trata, o motivo pelo qual dão seu sangue e sua vida. (...). Mas para que as massas compreendam o que é necessário fazer é mister um trabalho longo e perseverante (...).<sup>165</sup>

Esse texto se voltava contra franjas à esquerda no movimento operário alemão e tentava fazer ver o erro suicida que seria algum tipo de insurreição precoce e iniciada por uma minoria. O sufrágio universal seria por ora a forma de luta mais adequada, pois que ajudaria a organizar e a educar a classe operária nos princípios do *marxismo*. O *marxismo*

---

<sup>165</sup> Idem, *ibidem*, p. 26-27.

definido por Engels e seu grupo político dizia exatamente que o desenvolvimento econômico do capitalismo por si só geraria contradições insolúveis que tornariam necessária a ascensão da classe operária ao poder político. E a socialdemocracia era a expressão política da classe operária, ela própria produto de contradições econômicas.

Mas essa estratégia de puro bom senso não apresenta uma insuficiência? Como a classe é educada para a revolução? Levando-se a ciência até ela para que saiba o que fazer no “dia decisivo”? Nesse dia a classe operária saberá o que fazer por ter tido acesso à ciência da história? E então saberá da necessidade, da obrigação de fazer cumprir as leis determinadas pelo movimento da economia e perceberá que a sua própria vontade é determinada objetivamente por essas leis? O economicismo do pensamento engelsiano leva de modo inequívoco a essas perguntas.

A cisão entre uma teoria que explica e justifica um futuro socialista de modo objetivo e uma prática social que permanece dentro da ordem do capital não consegue oferecer uma orientação estratégica revolucionária. Fica então muito claro que as mudanças promovidas por Engels nas *Teses sobre Feuerbach* tinham um substrato teórico muito significativo. Lembremos que Engels retira dois elementos fundamentais das referidas teses: a autoeducação / autotransformação na práxis revolucionária e a subjetividade como intrínseca à totalidade dialética que constitui as relações sociais entre os homens. Sem praxis o materialismo de Engels resvala para a metafísica.

Nessa configuração é que o *marxismo* se implantou e se difundiu, como um reflexo invertido do pensamento de Marx, como poderia dizer o próprio Engels. Ora a concepção teórica elaborada por Engels apontava a revolução como uma positiva previsão científica, mas não indicava a necessidade de fazer a revolução desde já, mas de seguir dentro da ordem do capital e garantir as melhores condições possíveis, enquanto não chegasse o dia certo. Parece então que o



inevitável era que após a morte de Engels, essa visão se acentuasse ainda mais com seus sucessores do grupo político *marxista*, que ajudara a organizar. Pouco importa que mesmo esse texto tenha tido as passagens sobre os futuros combates de rua cortados quando de sua publicação imediata, para a zanga de Engels.<sup>166</sup>

De fato, com Kautski toma forma de vez a ortodoxia marxista acentuada em seus aspectos naturalistas e economicistas. A objetividade científica é a regra. A reação a essa concepção, que percebia o socialismo como produto de um processo histórico natural marcado para um futuro qualquer, só poderia vir de outra parte afirmando a longevidade indistinta do capitalismo e fazendo do socialismo um fenômeno ético, subjetivo. Assim é que as duas vertentes do reformismo no movimento operário alemão – a ortodoxia e o revisionismo -- tiveram como seus principais ideólogos exatamente os dois mais capazes teóricos do grupo político de Engels, Kautski por um lado, e Bernstein, por outro. Não parece ter sido mero acaso que cada um tenha acentuado aquilo que em Engels já se encontrava cindido: a objetividade e a subjetividade revolucionária.

---

<sup>166</sup> Esse texto de Engels só publicado na íntegra na URSS, em 1930.

## Referências

DEL ROIO, Marcos. O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo. São Paulo: Ícone, 1998.

DEL ROIO, Marcos. “A China frente o ‘império universal’ do Ocidente”. *Novos Rumos*, nº 36, São Paulo: IAP / IPSO, 2002.

ENGELS, Friedrich. “Carta a Auguste Bebel, Londres, 18 / 28 de março de 1875”. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Tomo 2, 1961.

ENGELS, Friedrich. “Do socialismo utópico ao socialismo científico”. In: MARX & ENGELS. *Obras Escolhidas*, Rio de Janeiro: Editora Vitória, Vol. 2, 1961.

ENGELS, Friedrich. “Prefácio” – A guerra camponesa na Alemanha. In: MARX & ENGELS. *Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro: Editora Vitória, Vol. 2, 1961.

ENGELS, Friedrich. “Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã”. In: MARX & ENGELS. *Obras Escolhidas*, Rio de Janeiro: Editora Vitória, Vol. 3, 1963.

ENGELS, Friedrich. “Carta a Bloch, Londres, 21/22 de setembro de 1890” In: MARX & ENGELS. *Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, vol. 3, 1963.

ENGELS, Friedrich. “Carta a Schmidt. Londres, 27 de outubro de 1890”. In: MARX & ENGELS. *Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, vol. 3, 1963.

ENGELS, F. *La política estera degli Zar*. Milano: La Salamandra, 1978.

ENGELS, F. “A questão social na Rússia”. In: FERNANDES, R. C.. (org.) *Dilemas do Socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ENGELS, Friedrich. “Discurso diante da sepultura de Marx”. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, Tomo I, 1956.

ENGELS, Friedrich. Prefácio. In: MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo editorial, 2014, livro II.

ENGELS, F. *Anti-Duhring*. São Paulo: Boitempo editorial, 2015.

ENGELS, Friedrich. Introdução. In: MARX, Karl. *As lutas de classes na França*. São Paulo: Boitempo editorial, 2012.

LABICA, Georges. As “Teses sobre Feuerbach” de Karl Marx. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

LABRIOLA, Antonio. Em memória do Manifesto Comunista. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. “Prefácios de Marx e Engels” In: *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo editorial, 1998, p. 87-136.

LUXEMBURG, Rosa. “Discurso sul programa”. In: *Scritti politici*. Roma, Editori Riuniti, 1976.

MARX, Karl. “Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores”. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, Tomo I, 1956.

MARX, Karl. “Salário, preço e lucro”. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, Tomo I, 1956.

MARX, K. “À Vera Zasulitch, primeiro esboço”. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, Tomo I, 1956.

MARX, Karl. “Primeiro manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra franco-prussiana”. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich.

Obras Escolhidas. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Tomo 2, 1961.

MARX, Karl. “Segundo manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra franco-prussiana”. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Obras Escolhidas. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Tomo 2, 1961.

MARX, Karl. “Carta a Bolte, Londres, 23 de novembro de 1871”. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Obras Escolhidas. Rio de Janeiro: Editorial Vitória , Tomo 3, 1961.

MARX, Karl. “Discours de Karl Marx sur la Pologne”. Cahiers de l’ISEA. Série C,nº 4, p. 89, 1961b.

MARX, Karl. Formações econômicas pré-capitalistas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MARX, Carlos & ENGELS, Federico. Las revoluciones de 1848. México, Fondo de Cultura Económica, 1989.

MARX, Karl. “América e China”. Neue Rheinische Politisch-Okonomische Revue, março de 1850. In: Cina. Roma: Riuniti, 1993 (I piccoli).

MARX, Karl. “Revolução na China e na Europa”. New York Daily Tribune, 14 de junho de 1853. Idem Roma: Riuniti, 1993, p. 07-18. (I piccoli).

MARX, Karl. “História do comércio do ópio”. New York Daily Tribune, 25 de setembro de 1858. Roma: Riuniti, 1993 (I piccoli).

MARX, Karl. “O comércio com a China”. New York Daily Tribune, 3 de dezembro de 1859. Roma: Riuniti, 1993 (I piccoli)

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo editorial, 2005.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo editorial, 2008.

MARX, Karl. *O 18 brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo: Boitempo editorial, 2011.

MARX, Karl. *As lutas de classes na França*. São Paulo: Boitempo editorial, 2012.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo editorial, 2014, livro II.

MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Boitempo editorial, 2017.

MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo editorial, 2010.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Tomo 2, 1961.

MONTESQUIEU. *O espírito das leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

SOFRI, Gianni. *O modo de produção asiático: história de uma controvérsia marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TSE-TUNG, Mao. “Informe sobre uma pesquisa feita no movimento camponês no Hunan”. In: SADER, Eder (org.). *Mao-Tse-tung*. São Paulo: Ática, 1982. (Grandes Cientistas Sociais).

WITTFOGEL, Karl. *Despotismo oriental: estúdio comparativo sobre el poder total*. Madrid: Guadarrama, 1966.

**Bibliografia consultada**

CARVER, Terrell & STEGER, Manfred (Edited by). *Engels after Marx*. Manchester: Manchester University Press, 1999.

DEL ROIO, Marcos (org.). *Marxismo e Oriente: quando as periferias tornam-se os centros*. São Paulo: Ícone Editora, 2008.

ENGELS, Friedrich. *La política estera degli zar*. Milano: La Salamandra, 1978

GARRONI, Stefano. *Engels cento anni dopo*. Napoli: La Città del Sole, 1995.

HOBSBAWM, Eric. (a cura di). *Storia del marxismo: il marxismo ai tempi di Marx*. Torino: Einaudi Editore, 1978.

LABICA, Georges. *As “Teses sobre Feuerbach” de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

MARX & ENGELS. *Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 3 volumes, 1956-1963.

MARX, Karl. *Il capitale*. Roma: Newton Compton Editori, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.

MAYER, Gustav. *Friedrich Engels: la vita e l'opera*. Torino: Einaudi Editore, 1969.

STEINBERG, Hans Josef. *Il socialismo tedesco da Bebel a Kautski*. Roma: Editori Riuniti, 1979.